



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO

PÂMELA ROCHA NASCIMENTO

**TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO**

SALVADOR

2023

PÂMELA ROCHA NASCIMENTO

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM
SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O
EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Freire
Pereira Férriz

SALVADOR

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

N244 Nascimento, Pâmela Rocha
Tendências contemporâneas da produção de conhecimento em Serviço Social no
Nordeste: um estudo bibliográfico sobre o exercício profissional na educação / Pâmela Rocha
Nascimento, 2023.
161 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriana Freire Pereira Férriz
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Instituto de
Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Serviço Social. 2. Educação. 3. Conhecimento e aprendizagem. 4. Prática profissional.
I. Férriz, Adriana Freire Pereira. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia.
III. Título.

CDD: 361

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -PPGSS
MESTRADO ACADEMICO



TERMO DE APROVAÇÃO

“TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO”

Pâmela Rocha Nascimento

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Adriana Freire Pereira Férriz (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Documento assinado digitalmente



CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS
Data: 03/05/2024 15:31:17-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Cristiana Mercuri de Almeida Bastos
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof.^a Dr.^a Monica Barros da Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Salvador, 24 de Agosto de 2023.

À

Solení (Mainha), pela motivação, partilha, cuidado, amor & afeto diários.

Alan (Mô) pela inspiração, amor, dedicação, incentivo pois juntos vamos crescendo.

À memória de Walter (painho) minha estrela mais brilhante do céu e à Vivaldo (tio Bada) pela

intensidade com que viveu à vida, em nome da família Nascimento.

A cada amiga e amigo que estive comigo nessa caminhada e simbolizaram companheirismo,

compreensão, abraços de resistência e ouvidos para os muitos áudios longos.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão é imensa neste momento. A oportunidade de vivenciar o mestrado é algo que valorizo profundamente. A trajetória foi desafiadora, e embora ninguém tenha dito que seria fácil, aqui estou, cheia de gratidão por tudo que vivenciei. Encerro esse ciclo com um sentimento de realização, enriquecendo minha formação pessoal e profissional. Minha gratidão se estende a Deus e à espiritualidade que me fortaleceram nos momentos de fragilidade e angústia. A fé foi minha aliada, acreditando que tudo daria certo e que o tempo certo para as coisas se realizarem chegaria.

Agradeço imensamente aos que estiveram ao meu lado, segurando minha mão. Graças a todos vocês que muitas vezes acreditaram mais em mim do que eu mesma. Suas motivações e incentivos foram fundamentais para me fortalecer e enriquecer de energia positiva. E aqui estou, encerrando este ciclo.

Minha profunda gratidão à minha família (Nascimento & Rocha). À minha mãe, em especial, pelo amor, cuidado, carinho e sabedoria que me impulsionaram nessa caminhada. Ela depositou confiança em mim e me incentivou a seguir adiante. A minha avó (Dinha), que pode não entender completamente o que é Pós-graduação (mestrado/doutorado), mas se orgulha profundamente da neta mais velha. Aos meus tios e tias que sempre me apoiaram e incentivaram com orgulho e a todos os meus primos e primas, muito obrigada!

Agradeço a Alan (meu amor) por sua paciência e apoio constante, me ajudando a percorrer esse caminho da melhor maneira possível. Mesmo quando eu previa os piores cenários, ele traçava caminhos e estratégias comigo e juntos seguindo, o seu cuidado e amor me trouxeram até aqui!

Agradeço de coração as amigas e amigos que estiveram ao meu lado e me apoiaram em diferentes momentos, sendo grandes companheiros nessa jornada. Especialmente a Tamires Milhazes, que sempre cobrou o meu melhor, Juanildes Cruz, Moniele Nunes (que me apoiou de maneira inigualável, sem vocês essa realização não seria possível), Allana Santos, Rosana Andrade e Giovanni Sanchez (pelas palavras de incentivo que mudaram minha perspectiva). Estendo esses agradecimentos a Andressa Passos, Marluce Miranda, Michele Suzart, Nájila Lopes, Itamires Alcântara, Fabiana Santana e Francisco Ribeiro (meu casal favorito), Márcia Marques, Cristina Neves, Professor Ramon, Gilda Lima. A Fabiana Ribeiro, Heide Damasceno, Cacilda Reis (profissionais que são fontes de inspiração) e muitos outros que têm um lugar especial no meu coração. Nada disso seria possível sem vocês!

Agradeço calorosamente a Marta Érica (Psicóloga), minha psicóloga, com quem pude compartilhar meus anseios e angústias, sempre buscando formas de superá-los. Ela me ensinou semanalmente, especialmente a lidar com a vida de pós-graduanda. Juntas, construímos um belo caminho de autoconhecimento, realização e fortalecimento do meu eu. Mesmo diante das dificuldades, você me fez pensar e olhar por outra perspectiva. "Há um caminho depois da curva!"

Minha gratidão se estende ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFBA, a todas as docentes, servidores (especialmente a Ednei, pelo suporte) e colegas discentes que, com resistência e comprometimento, tornam esse programa uma realidade. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social é um símbolo de resistência e expressão da inserção de assistentes sociais na sociedade.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio e investimento destinados à pesquisa, fundamentais para a manutenção e desenvolvimento do estudo. Agradeço às amigas que construí ao longo dessa jornada. Compartilhamos aprendizado, formas de nos adaptarmos ao novo contexto da pandemia, fortalecemos laços e, além de atendermos às demandas acadêmicas, buscamos construir vida além dos muros da universidade. Diante disso, nos fortalecemos juntas para enfrentar a exaustão mental e física, buscando viver a escrita da dissertação com mais leveza e menos solidão. Agradeço, assim, a todas as colegas de curso, em especial a Gilmara Silva, Tamires Santos, Flávia Lopes, Tailane Ferreira, Sara Matos, Elaine Amazonas, Joelma Mendes, Paula Nunes, Ingrid Almeida e Gutemberg Miranda, que de diversas formas tornaram essa jornada menos árdua.

Meus agradecimentos se estendem à orientadora Adriana Férriz, que acompanha minha trajetória de formação e também faz parte do meu ciclo de vida pessoal há dez anos. Temos uma longa história de muito aprendizado, desafios, confiança e, sobretudo, amizade. Obrigada por tudo e por trilhar essa jornada comigo. Mesmo diante de dificuldades, enfrentamos juntas, e você nunca soltou minha mão.

Agradeço à banca examinadora, representada por Cristiana Mercuri (UFBA) e Mônica Barros (UEPB), por aceitarem avaliar meu trabalho com empenho, rigor teórico e comprometimento com a pesquisa em Serviço Social. Suas contribuições foram valiosas para o desenvolvimento da minha produção, indicando os caminhos sólidos para a construção de uma pesquisa com olhar crítico sobre a realidade investigada. Essa conquista é nossa!

“[...] Meu canto nunca foi só meu, vem de longe, papo de séculos
Eu não carrego o mundo só, mesmo quando é só eu e meus cadernos Caminhamos junto até no
incerto, nada paga a fé que em mim investem [...]

[...] Se você vencer sozinho, a vitória é do sistema Quem sonha junto, sobe junto

É isso

Paz!

(Emicida, Drik Barbosa, Matuê; Sobe junto, 2022 (destaque nosso))

RESUMO

Esta dissertação se concentra na análise da produção de conhecimento na área de Serviço Social da região Nordeste sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação, a pesquisa está centrada na interface Serviço Social na Educação. O estudo recupera a trajetória da profissão, destacando seu desenvolvimento intelectual, integração com o pensamento crítico e reconhecimento enquanto área de conhecimento nas Ciências Sociais. O foco central é lançar luz sobre o conhecimento acumulado no Serviço Social em relação ao trabalho de assistentes sociais na área da Educação. A pesquisa buscou conferir relevância a essa produção, enriquecendo o campo do Serviço Social na Educação. O crescente reconhecimento da Educação como campo de atuação para assistentes sociais fundamenta a necessidade desta pesquisa. Para fortalecer a produção de conhecimento, a pós-graduação tem desempenhado um papel significativo, acumulando publicações que abordam a atuação profissional em diversas áreas sociais. Com destaque para a Educação, o estudo mapeou as tendências da produção de conhecimento no campo do Serviço Social, com foco no exercício profissional de assistentes sociais na Educação entre 2015 e 2020. A pesquisa estabeleceu como objetivos específicos: mapear produções de Dissertações e Teses de Programas de Pós-Graduação na região Nordeste sobre o tema; identificar e analisar principais tendências temáticas nas produções sobre o exercício profissional na Educação; e explorar análises referentes ao exercício profissional no contexto educacional, incluindo perspectivas de educação abordadas em dissertações e teses. A pesquisa abrangeu dissertações de mestrado e uma tese de doutorado de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social na região Nordeste, resultando na seleção de dez produções para análise. Essas produções ofereceram contribuições acerca das tendências e perspectivas do exercício profissional na Educação, abrangendo diferentes níveis e modalidades de ensino. A metodologia empregada consistiu em uma pesquisa bibliográfica, baseada na revisão integrativa para identificação, seleção e avaliação dos estudos relacionados aos objetivos da pesquisa. A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de análise Temática, sustentada por um referencial teórico-crítico, bases legais e documentos da categoria profissional. O estudo se insere na área das ciências sociais aplicadas, especialmente no campo do Serviço Social, contribuindo para a ampliação do conhecimento e discussões na área, com enfoque na produção científica que emerge das experiências dos profissionais atuantes, pesquisadores e estudiosos da Educação.

Palavras-chave: Produção de conhecimento, Serviço Social, Educação, Exercício profissional.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the analysis of knowledge production in the area of Social Service in the Northeast region regarding the professional practice of social workers in education. The research is centered on the Social Service in Education interface. The study recovers the trajectory of the profession, highlighting its intellectual development, integration with critical thinking and recognition as an area of knowledge in Social Sciences. The central focus is to shed light on the knowledge accumulated in Social Work in relation to the work of social workers in the area of Education. The research sought to give relevance to this production, enriching the field of Social Work in Education. The growing recognition of Education as a field of activity for social workers underlies the need for this research. To strengthen the production of knowledge, postgraduate studies have played a significant role, accumulating publications that address professional performance in various social areas. With emphasis on Education, the study mapped trends in knowledge production in the field of Social Work, focusing on the professional practice of social workers in Education between 2015 and 2020. The research established the following specific objectives: mapping productions of Dissertations and Theses Postgraduate programs in the Northeast region on the topic; identify and analyze main thematic trends in productions on professional practice in Education; and explore analyzes relating to professional practice in the educational context, including educational perspectives addressed in dissertations and theses. The research covered master's dissertations and a doctoral thesis from Postgraduate Programs in the area of Social Service in the Northeast region, resulting in the selection of ten productions for analysis. These productions offered contributions about the trends and perspectives of professional practice in Education, covering different levels and teaching modalities. The methodology used consisted of a bibliographical research, based on an integrative review to identify, select and evaluate studies related to the research objectives. The analysis of the collected data was carried out using the Thematic analysis technique, supported by a theoretical-critical framework, legal bases and documents from the professional category. The study falls within the area of applied social sciences, especially in the field of Social Work, contributing to the expansion of knowledge and discussions in the area, focusing on the scientific production that emerges from the experiences of working professionals, researchers and scholars of Education.

Keywords: Adult education. Community schools. Peasants. Popular culture

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de representação do processo de coleta de dados e seleção das produções	25
Figura 2 – Conexões entre o capitalismo.	52
Figura 3 – Distribuição dos trabalhos por ano.	94
Figura 4 – Panorama geral das produções.	96
Figura 5 – Distribuição das produções por programas.	96
Figura 6 – Níveis e modalidades da política de educação.	97
Figura 7 – Nuvem de palavras.	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de bolsas por regiões do país	65
Tabela 2 – Distribuição do PPG na área de serviço social na região Nordeste.	68
Tabela 3 – Distribuição da produção científica de dissertações e teses do serviço social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação (Parte 1).	99
Tabela 4 – Distribuição da produção científica de dissertações e teses do serviço social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação (Parte 2).	100
Tabela 5 – Eixos temáticos.	103
Tabela 6 – Eixo temático: Atuação de assistentes sociais na política de educação básica	103
Tabela 7 – Eixo temático: Política de educação especial e serviço social.	113
Tabela 8 – Eixo temático: Política de assistência estudantil e serviço social.	119
Tabela 9 – Eixo temático: Dimensões profissionais e a direção ético-política no exercício profissional na educação	129
Tabela 10 – Eixos temáticos distribuídos por programas.	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira do Ensino de Serviço Social
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COVID-19	doença por coronavírus (<i>Coronavirus Disease 2019</i>)
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRESS-BA	Conselho Regional de Serviço Social da Bahia
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores Em Serviço Social
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis
FUFSE	Fundação Universidade Federal de Sergipe
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas
GEPESSE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação
IFBA	Instituto Federal Ciência e Tecnologia da Bahia
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
JOINNP	Jornada Internacional de Políticas Públicas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MASS	Mestrado Acadêmico em Serviço Social Trabalho e Questão Social
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCD	Pessoa com Deficiência
PEP	Projeto ético-político

PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPG	Programas de pós-graduação
PPGPP	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPGSSDS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais
ProUni	Programa Universidade para Todos
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDUC	Secretaria da Educação
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA BIBLIO- GRÁFICA	20
1.1.1	TRAÇANDO O PERFIL DA PESQUISA	23
2	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: EN- TRE O TEXTO E O CONTEXTO	28
2.1	AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	28
2.2	A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL	39
2.2.1	<i>A natureza sócio-histórica do conhecimento produzido pelo Serviço Social</i>	40
2.2.2	<i>A consolidação do conhecimento social produzido pelo Serviço Social</i> . . .	46
2.3	A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES ENTRE A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO	59
2.3.1	<i>Traçando o Perfil dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social na região Nordeste: breve síntese sobre a produção intelectual do Serviço Social na Educação</i>	66
3	O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	71
3.1	PANORAMA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO BRASIL: ASPEC- TOS SOCIOHISTÓRICOS E A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL	71
3.2	A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS	80
4	EXPLORANDO A PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NA RE- GIÃO NORDESTE: UM ESTUDO DE DISSERTAÇÕES E TESES (2015 A 2020)	91
4.1	A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SO- CIAL: Contribuições sobre a temática Exercício Profissional de Assisten- tes Sociais na Educação	91

4.2	TENDÊNCIAS TEMÁTICAS NAS PRODUÇÕES SOBRE O EXERCÍ- CIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO .	99
4.2.1	<i>Atuação de assistentes sociais na Política de Educação Básica: requisições, respostas e entraves ao exercício profissional</i>	103
4.2.2	<i>Política de Educação Especial e Serviço Social</i>	113
4.2.3	<i>Política de Assistência Estudantil e Serviço Social</i>	119
4.2.4	<i>Dimensões profissionais e a direção ético-política do exercício profissional na educação</i>	128
4.2.5	<i>Panorama da Produção Científica em Serviço Social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação</i>	146
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	155
	APÊNDICES A - Ficha Técnica de Pesquisa	161

1 INTRODUÇÃO

É crucial ressaltar, em primeiro lugar, que os rumos desta pesquisa foram traçados em meio às complexas circunstâncias impostas pelo contexto global de pandemia resultante da doença por coronavírus (*Coronavirus Disease 2019*) (COVID-19). A crise sanitária que se instalou e a emergência de saúde pública trouxeram novas condições que levaram o mundo a redefinir suas formas de viver e se relacionar.

Diante desse cenário desafiador, enfrentávamos o grande obstáculo de retomada do ensino presencial, nos deparávamos com inúmeras dificuldades que impactaram profundamente no processo de ensino e aprendizado, com reflexos diretos na construção desta dissertação. Novas dinâmicas foram estabelecidas para preservar a vida acadêmica e nessa nova abordagem, persistimos e existimos. Mesmo diante desses contratemplos, essa pesquisa se concretizou como um ato de resistência. Parafraseando as palavras de Conceição Evaristo, essa resistência pode ser resumida na expressão: “A gente combinou de não morrer!” (EVARISTO, 2016, p. 99).

Feitas essas considerações iniciais de contextualização no qual este estudo foi desenvolvido, introduzimos a entãopesquisa concentra-se na análise da produção do conhecimento na área de Serviço Social. Ao longo das últimas décadas, temos acompanhado o gradual reconhecimento do Serviço Social como área produtora de conhecimento, enfatizando a importância e a contribuição da pesquisa e da pós-graduação a partir dos anos 1970. Este é um tema amplo e complexo, cujas raízes remontam à própria história da profissão. Esse percurso é caracterizado pelo amadurecimento intelectual, a associação com o pensamento crítico, a integração sólida com as Ciências Sociais, o estabelecimento da pesquisa e dos Programas de Pós-Graduação e, por conseguinte, a produção e disseminação dos estudos advindos das vivências profissionais em diferentes espaços ocupacionais.

A escolha de explorar o tema da produção de conhecimento, em especial as publicações que investigam o exercício profissional de assistentes sociais na Educação, origina-se de dois contextos distintos, porém afinados e convergentes, que sustentam a motivação para a elaboração deste estudo. Inicialmente, essa abordagem alinha-se às pesquisas e estudos que minha orientadora desenvolve no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), no qual também sou participante como pesquisadora.

Ademais, essa escolha é influenciada pelo percurso de formação acadêmica e profissional que tracei, incluindo meu estágio na área no Instituto Federal Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), minha participação em pesquisas desde a graduação na iniciação científica, em

grupos de estudo e na Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social da Bahia (CRESS-BA). Nessas instâncias, dediquei-me a investigar o Serviço Social na Educação, com foco especial na Educação Profissional e Tecnológica, o que resultou em publicações de artigos e capítulos de livros dedicados ao tema.

Assim, percebo na produção um potencial para ampliar as perspectivas a partir do que está sendo desenvolvido no campo do exercício profissional na Educação. Ao aprofundar minha imersão nesse tema, tornou-se evidente o quanto ele nos envolve profundamente. A produção de conhecimento surge para mim como um conjunto de saberes difundidos sobre uma realidade social específica do trabalho profissional, compartilhando suas experiências cotidianas. No entanto, à medida que exploramos mais a fundo, percebemos a dimensão e a importância do processo de construção do conhecimento em Serviço Social.

Reconhecemos as contribuições significativas que esses saberes oferecem à sociedade e ao conjunto da categoria profissional, atravessando o trabalho de assistentes sociais e resultando em uma gama de conteúdos que derivam da experiência profissional, gerando respostas e indicações de novas possibilidades para a área da produção de conhecimento e do próprio trabalho.

A partir desse ponto de vista, nossa percepção sobre a produção de conhecimento se transforma. Nesse sentido, a pesquisa buscou lançar luz sobre o conhecimento que o Serviço Social tem acumulado em relação ao exercício profissional de assistentes sociais na área da Educação. Acreditamos que, ao conferirmos destaque e relevância a essa produção, assumimos um papel fundamental no enriquecimento do campo do Serviço Social na Educação.

Além disso, esperamos contribuir e estimular uma educação mais justa, igualitária e de qualidade, que promova o cumprimento da Lei nº 13.935 (Brasil, 2019), a qual prevê a presença de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de Educação Básica. Essa legislação vem sendo progressivamente consolidada no reconhecimento da Educação como um campo de atuação para assistentes sociais, considerando o papel essencial que esses profissionais desempenham nesse âmbito há tantos anos, o que justifica e fundamenta a elaboração desta dissertação.

No esforço de fortalecer a produção de conhecimento, a pós-graduação tem se destacado pelo acervo de publicações que acumula no âmbito do Serviço Social, por meio do desenvolvimento de pesquisas que abordam a realidade social da atuação profissional em diversos espaços ocupacionais. Em particular, voltamos nossa atenção para o campo da educação, como

mencionado anteriormente, que despertou nosso interesse para investigação.

As motivações centrais que impulsionaram esta pesquisa refletem-se nas seguintes questões de partida: Dado o significativo acúmulo de estudos na interface entre o Serviço Social e a Educação, e considerando a diversidade que permeia esse campo de pesquisa, indagamos: Como se configura a produção de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social na região Nordeste sobre o exercício profissional de assistentes sociais na Educação? Quais tendências temáticas têm emergido na produção científica de dissertações e teses acerca do exercício profissional de assistentes sociais na Educação? Além disso, investigamos de que maneira as análises elaboradas nessas produções abordam o exercício profissional no espaço educacional, e como a Educação é discutida nessas produções, considerando sua inserção em um contexto social específico.

Nosso objetivo geral consiste em analisar as tendências da produção de conhecimento no campo do Serviço Social, especificamente voltadas ao exercício profissional de assistentes sociais na área da Educação no período de 2015 a 2020. Nesse sentido, definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Mapear as produções a partir de Dissertações e Teses dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social na região Nordeste sobre o tema específico.
2. Identificar e analisar as principais tendências temáticas das produções sobre o exercício profissional de assistentes sociais na área da educação.
3. Explorar as análises elaboradas referentes ao exercício profissional no espaço educacional, bem como as perspectivas de educação abordadas nas produções científicas de dissertações e teses.

Por meio dessa estrutura, buscamos enriquecer as discussões sobre a produção de conhecimento, observando as tendências das publicações que emergem a partir das perspectivas dos autores em suas investigações sobre o exercício profissional na educação, revelando os principais eixos temáticos no conjunto da produção analisada. Portanto, nossa investigação se orienta pela forma como os estudos e reflexões sobre essa temática específica são apresentados. A produção científica analisada foi desenvolvida por profissionais atuantes, pesquisadores e estudiosos da área da Educação.

Para abordar essas questões, realizamos uma investigação abrangente nas dissertações de mestrado e teses de doutorado oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social localizados na região Nordeste do Brasil. Foram analisadas dez produções, sendo nove

dissertações e uma tese, um conjunto significativo que se alinha aos objetivos desta dissertação. Para a seleção da amostra, empregamos o método de revisão integrativa na coleta de dados, a partir da compilação sistemática e organizada das produções, considerando os critérios qualitativos da amostra. O agrupamento desses estudos resultou em um panorama da produção de conhecimento sobre o tema, nas tendências temáticas e nas perspectivas acerca do exercício profissional na educação, abrangendo os níveis e modalidades da educação nos quais atuam os assistentes sociais.

Este estudo se insere na área das ciências sociais aplicadas, especificamente no campo do Serviço Social, que integra o quadro das profissões liberais. A abordagem do tema refere-se à produção de conhecimento e caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na metodologia de revisão integrativa, utilizada para o levantamento das produções (identificação, seleção e avaliação dos estudos correlatos com os objetivos desta pesquisa). Para a análise dos dados coletados, empregamos a técnica de análise temática, que possibilitou a sistematização dos resultados a partir dos eixos temáticos e das tendências evidenciadas pelas produções. Essas análises foram realizadas sob uma perspectiva crítica, apoiadas por um referencial teórico-crítico, bases legais e documentos elaborados pela categoria profissional.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução, que contempla a contextualização da temática a partir dos aspectos relacionados ao projeto de pesquisa. Em seguida, apresentamos o capítulo que aborda o percurso metodológico, considerado de grande relevância para uma pesquisa bibliográfica, e posteriormente, a delimitação do estudo.

No segundo capítulo, discutimos a produção de conhecimento em Serviço Social, resgatando a história da profissão. Destacamos a construção do conhecimento social no campo do Serviço Social, traçando, de forma cronológica, um breve contexto da história da pós-graduação e ressaltando a importância da pesquisa para a consolidação do Serviço Social como uma área produtora de conhecimento.

No terceiro capítulo, abordamos a política de educação e os impactos das políticas neoliberais implementadas no país. Exploramos a emergência da política de educação como espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais, refletindo sobre o exercício profissional inserido nesse contexto. Apresentamos um panorama da produção científica em Serviço Social desenvolvida ao longo da trajetória profissional na área da educação.

No quarto e último capítulo, realizamos a análise da pesquisa bibliográfica, organizando-

a em eixos temáticos. Discutimos o exercício profissional na política de educação a partir das dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em Serviço Social na região Nordeste. Apresentamos tendências e perspectivas da produção referentes à atuação profissional, traçando um panorama geral e ressaltando os principais aspectos dessa produção.

Por fim, nas considerações finais, resumimos como a produção sobre o exercício profissional tem se desenvolvido na região Nordeste, encerrando a dissertação com questionamentos que poderão viabilizar futuras pesquisas sobre o tema. Esta dissertação percorreu um dos muitos caminhos para investigar a produção de conhecimento em Serviço Social, especialmente no âmbito da Educação, e está longe de esgotar o tema.

1.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Os procedimentos metodológicos adotados para a elaboração desta dissertação estão baseados na pesquisa bibliográfica, uma abordagem que envolve a aplicação de procedimentos organizados com o objetivo de buscar as respostas necessárias para compreender o objeto de estudo. É fundamental destacar que a pesquisa bibliográfica vai além de simplesmente reunir dados e informações; ela implica uma investigação aprofundada acompanhada de uma análise crítica sobre a temática em questão (LIMA; MIOTO, 2007).

A amplitude da pesquisa bibliográfica é evidente na diversidade de recursos previamente publicados, que incluem livros, revistas, artigos de pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), teses e dissertações, bem como fontes de comunicação oral e audiovisual (LAKATOS; MARCONI, 2003). Portanto, essa abordagem de pesquisa é predominantemente teórica.

Nesta pesquisa, utilizamos as dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas por alunas(os) formados nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social localizados na região Nordeste do Brasil. Esses programas estão vinculados a universidades públicas federais e estaduais, a saber: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). As investigações selecionadas

para análise concentram-se sobre o exercício profissional das(os) assistentes sociais na área educacional e estão disponíveis em bases de dados que abrangem o período de 2015 a 2020. Esse intervalo de tempo registrou o maior volume de publicações na área.

Respeitando os limites da dissertação, nossa pesquisa concentra-se nas pós-graduações *stricto sensu* na região Nordeste. Essa delimitação é justificada, pois representa um mapeamento realizado pelo GEPESSSE, que compreende a compilação das produções em nível Nordeste e se insere em um contexto maior de divulgação nacional. Com isso, contribuímos para a ampliação da discussão no âmbito do Serviço Social na Educação. Ademais, nossa investigação adquire um caráter distintivo ao abranger todas as pós-graduações de âmbito federal e estadual na região Nordeste, visando identificar as produções relacionadas ao exercício profissional das(os) assistentes sociais na área educacional.

É fundamental ressaltar algumas considerações iniciais sobre os procedimentos metodológicos empregados. A fase inicial compreendeu a aplicação do método de revisão integrativa, dentro da pesquisa bibliográfica, para a coleta de dados, identificação do universo e definição da amostra da pesquisa. A etapa subsequente envolveu a técnica de análise temática, que consistiu em uma avaliação preliminar dos dados, seguida por uma discussão baseada na identificação das tendências temáticas presentes na produção sobre o exercício profissional dos assistentes sociais no âmbito da política educacional.

Para garantir a abrangência das informações, o delineamento da pesquisa foi orientado pelo método de revisão integrativa, visando à compilação sistemática e organizada dos dados por meio de seis fases distintas, as quais conferem coerência ao percurso seguido durante a investigação. A primeira fase consistiu na formulação da pergunta orientadora; a segunda fase envolveu a busca e seleção da literatura relevante; a terceira fase concentrou-se na coleta de dados; a quarta fase compreendeu a análise crítica das produções incluídas; a quinta fase consistiu na discussão dos resultados; e a sexta fase diz respeito à apresentação da revisão integrativa, ou seja, dos resultados da pesquisa (BASTOS *et al.*, 2018).

Consequentemente, a revisão integrativa foi incorporada à pesquisa como um método para a coleta abrangente e pertinente das informações necessárias de maneira eficiente e objetiva. Embora seja uma abordagem mais comumente empregada na área da Saúde e menos difundida nas Ciências Sociais Aplicadas, ela permitiu apresentar dados mais robustos e extrair a essência das produções que embasaram o estudo.

A seguir, apresenta-se uma descrição minuciosa das seis fases que compuseram o

processo de revisão integrativa e a forma como foram aplicadas na pesquisa, abrangendo os passos percorridos e os dados coletados.

- Fase 1 - Formulação da pergunta norteadora: Quais são as tendências e perspectivas identificadas nas produções científicas de Dissertações e Teses sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação?
- Fase 2 - Busca e seleção da amostra: Realização do mapeamento das produções em bases de dados voltadas para a área de concentração do Serviço Social. Definição de critérios de inclusão e exclusão para a delimitação da amostra da pesquisa.
- Fase 3 - Coleta de dados: A partir da amostra estabelecida, os dados foram coletados utilizando uma ficha técnica de pesquisa.
- Fase 4 - Análise crítica dos estudos selecionados: Guiados pela técnica de análise temática, desenvolvemos os eixos temáticos a partir do objeto de estudo e dos objetivos delineados nos estudos selecionados. Isso permitiu uma compreensão mais aprofundada das discussões propostas pelas(os) autoras(es).
- Fase 5 - Discussão dos resultados: Com os eixos temáticos definidos, conduzimos a discussão levando em consideração as principais argumentações das(os) autoras(es) sobre o tema abordado. Adicionalmente, apresentamos de forma sistemática nossa própria perspectiva sobre o assunto.
- Fase 6 - Apresentação dos resultados da pesquisa: Nesta etapa, expusemos as contribuições proporcionadas pelo conjunto do conhecimento produzido em relação à temática do exercício profissional na educação. Destacamos as tendências temáticas emergentes nas abordagens e clarificamos as perspectivas evidenciadas nas produções que abordam a atuação das(os) assistentes sociais na educação.

Para alcançar os objetivos estabelecidos no estudo, utilizamos um instrumento de coleta de dados na forma de uma Ficha Técnica de Pesquisa. Ela foi elaborada com perguntas específicas, permitindo uma análise abrangente das produções selecionadas e visando responder aos objetivos traçados neste estudo. Em relação ao tratamento dos dados da pesquisa, é crucial criar um arquivo que contenha as perguntas e respostas identificadas. Para esse propósito, empregamos a ferramenta Google Docs¹, com o objetivo de otimizar e sistematizar os resultados da pesquisa a serem posteriormente analisados (PARIZOT, 2015).

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise temática, que

¹ Formulário disponível em: *link*: <<https://drive.google.com/file/d/1j7uU13nU-RsGqLYcBmfrlqLfGbJ25Lnl/view?usp=sharing>>

proporciona uma abordagem interpretativa mais profunda dos textos, explorando tanto os aspectos explícitos quanto os implícitos. Essa abordagem nos permitiu desvendar a ideia central e os detalhes secundários presentes nos textos, possibilitando a reconstrução do pensamento das(os) autoras(es) e a preservação de sua lógica argumentativa (LAKATOS; MARCONI, 2003). Isso, por sua vez, viabilizou uma compreensão mais completa e abrangente dos tópicos discutidos. Nesse contexto, a análise foi conduzida através da interligação das argumentações das(os) autoras(es) com nosso próprio ponto de vista, fundamentado no referencial teórico e abordado de maneira crítica, com o intuito de atender a todos os objetivos delineados nesta pesquisa.

A leitura desta análise será orientada pela perspectiva crítica dialética, fundamentada no pensamento marxista. Essa abordagem é sustentada por um referencial teórico crítico que se alinha a essa visão, além de estar embasada em legislações e documentos que conferem relevância ao tema em análise. Isso nos possibilita realizar análises mais aprofundadas sobre a produção em questão.

O método de análise que guia esse processo de estudo é uma abordagem investigativa que demanda a compreensão da realidade sob a ótica das visões de mundo. Quando aplicado ao objeto de pesquisa, direciona as ações do pesquisador (NETTO, 2011a). Utilizamos aqui o materialismo histórico-dialético, o qual implica “[...] uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011a, p. 53).

Considerando que a produção de conhecimento está intrinsecamente vinculada à prática profissional e deve estar em consonância com o compromisso ético-político assumido pela categoria, nossa abordagem contribui para uma compreensão mais abrangente e fundamentada das produções selecionadas. Isso nos permite estabelecer uma aproximação mais coerente com a realidade da atuação profissional no contexto educacional, por meio dessas produções.

1.1.1 TRAÇANDO O PERFIL DA PESQUISA

A trajetória seguida na busca por produções relacionadas ao exercício profissional de assistentes sociais na área da educação envolveu um processo de pesquisa criteriosa, fundamentado na aplicação de procedimentos e técnicas metodológicas. A adoção desse conjunto de abordagens permitiu a geração de um material analítico substancial sobre o tema em consideração. A pesquisa concentrou-se em fontes secundárias, ou seja, dissertações e teses.

A pesquisa exploratória desdobrou-se em duas fases distintas. Inicialmente, ocorreu

a fase de imersão na temática e elaboração do estado da arte, realizada em setembro de 2019. Posteriormente, uma segunda etapa foi conduzida para atualizar os dados iniciais coletados, empregando o método de revisão integrativa e técnicas de recuperação de informações em bases de dados, entre os meses de outubro de 2019 e dezembro de 2021. A coleta de dados baseada na ficha técnica de pesquisa ocorreu no ano de 2022, seguida das análises, culminando nas conclusões deste estudo.

O processo inicial envolveu a recuperação de informações provenientes de bases de dados e outras fontes de pesquisa, visando a coleta das produções pertinentes. Essa etapa serviu como ponto de partida para a busca das produções e a criação de um banco de dados que contribuirá para pesquisas futuras e para a disseminação do conhecimento desenvolvido na área.

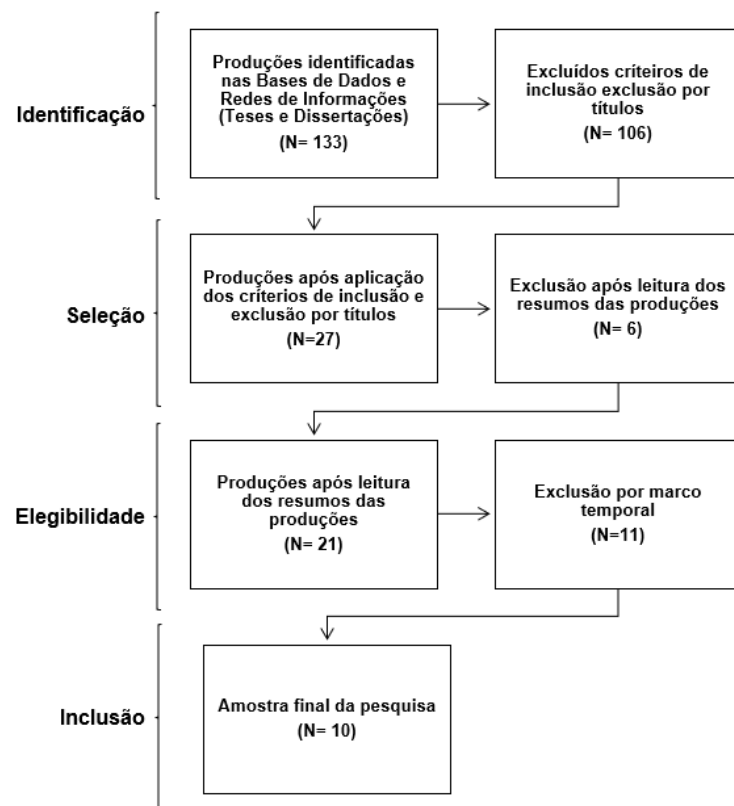
Com o objetivo de alcançar essa meta, a pesquisa concentrou-se em duas das principais fontes de busca no campo do conhecimento em Serviço Social, conforme indicado pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Além disso, a pesquisa foi enriquecida pela inclusão de outras redes de informações, como repositórios e bibliotecas digitais de universidades públicas com programas de pós-graduação na área de Serviço Social, visando uma abordagem mais abrangente na elaboração do mapeamento das produções.

Para localizar as produções desejadas, utilizamos termos controlados por meio de palavras-chave e descritores relacionados ao Serviço Social, empregando também operadores booleanos para delimitar as buscas entre aspas (“”). Criamos os seguintes padrões de busca: “Serviço Social *AND* Educação”; “Exercício Profissional de Assistentes Sociais *AND* Educação”; “Trabalho do Assistente Social *AND* Educação”; “Serviço Social *AND* Escola”; “Trabalho do Assistente Social *AND* Escola”; “Exercício Profissional de Assistentes Sociais *AND* Escolas”; “Serviço Social na Política de Educação”; “Trabalho do Assistente Social na Política de Educação” e “Exercício Profissional de Assistentes Sociais na Política de Educação”. Dada a abrangência da temática, consideramos também os filtros “Fazer Profissional de Assistentes Sociais na Educação” e “Prática de Assistentes Sociais na Educação”.

Após desenvolver a estratégia de busca, delineamos as etapas que constituíram as fases de coleta das informações, seguindo os seguintes critérios: títulos que incorporassem os termos mencionados e revisão dos resumos das pesquisas cujo objetivo fosse investigar o exercício profissional de assistentes sociais na Educação. Consideramos que uma análise parcial

baseada apenas nos títulos das produções não abrangeria plenamente o conteúdo. A análise das produções levantadas no período de 1990 a 2020 revelou que a incidência de publicações foi mais significativa a partir de 2010, com um aumento ainda mais acentuado de 2015 a 2020, marcando um período de maior atividade na produção de conhecimento sobre o tema. Por essa razão, escolhemos este último como o recorte temporal da pesquisa. A seguir, a Figura 1 apresenta o fluxograma ilustrativo do processo de coleta das produções, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão para a seleção e subsequente análise dos estudos delimitados.

Figura 1 – Fluxograma de representação do processo de coleta de dados e seleção das produções



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ingressamos no universo de pesquisa, contabilizando um total de 133². Dentre essas, identificamos que 27 estudos (20,30%) se enquadram na área do Serviço Social na Educação. Dentro dessa abordagem temática, encontram-se as produções que abordam o exercício profissional de assistentes sociais na educação — o foco desta investigação e, portanto, o núcleo central da busca. Essa categoria é representada por 10 produções, que constituem a amostra selecionada para este estudo.

² Banco de Dados com todas as produções organizadas em suas categorias e em abas por temas está disponível em: [link: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1_uJumW-0uVGhQNVkJgsTef8EJ_44B_Xi/edit?usp=sharing&oid=115105645639058311608&rtpof=true&sd=true>](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1_uJumW-0uVGhQNVkJgsTef8EJ_44B_Xi/edit?usp=sharing&oid=115105645639058311608&rtpof=true&sd=true)

Por outro lado, no processo de inclusão e exclusão durante a seleção dos estudos, identificamos que aproximadamente 61 trabalhos (45,86%) abordam temas relacionados à Política de Educação. Outros 45 estudos (33,83%) exploram áreas como: Educação; Movimentos Sociais e Educação; Política de Assistência Social; Política de Saúde; Política Social e Educação; Políticas de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores Públicos; Serviço Social e Formação Profissional; Serviço Social e Relação de Exploração/Opressão de Gênero; Serviço Social e Sexualidade; Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Serviço Social, Geração e Classes Sociais; Sistema Prisional e Trabalho e Educação.

Reconhecemos que essas produções surgiram em nossa busca devido à abrangência dos filtros empregados na coleta de teses e dissertações. É evidente que, à luz do exposto, encontramos um número relativamente baixo de estudos que se aprofundam na área do Serviço Social na Educação. Apesar do volume limitado na região Nordeste, conseguimos adquirir subsídios para realizar nossa pesquisa.

A produção bibliográfica relacionada à temática Serviço Social e Educação desperta interesse da categoria profissional, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), bem como de pesquisadores na área há algum tempo. O CFESS/CRESS deu início a esse movimento ao conduzir um levantamento das produções que abordam essa temática em 2011, no documento intitulado “Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação”, assessorado pelo professor Ney Luiz Teixeira de Almeida. Esse documento representa um marco de referência para a discussão.

Da mesma forma, pesquisas bibliográficas que organizam levantamentos e análises do conhecimento sobre o Serviço Social na Educação e a atuação profissional nesse campo têm compilado trabalhos científicos, incluindo TCC, teses e dissertações, bem como artigos. Destacamos duas teses de doutorado e um TCC no campo do Serviço Social, assim como uma dissertação de mestrado na área da Educação. Essas produções têm ampliado o conhecimento científico em relação ao Serviço Social com ênfase na Educação. Ficamos impressionados com a riqueza da área do Serviço Social na Educação e como tem acumulado uma produção significativa, o que despertou nosso interesse em explorá-la.

Atualmente, o GEPESSSE, coordenado pelas professoras Eliana Martins e Adriana Férriz, juntamente com os professores Ney Luiz Teixeira e Carlos Filipe Moreira, do qual fazemos parte, está realizando uma pesquisa em nível nacional sobre a produção do conhecimento em Serviço Social na Educação. Até o momento, essa pesquisa identificou aproximadamente 358

estudos, entre teses e dissertações, na área. Essas produções estão distribuídas por região da seguinte maneira: Região Sudeste com 146 estudos; Região Sul com 124 estudos; Região Nordeste com 35 estudos³; Região Centro-Oeste com 40 estudos; e Região Norte com 13 estudos (GEPESSE, 2021). Já podemos notar um novo retrato da produção, na interface Serviço Social na Educação, em razão da extensão da pesquisa e ampliação dos critérios de inclusão e exclusão. No entanto, o quantitativo de produções na área temática ‘exercício profissional de assistentes sociais na educação’ no período pesquisado manteve o mesmo, com 10 estudos.

³ Esse número foi obtido, também, por meio dos materiais disponibilizados durante o processo de mapeamento desta pesquisa.

2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO

Um prelúdio à crítica ao conhecimento inaugura as discussões desta dissertação. O conhecimento científico formalmente estabelecido na cultura ocidental é validado pelas universidades, que reconhecem a pesquisa como fundamento científico e adotam a realidade social como campo de investigação e análise crítica.

A interpretação da realidade social contemporânea, sob uma perspectiva dialético-crítica, apreende o cotidiano do indivíduo na intrincada dinâmica social, permeada por determinações que influenciam as relações sociais. No entanto, essa abordagem também incide sobre a construção do conhecimento genuíno, que se esforça para compreender a complexidade da existência social.

Para introduzir a temática, inicialmente fazemos referência às aspirações filosóficas relacionadas à *epistemologia* na busca pelo conhecimento. Em seguida, abordaremos as formulações teóricas que delineiam a trajetória e o processo de construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, com destaque para a conexão do Serviço Social com o pensamento crítico embasado na teoria Marxista.

Enfatizaremos a relevância da pesquisa e do estabelecimento de Programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social para o reconhecimento desta como produtora de conhecimento dentro das Ciências Sociais. O avanço da produção científica, alavancado pelo apoio de instituições de fomento à pesquisa e universidades, reflete a presença e a atuação das(os) assistentes sociais na sociedade. Assim, o Serviço Social tem acumulado uma rica produção em uma ampla gama de campos e tópicos.

Nesse contexto, buscamos resgatar os principais aspectos que remontam a essa história recente da profissão. Desse modo, fortalecemos a pesquisa enraizada nos valores ético-políticos da profissão e fundamentada em um arcabouço teórico-metodológico de abordagem crítica que incide sobre as análises da realidade social em que o Serviço Social atua, e como resultado, consubstancia a produção de conhecimento.

2.1 AS DIMENSÕES DO CONHECIMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

[...] o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (NETTO, 2011a, p. 25)

As considerações apresentadas buscam abranger, de maneira geral, as formas de conhecimento que surgem a partir de suas dimensões, nas quais se pressupõe que sejam tanto epistemológicas quanto sociais, estabelecendo-se como premissa para a construção científica. Com base nas reflexões de autores como Chauí (1996), Chauí (1984), Demo (2001), Demo (2017), Demo (1985), Japiassu (1991), Lara (2007), Lara (2011), Setubal (2007) e Gomes (2017), serão apresentadas noções introdutórias essenciais para a discussão sobre a produção do conhecimento.

O primeiro ponto relacionado à análise da epistemologia diz respeito à etimologia da palavra, que tem origem no grego — “Episteme” (ciência) e “Logos” (discurso), significando Teoria da Ciência ou Filosofia das Ciências. Essa área refere-se ao estudo do conhecimento (JAPIASSU, 1991). Portanto, é possível conceituar a epistemologia como parte do discurso filosófico que se configura como uma reflexão crítica sobre a ciência. Dessa forma, ela é submetida à concepção clássica de epistemologia resgatada por Japiassu no Vocabulário de Lalande: “Essencialmente, a epistemologia é o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências” (JAPIASSU, 1991, p. 25).

Esses conhecimentos epistemológicos, portanto, percorrem uma linha delicada no estudo das ciências, na definição do que se compreende como conhecimento científico legítimo e reconhecido como tal. Sob essa perspectiva, podemos entender a epistemologia como uma disciplina voltada para a reflexão sobre como a ciência é produzida, como seus processos são organizados e como suas formulações se desenvolvem (JAPIASSU, 1991, p. 27).

A tarefa da epistemologia consiste em conhecer este devir (**conhecimento profundo**) e em analisar todas as etapas de sua estruturação, chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo” (JAPIASSU, 1991, p. 27).

Nesse sentido, conforme Japiassu (1991), é crucial compreender a amplitude da epistemologia e as diferentes abordagens possíveis. Não é adequado reduzi-la a um conceito fixo e definitivo. É necessário entender como “[...] a epistemologia se situa a si mesma relativamente à filosofia das ciências e a outras disciplinas que lhe são mais ou menos afins” (JAPIASSU, 1991, p. 29). Assim, iremos nos ater às abordagens filosófica e social, entendendo que nenhuma perspectiva se sobrepõe à outra em termos de superioridade, visto que cada uma possui suas próprias determinações.

No âmbito da *filosofia*, o conhecimento também pode ser abordado como *teoria do conhecimento*. Segundo a perspectiva filosófica de Chauí (1996), trata-se do estudo das várias

formas e possibilidades do conhecimento humano, determinadas pela capacidade de conhecer. Ela destaca o campo científico como a área predominante de investigação.

Neste cenário, observamos que o conhecimento, tradicionalmente conceituado na filosofia, é um fenômeno que passou por concepções filosóficas e científicas desde os primórdios da filosofia antiga (século VI a.C.) até a era moderna (séculos XV-XVIII). Na antiguidade, a filosofia grega deixou formulações que foram posteriormente criticadas pelos filósofos modernos no século XX.

Uma das principais formulações levou aos princípios gerais do conhecimento verdadeiro, como definidos pelos filósofos gregos (Platão e Aristóteles) (CHAUI, 1996). Dentre esses princípios, destaca-se a distinção entre aparência e essência, que mais tarde se revelou essencial na perspectiva teórico-crítica da construção do conhecimento social.

Nesse contexto, a filosofia grega considerava a realidade como parte da própria natureza, englobando seres humanos e instituições (CHAUI, 1996). Conforme essa autora (1996) aponta, nessa época, a questão central do conhecimento era determinar que podemos conhecer simplesmente por compartilharmos a mesma racionalidade do mundo, entendendo o ser e a natureza. A capacidade de conhecer decorre da nossa capacidade de pensar a realidade (racionalizá-la) e entender a inteligibilidade do mundo.

O ato de conhecer, sob essa perspectiva filosófica influenciada por Platão e Aristóteles, é intrínseco à natureza humana e surge dos sentidos. Como seres humanos que fazem parte da natureza, podemos conhecê-la, pois somos formados pelos mesmos elementos e compartilhamos da mesma inteligência que a anima e impulsiona (CHAUI, 1996).

No século XVIII, um período marcado pelo Renascimento e a transição para a modernidade, trouxe uma mudança na “base do saber”, conforme Chaui *et al.* (1984) definiu, ao introduzir um novo modo de pensar e elaborar reflexões filosóficas impulsionadas pela ciência moderna (CHAUI *et al.*, 1984). “O problema do conhecimento torna-se, portanto, crucial e a Filosofia precisa começar pelo exame da capacidade humana de conhecer, pelo entendimento ou sujeito do conhecimento” (CHAUI, 1996, p. 114).

Assim, os filósofos modernos (Bacon, Descartes e Locke) passam a considerar o conhecimento humano como um tema de interesse da Filosofia – tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento (CHAUI, 1996). Nessa perspectiva, a preocupação com o conhecimento visa entender o sujeito como o objeto do conhecimento e a maneira de produzir conhecimento dentro de uma realidade.

A *Teoria do Conhecimento* inaugura uma compreensão de estudo centrada no ser humano, como “[...] o sujeito do conhecimento objeto de conhecimento para si mesmo [...]” (CHAUI, 1996, p. 117). Em resumo, o ser humano, como sujeito detentor de conhecimento, é ele mesmo o objeto de conhecimento para si (CHAUI, 1996). Dentro desse contexto filosófico, surge uma epistemologia, uma teoria do conhecimento ou da ciência, que concebe o conhecimento como uma propriedade do sujeito e de um objeto conhecido (BOTTMORE, 1988). Portanto, “[...] o sujeito do conhecimento é aquele que reflete sobre as relações entre atos e significações e conhece a estrutura formada por eles (percepção, a imaginação, a memória, a linguagem, o pensamento)” (CHAUI, 1996, p. 119).

Essa perspectiva epistemológica do Renascimento, contudo, é submetida à crítica durante o período da modernidade. Considerada tradicional, é reduzida com o advento da ciência moderna, que se atribui o privilégio epistemológico de ser a única forma válida de conhecimento, ou seja, o reconhecimento do conhecimento científico (GOMES, 2017). Dessa forma, Gomes (2017) ressalta que essa concepção da ciência limita outras maneiras de conhecimento que não se enquadram nessa “ortodoxia conceitual”.

A *ciência moderna*, o ato de conhecer, conforme argumenta Gomes (2017), é regulado pela ciência. Isso envolve “[...] à experimentação, à teorização, à sistematização de informações, à tecnologia; ou seja, à ideia do cientista como aquele que se afasta do mundo para escrever sobre ele” (GOMES, 2017, p. 58). Em outras palavras, trata-se de submeter a prática científica à reflexão, com o intuito de alcançar um conhecimento genuíno, ou seja, a essência do conhecimento científico, como descrito por Japiassu (1991).

A *ciência moderna* interpreta a produção científica como conhecimento científico, fazendo uma distinção entre conhecimento e saber, que são entendidos como conceitos dicotômicos e, ao mesmo tempo, complementares Gomes (2017). Isso conduz a uma disputa de narrativas na discussão sobre o conhecimento e o significado do discurso científico.

Nesse contexto, é possível observar uma demarcação precisa e distintiva entre diferentes tipos de saberes, conforme descrito por Japiassu (1991), que é iluminado por uma análise sociológica do conhecimento. Essa análise determina uma das funções da ciência, que é distinguir entre saberes comuns e saberes científicos, devido às influências das condições sociais. Ao mesmo tempo, a ciência tem o papel de tornar explícitos os pressupostos subjacentes às tradições teóricas, considerando suas condições históricas e sociais, por meio da crítica epistemológica. Isso inclui a avaliação dos métodos de produção científica e a análise dos

sistemas de conhecimento científico, como enfatizado pelo autor:

O conhecimento científico é sempre tributário de um pano de fundo ideológico ou filosófico. Também é tributário da religião, da economia, da política e de outros fatores extracientíficos. Sendo assim, o simples fato de concebermos a ciência ou um conhecimento científico como possíveis, já é um pressuposto que tem origens filosóficas ou ideológicas (JAPIASSU, 1991, p. 35-36).

A partir dessa concepção, podemos inferir que o conhecimento, inserido na intricada estrutura da sociedade moderna, também sofre influência dos diversos modos de produção. Nesse contexto, há um modo dominante, o sistema capitalista, que influencia as condições de desenvolvimento e, conseqüentemente, a coexistência de diferentes modos de conhecimento específicos (BAPTISTA, 1992, p. 85).

Esse complexo de saberes está imbricado no “mundo da vida” tendo, portanto, suas particularidades, causalidade estrutural própria (gênese e determinações) e dinâmica própria de transição de modos de domínio, de manutenção e de eliminação de elementos estruturais

A teoria clássica do conhecimento resultou de reflexões sobre as ciências relacionadas aos estudos dos saberes e suas origens (JAPIASSU, 1991). O conhecimento social surge como um processo dinâmico, histórico e influenciado por diversas fontes que atuam em sua formação.

Partindo dessa premissa, partimos da ideia de que existem conhecimentos diversos e heterogêneos dentro de uma totalidade complexa, onde encontramos combinações de conhecimentos específicos, dos quais um se destaca como predominante (BAPTISTA, 1992, p. 25).

Todas as filosofias desenvolveram espontaneamente uma teoria do conhecimento e uma filosofia das ciências tendo por objetivo quer evidenciar os *meios* do conhecimento científico, quer elucidar os *objetos* aos quais tal conhecimento se aplica, quer *fundar* a validade deste conhecimento. (destaques originais do autor).

O conhecimento como teoria analítica possui intrínsecos aspectos históricos e políticos. Por isso, o resgate histórico ganha importância, já que a historicidade é fundamental para o objeto da ciência. Isso ocorre porque o conhecimento “[...] só se concretiza pela ação dos sujeitos históricos, eles próprios indivíduos, que em sua singularidade, particularidade e genericidade, se constroem como seres sociais, no processo mesmo da constituição de vida material” (JAPIASSU, 1991, p. 159).

Nessa perspectiva, é possível inferir que a epistemologia e a ciência compartilham do mesmo objeto. Japiassu (1991, p. 32). afirma que “[...] a epistemologia é profundamente solidária das ciências, devendo alimentar-se amplamente de seus ensinamentos”.

A questão central reside no ato de conhecer, que é o princípio do entendimento do ser – o sujeito, ou seja, o objeto do conhecimento (CHAUI, 1996). A relação entre sujeito e objeto configura-se como a base do processo de conhecimento. Na figura humana, o ser – o sujeito – constrói sua própria natureza. Da mesma forma que transforma a natureza, também se transforma mutuamente ao alterar o ambiente, produzindo a si mesmo enquanto modifica a natureza (CHAUI, 1996).

A partir dessa relação estabelecida, o ser humano constrói sua existência no espaço e no tempo, bem como tem a capacidade de moldar seu mundo por meio da dinâmica de produção e reprodução das relações sociais. Essa construção é influenciada por aspectos históricos e culturais.

Fundamentada na reflexão epistemológica de Japiassu (1991), compreendemos que a organização do conhecimento ocorre por meio da categorização epistêmica durante a busca pelo conhecimento, destacando-se as categorias de: obstáculos epistemológicos (tentativas de compreensão do saber); *corte epistemológico* (atitude científica); e *vigilância epistemológica* (progresso reflexivo da atitude científica — minimizando erros). Essas análises foram elaboradas por Bachelard (JAPIASSU, 1991).

Demo (1985) adverte que essas conceituações estão ligadas aos procedimentos formais que compreendem o método científico. “A ciência propõe-se a captar e manipular a realidade assim como ela é. A metodologia desenvolve a preocupação em torno de como chegar a isto” (DEMO, 1985, p. 20) Por meio do método, buscamos compreender o mundo real, utilizando uma determinada abordagem que nos permite explorar uma realidade social específica dentro de um contexto histórico estabelecido.

Assim, o tema abordado aqui está relacionado à busca pela verdade como base do conhecimento científico, onde a verdade é vista como uma pretensão de validade universal, ou seja, verdades aproximadas que consideram a existência concreta e histórica (DEMO, 1985, p. 20). Isso está associado à busca pela essência da realidade.

Apenas por meio de investigação é possível captar a essência de uma realidade, buscando entender a estrutura completa da realidade concreta, apreendendo suas múltiplas determinações, que são intrínsecas a ela e atribuem sentido por serem parte dessa realidade

específica e pertencerem a um período histórico definido (SETUBAL, 2007, p. 65).

Para que o homem ultrapasse o estágio sensível e caminhe em direção à ‘coisa em si’, a essência da realidade, ele tem que sair da conduta contemplativa/reflexiva para se por em ação pela práxis transformadora. Transformadora por não considerar o fenômeno como algo independente e absoluto, já que esse se transforma em relação com a essência e só é compreendido quando se atinge a estrutura da ‘coisa em si’”.

Portanto, o fenômeno que se manifesta na aparência das “coisas” é o ponto de partida, pois se apresenta como um fenômeno dado, ou seja, como a imediatez do real. Por essa razão, para compreender a *essência* dos fenômenos na realidade concreta, é necessário submetê-los a uma investigação aprofundada, a fim de desvendá-los e entendê-los em sua *essência*. Diante disso, emerge a complexa realidade do cotidiano do indivíduo em sua particularidade (SETUBAL, 2007).

Vivemos em uma sociedade capitalista que prioriza o capital em detrimento das relações sociais, o que dificulta a percepção clara da essência dos fenômenos. “Um conhecimento imediato é, por princípio, subjetivo. Ao considerar a realidade como um bem, ele oferece certezas prematuras que, em vez de ajudar, entraram no conhecimento objetivo” (BACHELARD, 1996, p. 259). Isso significa que a realidade que se apresenta “olho nu” precisa ser desvelada em sua essência.

A realidade social, por sua vez, é uma totalidade sempre ontológica e histórica, em constante transformação para ir além da aparência imediata e buscar a essência dos fatos. Nessa relação entre o *real* e o *concreto*, a categoria da *totalidade* é fundamental para compreender a realidade (NETTO, 1996). É no contexto das determinações sociais estabelecidas na realidade que o conhecimento se constitui como práxis.

A realidade não se revela em todas as suas dimensões; ela se apresenta de forma imediata, mostrando os fatos diante de nós. Contudo, esses fatos não estão completos em sua forma inicial. A aparência do fenômeno é uma parte do real, mas não abarca a sua essência. A imediatez do fenômeno é opaca e é influenciada por uma condição histórica.

Por esse motivo, é necessário separar a essência do plano imediato e investigar a sua origem, questionando como ocorreu determinado movimento. Isso é crucial para evitar obstáculos (NETTO, 2011a). Os obstáculos surgem no próprio processo de conhecer a realidade que está sendo investigada. Essa realidade deve ser compreendida para além do que é aparente, identificando possíveis efeitos e causas que podem interferir na análise (BACHELARD, 1996).

Do ponto de vista da crítica ao *conhecimento*, a questão central reside na busca pelo conhecimento, pelo saber e pela *verdade*. O conhecimento só se aprofunda quando é submetido à crítica e ao questionamento. Esse é o cerne do processo de conhecimento: o movimento de questionar, desconstruir, reconstruir e superar, que é como o conhecimento é construído (DEMO, 1985). Essa dinâmica é inesgotável e possibilita o progresso do próprio conhecimento. Isso implica em adotar uma perspectiva de conhecimento que vá além da superfície, submetendo-a à crítica, transformando o conhecimento dos sentidos em um conhecimento que o pensamento é capaz de alcançar.

O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é “o que se poderia achar”, mas é sempre o que se deveria ter pensado. O pensamento empírico torna-se claro depois, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido” (BACHELARD, 1996, p. 17).

Nesse sentido, Demo (1985) esclarece que por trás dessas concepções, o conhecimento científico busca formalizar o saber de certa maneira, empregando um método baseado em uma corrente de pensamento específica. Atribui-se ao conhecimento a expectativa de *validade universal*, como mencionado anteriormente. No entanto, busca-se superar a ideia de conhecimentos impuros – vulgares, bem como o conhecimento religioso. No entanto, algumas de suas noções ainda estão presentes, como a noção de *verdade* e *validade*. A validade universal tem suas raízes na herança religiosa, de acordo com Demo (1985).

Dessa forma, todo e qualquer conhecimento é relativamente válido¹, uma vez que tudo tem um valor relativo e as verdades são aproximadas. Nesse ponto, Pedro Demo (1985) enfatiza que a ciência não produz conhecimento verdadeiro, mas sim conhecimento discutível. Afirmar que algo é conhecimento verdadeiro implicaria reconhecê-lo como definitivo e intocável (meio), frequentemente misturando sua validade formal (duradoura) com sua existência concreta (contingente). Em outras palavras, o conhecimento está em constante processo de construção e reconstrução. Portanto, tentar definir o conhecimento seria restringi-lo diante das diversas possibilidades de construção que existem. No entanto, BAPTISTA (1992) ressalta que esses processos ocorrem em uma sociedade dinâmica, sujeita a transformações estabelecidas de maneira hegemônica, resultando na constituição de um novo saber.

Nesse processo de transição, o conhecimento social gerado é impregnado de “impurezas e de sobrevivências” que refletem suas estruturas reais, tais quais, são desiguais e necessitam serem superadas” BAPTISTA (1992).

¹ A partir de Demo (1985), apreendemos enquanto paradigma pós-moderno que verdades são relativas. Nessa perspectiva pretende-se evitar a pretensão de validades totais e ou verdade única.

O conhecimento, enquanto fonte do saber, representa um mecanismo de poder utilizado para reproduzir o capital na sociedade do conhecimento. Esse tema frequentemente traz à tona debates sobre a importância do conhecimento para a humanidade (DEMO, 1985). Nesse contexto, a universidade assume o papel central como local de conhecimento, adquirindo o status quo de espaço de pesquisa,

Apesar da imponente e globalizada presença do conhecimento científico, ele é apenas uma das várias maneiras de se adquirir conhecimento. A validação exclusiva do conhecimento científico é uma característica eurocêntrica que reflete o modo ocidental e dominante de fazer ciência. Como resultado, outros tipos de saberes são reduzidos a uma forma carente de cientificidade, julgados pelos critérios formais científicos (DEMO, 1985).

No entanto, existem várias outras narrativas relevantes sobre a tradição e o controle que estão associados ao conhecimento. É intrínseco ao conhecimento ser um mecanismo de poder nas mãos de quem o detém. Demo (1985), destaca que no que hoje é chamado de “Sociedade do Conhecimento”, o conhecimento é “a grande moeda de troca” – na linguagem neoliberal, sendo vinculado à perspectiva da intelectualidade, do capital intelectual ou capital do conhecimento/cultural.

Ademais, nossas formas de racionalidade, de rigor metodológico, de ver o relacionamento entre sujeito e objeto, não precisam ser as únicas, porquanto recairíamos naquilo que já é vício notório do ocidente: a arrogância clássica de considerar ignorante quem não conhece o que conhecemos. Não somos padrão absoluto para os outros. Isto não torna nossa história menos importante, mas é uma entre outras Demo (1985, p. 53).

A coerência desse pensamento baseia-se na ideia de que consideramos o conhecimento inesgotável. Buscamos, de maneira genérica, resgatar esse ponto, que explicaria o fenômeno científico e sua contínua construção. Isso implica que não existem limites ou fronteiras para sua expansão (DEMO, 1985).

Nesse contexto, um olhar crítico e reflexivo se apresenta como um desafio em relação aos modelos epistemológicos dominantes. Estudos decoloniais apontam para a necessidade de ampliarmos nossa perspectiva epistemológica para incorporar outras visões que questionem os modelos atuais, os quais são rígidos e muitas vezes deixam de lado outros saberes que, mesmo sem os critérios formais, poderiam enriquecer o conhecimento ².

² Embora as/os autores referenciados não tragam a perspectiva de Decolonialidade compreendemos que toda essa elaboração teórica converge com uma noção ampliada do conhecimento do ponto de vista de diálogo epistemológico entre os saberes socialmente construídos.

A visão de Gomes (2017) destaca que essa expansão do pensamento poderia desencadear uma revolução na forma como construímos o conhecimento, permitindo uma dinâmica renovada nas relações entre diferentes saberes e, por consequência, entre pessoas e grupos sociais diversos. Isso poderia resultar em “um relacionamento mais igualitário e mais justo que nos faça apreender o mundo de forma edificante, emancipatória e diversa culturalmente” (GOMES, 2017, p. 62).

A partir dessa perspectiva, podemos inferir que, embora o conhecimento científico seja hegemônico, ele deve ser submetido à crítica como o gesto principal do conhecimento - o questionamento, que é uma premissa da epistemologia (DEMO, 1985). Nesse contexto, é importante problematizarmos a noção de conhecimento universal como única verdade, característica do pensamento ocidental, que reforça a ideia de uma única abordagem para desvendar a realidade, de acordo com os conhecimentos reproduzidos há séculos.

Assim, o percurso traçado até aqui procurou apresentar de maneira concisa diferentes perspectivas epistemológicas e a importância do conhecimento para a compreensão da realidade e a busca por soluções para seus problemas. Reconhecemos a existência de outros tipos de conhecimento além do método científico, como afirma Demo (1985, p. 53): “Se a criatividade deve ser marca registrada da ciência, é contraditório encerrarmos sua evolução dentro de um lastro conhecido ou apenas predominante”. Em outras palavras, a função epistemológica é explicitar as descobertas científicas por meio de suas várias vertentes (JAPIASSU, 1991).

Como discutimos anteriormente, a epistemologia é simultaneamente autônoma, sem definições precisas, e solidária tanto à filosofia quanto à ciência. Seu foco é o estudo da origem e estrutura das produções que envolvem o conhecimento. Nesse contexto, Japiassu (1991) afirma que não é função da epistemologia conferir autoridade ao que deve ser o conhecimento científico. Isso é estabelecido pela modernidade como conhecimento hegemônico e validado pelas instituições universitárias.

Seu papel é o de estudar a gênese e estrutura dos conhecimentos científicos. Mais precisamente, o de tentar pesquisar as leis reais de produção desses conhecimentos. E ela procura estudar esta produção dos conhecimentos, tanto do ponto de vista lógico, quanto dos pontos de vista linguístico, sociológico, ideológico etc. [...] cabe à epistemologia perguntar-se pelas relações existentes entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as instituições científicas, entre as diversas ciências Japiassu (1991, p. 39).

Em resumo, o conhecimento deve acompanhar a dinâmica de seu tempo, e devido à importância de historicizá-lo, torna-se necessário compreender o contexto no qual ele se insere,

levando em consideração os fenômenos externos ao sujeito que exercem influência sobre sua vida. Isso é especialmente evidente no cotidiano, onde o movimento da vida do sujeito se manifesta.

Para tanto, é através do processo dialético que buscaremos compreender os fenômenos sociais, políticos e econômicos entrelaçados na dinâmica social. Como salienta Demo (1985), “a pesquisa sobressai, então, não só como princípio científico, mas sobretudo como princípio educativo através da qual professores e estudantes se formam de modo permanente”.

Os procedimentos de conhecer e produzir conhecimento estão incorporados no sujeito que busca conhecimento, no ato de indagar e questionar a dinâmica social para desvendar os fenômenos, resultando no processo de elaboração do conhecimento social. No ato de questionar, reconstruir e construir novo conhecimento, essa dinâmica é inesgotável na busca pelos critérios formais estabelecidos para captar a realidade. Ademais, como Demo (1985, p. 21) destaca, “a racionalidade que a ciência gostaria de fundar é também um conceito ideológico, porquanto não pode ser definida fora de um contexto social dado”.

A preocupação atual com o conhecimento reside em questionar para quem o conhecimento científico produzido está servindo. Isso ocorre porque o capital intelectual desempenha um papel na produção e reprodução do capital, conforme ressaltado por (LAVAL, 2019):

Ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos se tornou uma atividade mercantil específica pelas formas jurídicas de sua apropriação privada [...]. Uma das características do capitalismo moderno é exatamente a organização sistemática da pesquisa sobre uma base capitalista, com o objetivo de extrair rendas tecnológicas para as empresas (LAVAL, 2019, p. 57).

Frente a essa complexidade, é possível afirmar que nos apropriamos das dimensões do conhecimento como uma ferramenta para a interpretação da realidade social, adotando a perspectiva da teoria social crítica sob a abordagem marxista. Esta corrente de pensamento, delineada como método de apreensão do real (BAPTISTA, 1992, p. 92), nos permite adotar uma visão de mundo enraizada nessa concepção. Isso, por sua vez, fundamenta a construção do conhecimento social contemporâneo, situado em um contexto histórico específico que nos capacita a realizar análises profundas, visando captar a essência da realidade social, na qual se desenvolve a produção do conhecimento.

Em conclusão, a produção do conhecimento, especialmente aquela desenvolvida pelo Serviço Social brasileiro, ganhou maior densidade a partir da década de 1970, e é profundamente influenciada pela aproximação teórica com a tradição marxista. Essa abordagem nos fornece recursos para a construção de um conhecimento específico que captura a dinâmica das relações

sociais no contexto da realidade social. Nesse sentido, contribui para o amadurecimento e, conseqüentemente, o reconhecimento da profissão como um campo gerador de conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas. O conhecimento desenvolvido pelo Serviço Social é resultado de pesquisas científicas e do empenho na pós-graduação na área, reconhecido por instituições de fomento e incentivo à pesquisa no país.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL

Após introduzir esta discussão, recorreremos a conhecimentos já estabelecidos que sustentam as fontes teóricas que permeiam o campo do Serviço Social. O objetivo é construir um entendimento da realidade contemporânea, à luz de uma perspectiva teórica crítica característica da produção científica dessa profissão. Isso ocorre através da integração de assistentes sociais em ações concretas (BAPTISTA, 1992).

Para atingir essa meta, faremos uso do arcabouço teórico de diversos autores, incluindo Baptista (1992), Silva (1992), Ammann (1984), Kameyama (1998), Koike et al. (1997), Pinto (1986), Lara (2007), Santos (2012), Iamamoto e Carvalho (2011), Iamamoto (2013) e Netto (1989, 1996, 2011, 2022), além de Carvalho e Netto (2007) e Carvalho e Silva (2005). Esses autores resgatam a história do Serviço Social no contexto da construção do conhecimento social

O Serviço Social, enquanto profissão inserida no dinamismo da realidade, é compreendido a partir de sua historicidade. Mesmo que a construção do conhecimento possa parecer difusa, ela traz consigo as marcas de sua época. Assim, o ato de conhecer e produzir conhecimento não deve ser dissociado. Como resultado, na realidade concreta, o Serviço Social “[...] constrói o ‘concreto pensado’ sobre o seu fazer cotidiano, traduzindo de modo consistente e rigoroso, a sua função profissional particular” (SILVA, 1992, p. 164).

Ao analisarmos a história da profissão, podemos identificar dois momentos significativos que definem esse processo ao longo do tempo:

1. A natureza sócio-histórica do conhecimento produzido pelo Serviço Social;
2. A consolidação do conhecimento social produzido pelo Serviço Social.

Neste tópico, examinaremos os aspectos que moldam e singularizam o conhecimento gerado no campo do Serviço Social no Brasil. Esses aspectos abrangem os dois momentos que identificamos na literatura como elementos fundamentais que delinham a construção do

conhecimento social na área e a consolidação do Serviço Social como produtor de conhecimento.

2.2.1 A natureza sócio-histórica do conhecimento produzido pelo Serviço Social

Faz parte da perspectiva revolucionária da ação profissional a superação dos limites de sua proposta (BAPTISTA, 1992, p. 92).

A análise proposta aqui tem como objetivo esclarecer como o Serviço Social, ao longo do seu processo de consolidação na sociedade, constrói seu corpo de conhecimento. Isso significa aderir a um conjunto de saberes que influenciam as práticas profissionais, moldam o pensamento e se refletem na produção científica da área.

Para alcançar esse objetivo, é necessário revisitar momentos-chave na história do Serviço Social que evidenciam esse processo. A trajetória da construção do conhecimento na área está intimamente ligada à institucionalização da profissão no Brasil.

Durante o desenvolvimento do Serviço Social no país, várias correntes de pensamento exerceram influência sobre a profissão. Essas correntes incluem o positivismo, a fenomenologia e o materialismo dialético, sendo esta última particularmente importante na perspectiva teórico-crítica para a leitura da realidade. Esse desenvolvimento se traduz em uma produção crítica de conhecimento social da realidade contemporânea, que é elaborada por assistentes sociais (LARA, 2007).

O Serviço Social brasileiro emergiu durante o processo de expansão urbano-industrial entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse contexto, iniciativas originadas de diferentes frações de classes sociais responderam à crescente demanda social no país. Esse período coincidiu com o surgimento da chamada questão social, que trouxe para o centro das discussões a conjuntura nacional. Representações do Estado, juntamente com a classe empresarial e a Igreja Católica, buscaram gerir as tensões sociais. É nesse ambiente histórico, social e político que o Serviço Social encontrou o terreno para ser reconhecido como uma profissão (KOIKE *et al.*, 1997).

A implementação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada (IAMAMOTO, 2013, p. 135).

O Serviço Social encontrou na Igreja Católica o impulso necessário para sua afirmação social, especialmente na formação e qualificação de um corpo profissional destinado a

trabalhar com famílias operárias (KOIKE *et al.*, 1997). Segundo Pinto (1986), uma forte influência da ação católica, embasada na filosofia neotomista, delineou a primeira fase da profissão, que se caracterizou por um viés doutrinário e moral.

Os anos iniciais da história do Serviço Social brasileiro, correspondentes a esse período de clivagem³, foram marcados por influências europeias (franco-belgas e americanas) que moldaram o ensino nas primeiras escolas da área. Nesse contexto, o Serviço Social era concebido como vocação, caridade e repressão, enquadrando-se na perspectiva predominante da época. Com traços conservadores e tradicionalistas, influenciados pela vertente católica, a prática profissional era assistencialista, orientada para a prestação de orientações aos clientes (PINTO, 1986).

No ano de 1936, a primeira escola de Serviço Social foi inaugurada em São Paulo, seguida, no ano seguinte, pela fundação da segunda escola no Rio de Janeiro. Os anos subsequentes marcaram a abertura de novas escolas e a elaboração de currículos. Até 1949, já havia quinze escolas de Serviço Social pelo Brasil, incluindo a inauguração da escola na Bahia. Esse número aumentou para 28 até o ano de 1959. Em apenas uma década, mais de dez escolas foram estabelecidas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

No período de 1940, a influência americana da corrente positivista marcou o Serviço Social sob uma abordagem tecnicista. Métodos como o Serviço Social de caso, grupo e comunidade foram incorporados à formação, com o foco no indivíduo como centro do problema. A prática profissional dessa época tinha uma abordagem terapêutica, e as ações visavam abordar o desajustamento social do sujeito (PINTO, 1986).

Esse contexto coincidiu com um cenário de significativo crescimento econômico impulsionado pela industrialização no Brasil. O movimento dos trabalhadores urbanos estava em ascensão, reivindicando seus direitos. Isso exigiu uma mudança no pensamento e na ação do Serviço Social, buscando racionalizar a profissão e instrumentalizar suas práticas com base nas influências norte-americanas (PINTO, 1986).

A década de 1940 marcou a segunda fase do Serviço Social, caracterizada por uma abordagem instrumental e empirista. Nesse período, o indivíduo era visto como agente de desenvolvimento, e a perspectiva funcionalista buscava promover a integração social. No entanto,

³ O Serviço Social não emerge e se constitui como profissão apenas nos países de tradição católica. É preciso lembrar a emergência do Serviço Social em países de cultura providas da Reforma. É por isto que, na história do Serviço Social, verifica-se uma clara clivagem entre o Serviço Social de matriz europeia, fundamentalmente de origem franco-belga, e o Serviço Social que vai se desenvolver, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos (NETTO, 2022, p. 5)

essa visão individualista deixava de considerar os aspectos sociais, políticos e econômicos que influenciavam a vida das pessoas (AMMANN, 1984).

A corrente de pensamento positivista dominava a cena e tentava atender às demandas sociais e de poder originadas pela divisão social do trabalho. Isso influenciou a construção do conhecimento e fortaleceu a tendência de definir um objeto exclusivo para cada ramo das ciências (AMMANN, 1984). Para adquirir uma base científica, o Serviço Social rompeu com seu caráter confessional e conservador, alinhando-se à tradição positivista.

Buscando estreitar a relação entre teoria e prática, a racionalização e institucionalização da ação profissional se basearam em influências americanas. Com a crescente demanda por profissionais nas esferas estatais e organizações privadas e filantrópicas, o objetivo era formar assistentes sociais capazes de formular, implementar e executar políticas públicas e privadas. Eles também buscavam garantir o acesso aos serviços sociais relacionados a cada política (KOIKE *et al.*, 1997).

Em meados da década de 1950, a regulamentação do ensino na área ocorreu sob o governo de Getúlio Vargas, com o Decreto-lei nº 35.311 de 1954 (Brasil, 2019). Esse decreto definia a finalidade do curso de Serviço Social no Brasil.

No seu artigo 2º prevê [...] I — promover a formação de pessoal técnico habilitado para execução e direção do Serviço Social; II — aperfeiçoar e propagar conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social; III — contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas (PINTO, 1986, p. 25).

Naquele contexto histórico e social, o Brasil estava vivenciando uma intensificação das movimentações políticas e do aparelhamento do Estado. Nessa conjuntura, a profissão de Serviço Social se viu diante da necessidade de adotar uma postura mais crítica, integrando-se à sociedade e contribuindo para o processo de desenvolvimento do país. As demandas e particularidades do Brasil tornaram-se evidentes, exigindo uma atenção especial por parte do Serviço Social.

É nesse ponto que Pinto (1986, p. 26) destaca:

A sociedade brasileira, impulsionada pelo nacional-desenvolvimentismo, exige uma resposta do Serviço Social para que as populações marginalizadas possam efetivamente se “integrar” à sociedade e contribuir para o processo de desenvolvimento do país.

Na entrada dos anos 1960, em meio à efervescência do cenário econômico e político, o Serviço Social iniciou um questionamento do então modelo positivista. Através de uma

mobilização interna nas suas bases, a profissão passou a buscar uma fundamentação teórica que contrapusesse o tradicionalismo, adotando uma visão crítica da sociedade e das problemáticas que dela decorrem, afetando a vida dos sujeitos sociais. Nesse contexto, o movimento de renovação desencadeou mudanças profundas no Serviço Social, resultado de debates e questionamentos que permearam a profissão.

Esses questionamentos emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política no Continente, no quadro do colapso dos populismos e de uma orientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes. Por outro lado, é nesse mesmo quadro conjuntural que o meio profissional começa a se ampliar e a modernizar com rapidez, em consequência da multiplicação das escolas especializadas e da demanda objetiva do Estado e das empresas Yamamoto (2013, p. 40).

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil representou uma quebra com o tradicionalismo que até então predominava na profissão. Nesse contexto, a categoria profissional deparava-se com um questionamento crucial: como as/os assistentes sociais responderiam às novas demandas decorrentes das transformações na sociedade brasileira, especialmente no âmbito da classe subalterna - a classe trabalhadora.

Por outro lado, essa movimentação de renovação dividiu a categoria em dois grupos distintos. De um lado, havia aqueles que advogavam por uma ruptura completa com as práticas teórico-metodológicas e ético-políticas estabelecidas, sendo caracterizados como um grupo de postura radical. Por outro lado, o segundo grupo mantinha uma abordagem tradicional, argumentando que o Serviço Social apenas precisava de uma renovação para se adequar às novas exigências.

Entretanto, é importante destacar que o questionamento realizado constituía uma crítica à prática das(os) assistentes sociais, que frequentemente se mostrava conservadora devido à influência do tradicionalismo. Essa crítica apontava para práticas repetitivas, uma inclinação excessiva para abordagens psicologizantes, uma base teórica frágil para explorar as complexidades da realidade social cotidiana e uma limitada capacidade de atender às demandas da classe trabalhadora.

O movimento de renovação conseguiu, de fato, romper com o tradicionalismo, mas, apesar disso, o conservadorismo ainda se manifestava. Esse resultado derivou do fato de que a ruptura não ocorreu no âmbito da postura política, mas sim nas práticas concretas das/os profissionais.

Se a modernização levada a efeito pela instituição se mantém dentro dos marcos do pensamento conservador, representando não mais que sua atualização, torna-

se necessário qualificar o que se entende por ruptura com aquela herança, evitando uma perspectiva maniqueísta e ou particularista na análise da profissão (IAMAMOTO, 2013, p. 41–42).

O movimento político de 1964, marcado pelo militarismo e a instauração de um governo autoritário no país, coincidiu com uma intensa agitação política na sociedade que culminou no golpe militar. A autocracia burguesa se caracterizou pelo modelo econômico adotado no Brasil, no qual o país buscava atender às exigências do capital globalizado, com o Estado desempenhando o papel de gestor desse processo de concentração e centralização do capital - o chamado capitalismo monopolista ⁴.

Nesse contexto, o Serviço Social enfrentava a necessidade de se adaptar à sua nova função, uma vez que as mudanças socioeconômicas na realidade brasileira exigiam uma reorganização por parte do Estado, conhecida como reaparelhamento. Esse cenário resultava no agravamento das questões sociais e na vinculação das políticas públicas à valorização do capital, entre outras demandas. Tais condicionantes afetavam o Serviço Social em duas esferas: na prática profissional e na formação acadêmica. Era necessário um profissional funcional e pragmático, afastado de abordagens humanistas e abstratas. Observava-se uma mudança em suas funções à medida que os profissionais eram incorporados às instituições (tanto públicas quanto privadas) para atender às demandas apresentadas.

Esse contexto sociopolítico impulsionou um aumento notável e abrangente nas áreas de atuação das(os) assistentes sociais. Além do Estado, que continuava sendo o principal empregador, as oportunidades de trabalho também se estenderam para empresas de diferentes portes, tanto no âmbito macro quanto micro, bem como para as indústrias que buscavam a mediação das(os) assistentes sociais para lidar com conflitos internos entre as(os) trabalhadoras(es).

Nasce, então na América Latina o movimento de reconceituação, refutando o modelo positivista e passando a buscar fundamentos teóricos que lhe permitam superar seu método tradicional. O movimento de reconceituação assume orientações distintas em contextos sócio-políticos diversos. Dentre elas a corrente que postula a libertação social toma vulto nos países da América Latina onde a maturação do movimento social permite um salto qualitativo na reflexão e na proposta do Serviço Social (AMMANN, 1984, p. 147).

Existe um consenso na literatura de que a transição dos anos 1960 para a década de 1970 foi marcada pelo reconhecimento da questão social como o objeto central da atuação

⁴ Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções econômicas (NETTO, 2011b, p. 25)

profissional do Serviço Social. Esse reconhecimento derivou da reflexão e análise aprofundada da sociedade, resultando do acúmulo de conhecimento e da maturidade alcançada pela profissão. Esse processo de amadurecimento profissional abriu caminho para um diálogo mais estreito entre o Serviço Social e as Ciências Sociais. Até então, o conservadorismo prevalecente, que incluía diversas teorias sociais, havia inviabilizado qualquer interação significativa com a tradição Marxista (NETTO, 2022).

Ammann (1984) destaca que, originado dos organismos sociais e do posicionamento do Serviço Social dentro do processo de inserção e consolidação na sociedade, a profissão inicialmente era caracterizada pelo pragmatismo das ações, executadas sem uma reflexão aprofundada sobre a prática e os fenômenos sociais que a sustentavam. As ações eram orientadas por “regras e conceitos fragmentados das ciências sociais” (AMMANN, 1984, p. 144).

Com o processo de institucionalização, uma corrente teórica crítica começa a mobilizar parte da profissão. Em meio ao processo de produção de conhecimento, emerge uma perspectiva oposta àquela previamente predominante. Essa nova perspectiva adota uma visão de totalidade social, desafiando a abordagem anterior fragmentada. O Serviço Social, ancorado nessa compreensão de totalidade social, tem se afirmado nas últimas décadas como uma força vital no desenvolvimento do conhecimento, participando ativamente na construção do saber ao abordar seus objetos de ação sob uma perspectiva holística.

Ao contextualizar o Serviço Social como uma profissão que cria conhecimento e um saber específico na esfera social, torna-se claro que a pesquisa desempenha um papel fundamental na geração de conhecimento e na evolução do saber que a profissão representa. Ammann (1984, p. 145) destaca a contribuição essencial para o conhecimento produzido socialmente pelo Serviço Social afirmando, que “no Serviço Social trata-se de construir um saber que se situe, não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança”.

Esse processo contribuiu para a formação do conhecimento profissional. Ao examinar fragmentos da história do Serviço Social, resgata-se a natureza histórica de sua emergência como profissão e sua integração na sociedade, fatores que moldaram a especificidade do conhecimento que o Serviço Social produz. Silva (1992) resume esse momento na história da profissão como um período de construção de seu conhecimento.

Como decorrência, temos que o conhecimento é constituído no próprio processo através do qual o Serviço Social vai se constituindo como profissão. Aprender o Serviço Social e o papel de seus agentes, no conjunto das demais práticas

sociais (que são expressões das relações sociais em determinado momento histórico), é o ponto de partida para compreender e explicar o processo de produção do saber profissional (SILVA, 1992, p.164).

A intersecção com fontes teóricas, a busca pelo rigor científico e a adoção de uma perspectiva crítica permitiram ao Serviço Social estabelecer conexões com as Ciências Sociais. Esses elementos são de importância primordial para a consolidação da profissão como produtora de um conhecimento específico no âmbito do Serviço Social, e essas transformações se tornam evidentes ao longo do processo de amadurecimento profissional. A trajetória histórica da reflexão profissional não se cristaliza em uma teoria isolada; em vez disso, ela está entrelaçada com os desdobramentos inerentes à maneira peculiar de construir seus próprios conhecimentos (SILVA, 1992).

2.2.2 A consolidação do conhecimento social produzido pelo Serviço Social

Como decorrência, temos que o conhecimento é constituído no próprio processo através do qual o Serviço Social vai se constituindo como profissão. Aprender o Serviço Social e o papel de seus agentes, no conjunto das demais práticas sociais (que são expressões das relações sociais em determinado momento histórico), é o ponto de partida para compreender e explicar o processo de produção do saber profissional (SILVA, 1992, p.164).

Para compreender as transformações que ocorreram ao longo da trajetória profissional, é necessário analisar as mudanças sociais para entender a complexidade do Serviço Social (NETTO, 1996). Isso se relaciona à consolidação do conhecimento social produzido na área, que é o objeto central desta reflexão. Dado o escopo limitado desta dissertação, será feito um breve resgate histórico para contextualizar o tema da pesquisa. No entanto, essa compreensão é essencial para avançar de maneira coerente na discussão.

Netto (1989) proporciona uma reflexão sobre os principais elementos que caracterizam a interação entre o Serviço Social e a tradição marxista, o que impulsionou o avanço da profissão no processo de construção e consolidação do conhecimento desenvolvido por assistentes sociais. Essa relação resultou na aproximação com as Ciências Sociais e, posteriormente, na inclusão na grande área do conhecimento. Isso se traduziu no reconhecimento da produção crítica legítima em matéria de Serviço Social, impulsionada pela mobilização da teoria social crítica marxista.

De acordo com Netto (1989), o diálogo entre o Serviço Social e a tradição marxista perpassa por três núcleos distintos, os quais explicam a trajetória profissional e como essa relação

foi estabelecida e consolidada. Esses núcleos abordam as vertentes culturais que envolvem Marx e o Serviço Social, os desdobramentos problemáticos desses interlocutores e as possibilidades de interlocução entre ambos. Isso impôs à profissão exigências teóricas e intelectuais para oferecer respostas concretas às circunstâncias impostas pelas relações sociais.

A inserção do Serviço Social na grande área das Ciências Sociais está diretamente ligada à mudança de postura da profissão no início dos anos 1970. Essa reconfiguração, em parte, deve-se à interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. Retomar os aspectos da trajetória profissional permeados por essa influência teórica é fundamental, pois essa relação contribuiu para a consolidação do conhecimento social produzido por assistentes sociais. Isso é essencial tanto para o fortalecimento da produção científica quanto para o reconhecimento na área.

O desenvolvimento do Serviço Social nas décadas anteriores, vinculado às vertentes católicas do passado recente, propiciou o surgimento da profissão no Brasil. É importante destacar que esse contexto envolve questões emblemáticas e problemáticas que persistem até hoje e englobam uma gama de novas demandas. Toda essa trama está entrelaçada na dinâmica real das relações sociais e reflete a implantação da profissão no país Netto (1996).

As transformações sociais ocorridas nas décadas subsequentes representam mudanças substanciais na sociedade capitalista, refletindo um processo de reestruturação das necessidades sociais por meio da criação de novos mecanismos para impulsionar a produção e reprodução social. “É para responder estrategicamente a este novo quadro que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, [...] deflagrando novas tensões e colisões, que propiciam a construção do contexto adequado para as alterações na sociedade” (NETTO, 1996, p. 90)(destaques nossos).

Nesse contexto, observa-se um impacto nas relações sociais de trabalho e na divisão sociotécnica do trabalho, afetando também as profissões (NETTO, 1996). Diante disso, as análises se focam no contexto do Serviço Social no Brasil, explorando os eixos que caracterizam a participação da profissão no mundo do trabalho na sociedade capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). No processo de produção e reprodução, essa participação se estende além da simples reprodução das relações sociais. É relevante compreender que a noção de reprodução vai além do aspecto material e engloba o ciclo completo da produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias (Ibid, 2011).

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processo entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão

sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrevendo um campo profissional particular, envolve – e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual – tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas estão vinculadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos Netto (1996, p. 89).

Considerando esses aspectos, o capitalismo se manifesta como um sistema econômico intrinsecamente ligado a um sistema social, fundamentado nas relações de dominação da burguesia, que detém o controle industrial, e do proletariado urbano (PRONI, 1997). Esse sistema se caracteriza pelo crescimento industrial acompanhado por uma urbanização progressiva. Os centros urbanos, portanto, se tornam locais centrais para as relações sociais fundamentadas na divisão de classes antagônicas - a burguesia e a classe trabalhadora - que competem pelo domínio econômico na circulação de mercadorias (PRONI, 1997).

A produção capitalista se desenrola dentro de um contexto de relações sociais que englobam as dimensões de classe, gênero, raça e etnia, e estão moldadas por uma configuração histórica específica, na qual a realidade histórica é levada em conta. A realização da produção exige tanto a produção quanto a reprodução dos meios de subsistência. Em outras palavras, a “[...] reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida” Iamamoto e Carvalho (2007, p. 79).

De maneira mais abrangente, isso se refere à relação entre o ser humano (enquanto sujeito) e a natureza e como esse ser interage com seu ambiente. A existência humana depende da constante interação e comunicação com outros seres humanos. Nessa interação, o ser humano age para transformar a natureza, resultando na produção. A partir dessas interações, a sociedade burguesa é formada.

Portanto, a questão social surge da relação entre o capital e o trabalho e das implicações decorrentes dessa relação. A “questão social é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo” (NETTO, 2011b, p. 157).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” — diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (destaques originais do autor).1996, p. 89).

Uma vez exposta a contradição inerente ao sistema capitalista, caracterizada pelo conflito entre capitalistas e trabalhadores, emerge a organização da classe trabalhadora que busca

melhorias em suas condições de vida e trabalho por meio de suas reivindicações. Tais lutas de classe ocupam um lugar central na dinâmica da produção capitalista, sendo impulsionadas pelas relações antagônicas e contraditórias que constituem a própria essência da questão social (SANTOS, 2012).

Ao afirmar que a questão social é intrinsecamente ligada à estruturação da sociedade capitalista, moldada pelo processo de relações de produção, estamos sugerindo que a questão social se materializa de forma específica na vida cotidiana, refletindo nas condições de existência e trabalho da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Isso implica que a questão social é, em essência, uma manifestação intrínseca à vida cotidiana, intrinsecamente conectada às condições de existência e trabalho da classe trabalhadora no contexto da sociedade capitalista, e no que resulta dessas condições (IAMAMOTO, 2015).

Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela questão social integram tanto determinações históricas objetivas que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história (Iamamoto (2015, p. 156)(destaques originais da autora).

Portanto, compreendemos a questão social como uma construção moldada por uma realidade histórica específica, sua origem enraizada em uma estrutura social determinada pelos elementos estruturais do capitalismo. Nesse contexto, é crucial considerar as nuances sócio-históricas e culturais de cada sociedade (NETTO, 2011b).

Como já mencionado, a questão social emergiu de maneira simultânea ao desenvolvimento do capitalismo. Foi no âmbito da sociedade capitalista madura que o Serviço Social se estabeleceu como profissão, encontrando na questão social o cerne de sua atuação profissional. Acerca desse ponto, Netto (1989, p. 91) ressalta: “[...] a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da ‘questão social’”.

A análise sustenta que o escravismo no Brasil serviu aos propósitos do capitalismo, em suas primeiras formas de configuração, “[...] quando as necessidades de desenvolvimento do Capitalismo na Europa reativam o uso da mão de obra escrava para maximizar as taxas de lucro extraídas da dinâmica comercial” [...] Santos (2012, p. 243). Baseado nessa perspectiva, entendemos o capitalismo no Brasil como derivado da generalização do trabalho livre, marcado por um passado recente de escravidão. Esse processo de industrialização ocorre em plena

maturação, dando origem a um mercado de trabalho com características capitalistas, porém de natureza heteronômica e excludente, diferindo das nações centrais. O fenômeno é caracterizado como capitalismo tardio devido ao país estar em condição de subdesenvolvimento.

Nesse contexto social já transformado e moldado por determinações incorporadas, emergem contradições e antagonismos entre as classes através da relação de compra e venda da força de trabalho. Aqui reside o elemento que nos une enquanto classe trabalhadora, englobando aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Esse conceito abrange diversos grupos de trabalhadoras(es) produtivos, representando uma variedade de frações de classe. Conseqüentemente, essa totalidade da classe trabalhadora é estratificada socialmente por questões de raça e gênero. Portanto, as disparidades se manifestam de maneira diferenciada dentro do espectro que abarca a classe trabalhadora, reforçando a necessidade de compreender as determinações e condicionantes sociais que estruturam a questão social no Brasil.

Assim, a classe trabalhadora brasileira incorpora elementos que singularizam sua formação social, dado o caráter subalterno da inserção do Brasil no mundo capitalista⁵. Reconhecer essas dimensões é de extrema importância para garantir uma discussão abrangente e abalizada.

Compreendemos, assim, que a totalidade social brasileira traz consigo uma bilateralidade de elementos desencadeadores de seus processos constitutivos; elementos estes que correspondem, respectivamente, às dinâmicas interna e externa do sistema capitalista de produção, ora convergindo com o contexto internacional, ora delineando contornos indiscutivelmente particulares, sem perder de vista seu desenvolvimento no plano histórico-concreto (SANTOS, 2012, p. 242).

A partir dessa abordagem mais ampla da formação do capitalismo, podemos estabelecer uma relação entre o surgimento do Serviço Social como profissão e as bases do capitalismo monopolista que caracterizam a sociedade burguesa. A respeito disso, Netto (2011b, p. 18) afirma: “[...] as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a ‘questão social’, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólicia”.

Nesse contexto, percebemos que a própria dinâmica das relações sociais na sociedade capitalista confere ao Serviço Social as condições específicas para o exercício profissional das(os) assistentes sociais, tendo a questão social como seu objeto de trabalho. Assim, a identidade do Serviço Social como uma profissão especializada é revelada, estabelecida e socialmente

⁵ Essa discussão necessita de maior atenção para análises mais aprofundadas, e por essa razão, não se esgota apenas neste preâmbulo.

reconhecida, inserida na divisão social e técnica do trabalho e diretamente vinculada à questão social (KAMEYAMA, 1998).

As(os) profissionais de Serviço Social participam do processo de reprodução das relações sociais, integrando o conjunto de trabalhadoras(es) assalariadas(os). Elas(es) desempenham um papel no processo de valorização do capital, que é definido pela complexa relação entre as classes sociais. É importante ressaltar que as determinações sociais transcendem a esfera da consciência profissional.

Iamamoto e Carvalho (2007, p. 80) enfatizam:

[...] como diretriz de trabalho, considerar sob dois ângulos, não dissociáveis entre si, como duas expressões do mesmo fenômeno: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais.

Demarcado o cenário, é possível observar como a questão social é constituída como objeto da ação profissional quando há o reconhecimento da questão social pela classe trabalhadora, e enquanto classe, a toma para si – passando a ser elemento de luta a partir do enfrentamento político. É na manifestação no cotidiano da vida social, condicionada pelo antagonismo entre as classes, que a classe trabalhadora passa a exigir outros mecanismos de ação, esses que ultrapassem a caridade e a repressão.

A questão social passa, então, a ser central na luta anticapitalista e, acrescentaríamos, também antirracista. Incorpora a dinâmica contraditória entre o capital e o trabalho para implementar as ações institucionais, que através do resultado de sua ação realizada no trabalho coletivo e na relação que a/o assistente social constitui com o objeto de seu trabalho, a questão social, as demandas e requisições a serem atendidas, que por sua vez, decorrem anteriormente do recorte das políticas públicas e sociais determinadas pelos organismos empregadores. Apesar disso,

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos Iamamoto (2015, p. 41).

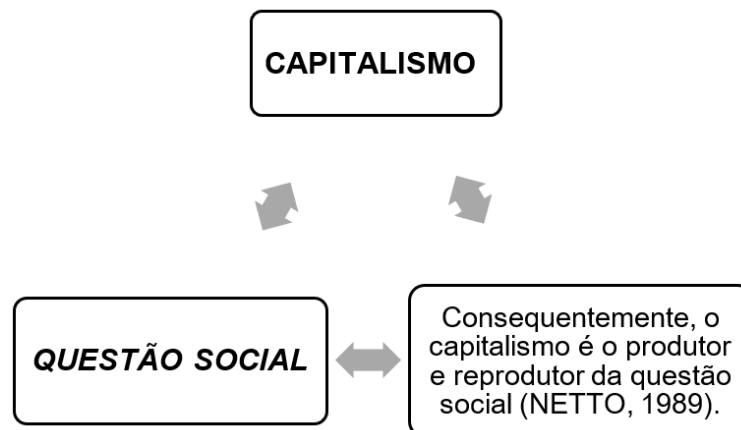
No âmbito da relativa autonomia, é onde tomamos decisões políticas e ideológicas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, uma característica que se manifesta na relação específica estabelecida com os usuários (IAMAMOTO, 2015). Essa dimensão reflete a consciência subjetiva da situação, evidenciada no discurso crítico adotado pela profissão, dando direção objetiva à ação profissional, que, por sua vez, se transforma em ação social.

Portanto, é essencial compreender a inserção do Serviço Social nesse contexto social. Podemos inferir a proximidade entre o Serviço Social e a questão social com base em um aspecto comum: o contexto sócio-histórico do capitalismo monopolista, conforme interpretado por Netto (1989), haja visto.

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se — mais exatamente: podem tornar-se — objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais Netto (1996, p. 29).

De modo a ilustrar esse complexo que consiste nas determinações sócio-históricas da indissociabilidade entre capitalismo e questão social, a figura 2 permite-nos visualizarmos esse processo:

Figura 2 – Conexões entre o capitalismo.



Fonte: informações organizadas pela pesquisadora (2022) com base no referencial teórico utilizado.

Na questão social no contexto mais amplo da sociedade burguesa, encontramos um elemento comum entre o Serviço Social e as ideias de Marx (2013), porém existe uma diferença cronológica e historiográfica nesse aspecto. Para Marx, a questão social envolve uma tensão teórica e política no âmbito do capitalismo clássico, enquanto para o Serviço Social, a

questão social reflete o processo de institucionalização da profissão no decorrer do capitalismo monopolista, ou seja, a sua identificação como objeto de intervenção profissional.

Assim, conforme destacado por (NETTO, 1989), de acordo com a perspectiva marxista, a eliminação da questão social está diretamente ligada à superação do capitalismo. Por outro lado, no ponto de vista do Serviço Social, a abordagem da questão social ocorre dentro dos limites do próprio capitalismo. Em outras palavras, essa característica intrínseca coloca para a profissão a tarefa de enfrentar as manifestações da questão social no contexto do capitalismo, sem vislumbrar a sua superação. No entanto, no exercício de suas atividades nos diversos espaços ocupacionais, buscamos mitigar as expressões da questão social em busca de suprimi-las (Ibid. p. 91).

Nessa relação entre o denominador comum, há uma divergência fundamental. Enquanto o ideário revolucionário de Marx é permeado por uma orientação de transformação radical, o Serviço Social carrega uma vertente conservadora, que marcou o seu surgimento no Brasil. Enquanto o pensamento marxista se configura como uma teoria, o Serviço Social é uma profissão e não se define primordialmente como uma teoria, como Netto (1989) afirma:

O contraponto com as concepções teórico-metodológicas marxianas é flagrante quando visualizamos o Serviço Social. Este não é uma teoria; elementar e basicamente, é uma profissão, porém, uma profissão que se institucionaliza e se afirmar nutrindo-se de um conjunto de saberes ancorados numa vertente teórica (a do pensamento conservador) antagônica à marxiana Netto (1989, p.93).

Além disso, a vertente teórica positivista à qual o Serviço Social se associava é reconhecida como a fundadora das chamadas Ciências Sociais. Através da ciência positivista, a origem da disciplina é revelada, demonstrando sua influência conservadora ao propor a separação e criação de áreas do conhecimento distintas, como sociologia, economia e história Lara (2007). Netto (2022) aponta que a orientação teórica das Ciências Sociais impôs obstáculos à interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. É relevante destacar que esse afastamento esteve intimamente ligado à gênese histórica da profissão. O conservadorismo que permeava a profissão incorporava teorias sociais conservadoras, o que dificultou qualquer diálogo com a tradição marxista até os anos de 1950 (NETTO, 2022). Superados os obstáculos que limitavam a interlocução ético-política e teórico-metodológica com a tradição marxista, essa relação foi estabelecida na década de 1970, marcando um marco significativo na interação entre o Serviço Social e o pensamento marxista (NETTO, 1989).

A tradição marxista, compreendendo a obra de Marx, pode ser entendida através de três elementos fundamentais: “método crítico-dialético teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução, [...] portanto inscreve-se na tradição marxista toda elaboração teórica que se desenvolva sobre as bases crítico-analítica balizada nesses três elementos” Netto (1989, p. 95).

A incorporação do pensamento de Marx por correntes críticas das Ciências Sociais facilitou a interlocução com o Serviço Social. Nos anos 1960, setores do Serviço Social se aproximaram da tradição marxista, impulsionados pelo movimento tradicional da profissão, pelas pressões sociais e pelo movimento estudantil da época, o que influenciou essa aproximação (NETTO, 1989). Essa aproximação às fontes marxianas, porém, ocorreu de maneira enviesada. Segundo Netto (1989), foi mediada por propagadores da obra de Marx e manuais, e ocorreu por meio de uma prática política marcada por constrangimentos políticos, ecletismo teórico e desconhecimento das fontes originais de Marx.

A sincronia entre os processos sócio-históricos externos e as transformações internas no Serviço Social durante os anos maduros da profissão, especialmente na década de 1970, permitiu a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Netto (1989) destaca que Marilda Yamamoto desempenhou um papel significativo nesse sentido, contribuindo teoricamente com critérios pertinentes à tradição marxista e favorecendo essa interlocução, além de colaborar para a consolidação do Serviço Social nas correntes de pensamento crítico.

Portanto, com essa interlocução estabelecida, podemos observar a postura crítica que caracteriza o Serviço Social. Essa postura é fundamentada na reflexão voltada para o objeto de estudo, que envolve a reconstrução da profissão, buscando compreender seu significado na sociedade capitalista contemporânea. Ou seja, trata-se de entender o Serviço Social em sua história, que é moldada pela divisão social e técnica do trabalho, tornando-se parte do processo de produção e reprodução das relações sociais e das contradições de classe Yamamoto (2011).

Com essa perspectiva, o Serviço Social passa a discutir tanto seu objeto de trabalho quanto as ações profissionais que estão envolvidas nesse processo. Essas discussões teóricas emergem da articulação estabelecida com as Ciências Sociais Aplicadas, levando a profissão a se inserir na produção de conhecimento. Nesse contexto, o Serviço Social não apenas estuda os complexos sociais, mas também contribui para a construção do conhecimento social sobre a realidade em que atua. Essa nova interlocução, conforme definida por Netto (1989), vai além do viés que marcou a primeira aproximação. Essa superação se baseia em fatores sócio-

históricos relevantes, envolvendo a complexidade da profissão e não depende apenas de alguns profissionais isolados. Três aspectos se destacam nessa consideração: as condições de trabalho dos profissionais, a dinâmica cultural da sociedade burguesa contemporânea e a atualidade do processo de revolução em larga escala. Considerando esses aspectos, a tradição marxista fornece elementos essenciais para compreender o significado social da profissão e para orientar o exercício profissional, estimulando a produção teórica das(os) assistentes sociais.

Netto (1989, p. 100) enfatiza que os benefícios dessa relação são múltiplos e de mão dupla. Isso significa que o Serviço Social também pode oferecer contribuições à tradição marxista, como “indicações de áreas teóricas a serem mais bem apuradas ou revisadas; indicações de realidades e processos a serem objeto de investigação; elaborações e construções teóricas a partir de referências da própria tradição marxista”. Essa troca mútua enriquece a tradição marxista ao incorporar os resultados das ações profissionais na realidade social, analisados à luz do materialismo histórico-dialético.

Consequentemente, à medida que as demandas teóricas e intelectuais impostas ao Serviço Social aumentam, surgem cursos de pós-graduação e um aumento nas pesquisas para atender às novas circunstâncias enfrentadas pela profissão. De acordo com Koike *et al.* (1997), em 1972, há pouco mais de 50 anos, foram criados os primeiros programas de mestrado em Serviço Social nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Em 1976, o primeiro programa de mestrado em uma universidade federal foi estabelecido, especificamente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante esse período, houve uma descentralização da educação de pós-graduação para outras regiões do país: em 1976, a região Sul também inaugurou seu primeiro programa de mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

Em 1978 e 1979, a descentralização alcançou o Nordeste, com a criação de programas de mestrado em Serviço Social na UFPB e na UFPE, respectivamente. Esses marcos na institucionalização de programas de pós-graduação em Serviço Social destacam a relativa recenticidade desse processo (KOIKE *et al.*, 1997). Na década de 1990, a rede de programas de pós-graduação em Serviço Social foi fortalecida com a criação de novos cursos de mestrado:

- Universidade de Brasília (UNB) — 1991;
- Universidade Estadual Paulista (UNESP) — 1992;
- TUniversidade Federal de Alagoas (UFAL) — 1994, em colaboração com a UFPE;

- Universidade Federal do Pará (UFPA) — 1995;
- Universidade Católica de Pelotas — 1995;
- Universidade Federal do Piauí (UFPI) — 1996, em colaboração com a PUC/SP.

Quase dez anos após a criação do primeiro curso de mestrado em Serviço Social no país, o curso de doutorado foi implantado em São Paulo, na PUC/SP, em 1981, sendo o primeiro na América Latina. Durante a década de 1990, a área de doutorado também avançou, com a implementação do curso na UFRJ e em Franca (SP) na UNESP, em parceria com a UFRJ (KOIKE *et al.*, 1997). Essa evolução histórica reflete a gradual expansão e consolidação dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, demonstrando o crescimento da oferta e a diversificação dos cursos ao longo do tempo.

A inserção da Pós-Graduação na área de Serviço Social introduziu uma nova forma de pensar e agir na profissão no Brasil, tornando-se um importante grupo hegemônico ligado à tradição marxista no contexto profissional (NETTO, 1989). Esse campo teórico, analisado pelos assistentes sociais na produção de conhecimento social, possibilita que o Serviço Social atue como interlocutor teórico das Ciências Sociais (NETTO, 2022).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social ganha notoriedade na produção de conhecimento na área das Ciências Sociais, graças à interlocução com a tradição marxista. Essa interação abriu novos espaços de atuação profissional e teve uma influência direta sobre o conhecimento produzido por assistentes sociais. Isso ampliou as discussões que antes se centravam no processo social e no objeto histórico de sua atuação – a questão social – para, a partir dos anos 1970, focalizar a atuação profissional nos espaços ocupacionais e socioeconômicos (NETTO, 2022).

As análises do Serviço Social no Brasil, fundamentadas a partir de 1990, são relevantes para compreender a conjuntura do país sob a égide das reformas técnicas coordenadas pelo Estado brasileiro, subordinadas a considerações econômicas e vinculadas à abertura do mercado brasileiro, que reduziu parcialmente seu papel organizacional e os fundos públicos destinados ao financiamento de políticas sociais. O ataque às políticas sociais foi intensificado devido ao forte interesse do capital central, influenciado por organismos internacionais, reforçando a incorporação tardia do Brasil à lógica neoliberal.

Tudo isso quer dizer, entre nós, as transformações societárias em curso no capitalismo tardio que se “flexibiliza” vão se processar combinando as suas sequelas específicas com a cronificação daqueles que marcaram a “modernização conservadora” operada pela ditadura do grande capital e não foram senão agravadas subsequentemente Netto (1996, p. 105).

Dado o contexto sociopolítico vigente, permeado por transformações na sociedade contemporânea que desencadearam um processo de reconfiguração das necessidades sociais, torna-se necessário encontrar respostas para os desafios sociais emergentes naquela época e que projetavam suas ramificações no futuro. “Ora, novas competências remetem, direta, mas não exclusivamente, à pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização – e, no caso do Serviço Social, isso quer dizer conhecimento sobre a realidade social” Netto (1996, p. 109).

Nesse aspecto, Yamamoto (2013, p. 43) ressalta que “isto implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural”. O Serviço Social, como um campo gerador de conhecimento sobre a realidade social, é uma profissão intrinsecamente ligada às relações e contradições que lhe conferem significado, o que torna essa interação crucial. De acordo com Carvalho e Silva (2005, p. 91), “[...] o Serviço Social vem acumulando conhecimento e pesquisas que expressam a particularidade de sua inserção na sociedade”. Isso destaca a importância de fortalecer a base teórica do Serviço Social para compreender e atuar na complexidade em constante mutação da realidade social.

O conhecimento da realidade é a principal ferramenta de trabalho profissional, conectada aos saberes construídos coletivamente e dentro da própria categoria, orientando suas intervenções em consonância com a dinâmica da sociedade. Diante de uma realidade complexa que fornece o foco de sua atuação, o Serviço Social se depara com desafios como a agravamento da questão social, as diversas manifestações de pobreza e as desigualdades sociais que estão presentes em seu cotidiano laboral.

[...] o Serviço Social vem se especializando no tratamento de questões relacionadas às Políticas do Estado e às iniciativas da sociedade civil no campo do enfrentamento de demandas e necessidades sociais da população, além da centralidade que historicamente vem atribuindo à produção do conhecimento sobre temáticas específicas da profissão (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 91).

O conhecimento gerado no campo do Serviço Social está ancorado em estudos que se aprofundam no contexto em que a profissão está inserida. A/o assistente social busca ressaltar os alicerces científicos da sua área com o propósito de aplicá-los na técnica e na prática profissional (SALVADOR, 1981). É nesse movimento que se destaca a relevância do conhecimento produzido e divulgado pelo Serviço Social, como um meio de compartilhar o que tem sido realizado.

As reflexões aqui apresentadas têm como base os principais fundamentos do conhecimento para a compreensão e análise da realidade social. Essa abordagem é embasada na perspectiva crítica, que adota a visão teórico-metodológica marxiana, utilizando-a como método de investigação da realidade em sua dinâmica histórica. Isso implica em tratar a vida cotidiana como um ambiente de reprodução social (NETTO *et al.*, 1996).

Como método de pesquisa, essa abordagem exige uma compreensão profunda da realidade, que é analisada a partir das diferentes perspectivas de mundo e aplicada ao objeto de estudo que guia a ação do pesquisador (NETTO, 2011b). A construção do conhecimento social está centrada na vida cotidiana, que é o espaço onde mulheres e homens reproduzem uma totalidade em suas singularidades, tudo dentro de um contexto histórico específico (NETTO *et al.*, 1996). O Serviço Social está intrinsecamente ligado à história desse conhecimento, atuando como participante ativo ou como observador/investigador dessa realidade (BAPTISTA, 1992). Sobre esse assunto, Netto *et al.* (1996, p. 29) afirmam (destaques dos autores):

A vida cotidiana, portanto, se insere na história, modifica e modifica as relações sociais. Mas a direção destas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua “essência” e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento.

O debate no contexto do Serviço Social sobre a produção de conhecimento acerca da realidade localiza-se na atual cena contemporânea, que está inserida nos parâmetros do capitalismo maduro (monopolista/financeiro), como já delineado anteriormente. Isso implica dizer que a estruturação do capitalismo monopolista proporcionou as condições necessárias para a intensificação do capital e a progressão dos processos de globalização, acompanhados por transformações socioeconômicas, sociopolíticas e culturais. Essas transformações, por sua vez, têm impacto significativo no que diz respeito ao conhecimento, uma vez que “ocupa todas as esferas da vida social, manipula, [...] desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que permeia a totalidade da existência dos agentes sociais particulares” (NETTO *et al.*, 1996, p. 86)(ênfase nossa).

Nessa mesma linha de raciocínio, observamos que o conhecimento social produzido pelo Serviço Social é concebido no âmbito de uma historicização que corresponde à inserção e consolidação da profissão no panorama social, além do seu reconhecimento como uma área geradora de conhecimento.

Como decorrência, temos que o conhecimento profissional é constituído no próprio processo através do qual o Serviço Social vai se constituindo como

profissão. Apreender o Serviço Social e o papel de seus agentes, no conjunto das demais práticas sociais (que são a expressão das relações sociais em determinado momento histórico), é o ponto de partida para compreender e explicar o processo de produção do saber profissional (SILVA, 1992, p. 164).

É imprescindível direcionar um olhar minucioso para a realidade atual, abordando os dilemas contemporâneos que são relevantes para a pesquisa e que se apresentam como preocupações de estudo. Essas questões impulsionam inquietações profissionais que permeiam a atuação das(os) assistentes sociais no enfrentamento das dificuldades vigentes. Isso se deve ao agravamento da questão social, à ligação das políticas públicas com a valorização do capital e a outras demandas que se manifestam no dia a dia laboral das(os) assistentes sociais.

2.3 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES ENTRE A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO

A valorização do Serviço Social como uma profissão de luta e resistência se evidencia não somente em sua atuação no contexto social, mas também em seu impacto na produção científica. Essa participação decorre do compromisso da categoria profissional em embasar um conhecimento alinhado a uma perspectiva crítica, sustentada por análises teóricas que compreendem a realidade capitalista, adotando um posicionamento ético-político voltado para a defesa da classe trabalhadora.

Para compreendermos as origens da produção de conhecimento na área do Serviço Social, é relevante incorporar elementos introdutórios sobre o diálogo estabelecido entre o Serviço Social e a tradição Marxista. Além disso, é importante destacar a interlocução estabelecida entre o Serviço Social e as Ciências Sociais aplicadas, bem como o papel desempenhado pela profissão como produtora de conhecimento social, uma caracterização intrínseca à sua esfera de atuação.

Compreendemos que a construção desse conhecimento transcende a mera formação e estende-se ao exercício profissional. O processo de teorização requer uma postura teórico-metodológica e ético-política, associada a uma corrente de pensamento que embasará a compreensão do cotidiano e das(os) sujeitos inseridas(os) nele. O movimento crescente de redemocratização impulsionou o Serviço Social a intensificar sua produção teórica e a adaptar o exercício profissional às emergentes áreas democráticas do país.

No âmbito do Serviço Social, várias correntes de pensamento se manifestaram, mas é o pensamento social crítico, fundamentado na tradição marxista, que exerce uma influência predominante sobre a profissão e sua produção teórica. A postura crítica adotada pela profissão

reflete-se na pesquisa e na produção de conhecimento na área do Serviço Social. A consolidação dessa produção ocorre especialmente com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, sendo reconhecida tanto por instituições de fomento e pesquisa quanto por universidades, devido à participação de assistentes sociais na sociedade.

Nas últimas décadas, temos observado mudanças profundas no cenário sociopolítico, as quais geraram novas demandas para o Serviço Social, conforme discutido nos tópicos anteriores. Refletir sobre suas ações à luz de uma teoria social crítica tornou-se uma necessidade crucial, manifestando-se tanto na pesquisa quanto na experiência prática do cotidiano profissional. Como ressaltado por Pinto (1986, p. 33),

uma sociedade em constante evolução exige de uma profissão uma postura científica de investigação-ação crítica e uma renovação da atuação profissional, sempre sensível às mudanças sociais estruturais e conjunturais que caracterizam a sociedade em que a profissão é exercida.

A Além disso, essas décadas assinalaram transformações nos aspectos teórico-metodológicos do Serviço Social, culminando no reconhecimento deste como produtor de conhecimento acerca da realidade social. A inserção da profissão nas relações sociais de produção, legitimada por meio de sua posição em prol e defesa dos interesses da classe trabalhadora, reforça essa relevância. O avanço na expansão das escolas de Serviço Social e a dedicação à formação alinhada aos interesses da profissão culminaram na instituição de cursos de mestrado em Serviço Social em renomadas universidades brasileiras. Esse marco teve um impacto substancial para a profissão, representando um avanço significativo na atuação das(os) assistentes sociais em variados espaços ocupacionais.

É uma unanimidade na literatura que o estabelecimento dos Programas de Pós-Graduação teve um impacto considerável na produção teórica do Serviço Social. A partir da década de 1970, houve um notável crescimento na disseminação científica, inclusive com a publicação de dissertações de mestrado. Como aponta Pinto (1986, p. 32), “[...]a literatura brasileira de Serviço Social, anteriormente restrita a um número limitado de profissionais, cresceu substancialmente, enriquecendo a prática e a teoria do assistente social com novos conteúdos, noções e reflexões”.

A trajetória de pesquisa na área do Serviço Social está intrinsecamente ligada ao processo de inserção e consolidação da profissão no Brasil como produtora de conhecimento científico, conforme mencionado anteriormente. A pesquisa, portanto, desempenha um papel cru-

cial nesse contexto, sendo a base sobre a qual fundamenta a ação profissional das(os) assistentes sociais.

O amadurecimento intelectual do Serviço Social nessas últimas décadas é claramente visível nesse contexto, possibilitando a plena integração na ampla esfera das Ciências Sociais. Isso se reflete na sólida tendência do campo em nos especificar como produtores de conhecimento específico, fruto da maturidade alcançada no âmbito da pesquisa, como observado por Silva *et al.* (2018).

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atua em defesa da classe trabalhadora, reconhecendo essa orientação ideológica e política como intrínseca à sua identidade. É inerente à profissão trazer para a discussão as condições de vida e trabalho dessa classe, para a qual o Serviço Social direciona suas intervenções profissionais. Essas ações são norteadas pelo compromisso social que a profissão assume (SILVA *et al.*, 2018).

É consensual na literatura crítica específica do Serviço Social que foi a partir dos anos 1980 que a categoria profissional passou a fortalecer a produção de conhecimento, saindo da preocupação com os aspectos metodológicos-epistemológicos para um mergulho ontológico nos fundamentos do ser social e do modo de produção capitalista, avanço decorrente da inserção do Serviço Social na universidade, contato com as ciências sociais, bem como da criação dos cursos de Pós-graduação *stricto sensu* Silva *et al.* (2018, p. 110).

As demandas emergentes, como aquelas delineadas no currículo mínimo de 1982 e a superação dos desafios que caracterizam a história recente do serviço social brasileiro, têm impulsionado a inclusão da pesquisa na estrutura curricular dos cursos de graduação. Além disso, a pesquisa é crucial para a formação profissional, destacando a importância de cultivar uma postura investigativa contínua. É relevante enfatizar que a pesquisa não se restringe a isso, mas abarca a condução de processos abrangentes e sistemáticos de geração de conhecimento (CARDOSO, 1998).

Assim durante os anos 80 o serviço social defendeu e preconizou a necessidade de conhecer a realidade, investindo na definição dos vetores teórico-metodológicos, políticos e éticos que permitiram conhecer criticamente essa realidade, mas de fato não conseguiu apreender a dinâmica da sociedade brasileira que se complexificou mais ainda nos anos 90 (Documento ABESS/CEDESPSS, 1996, p. 151).

Em outras palavras, a pesquisa abrange o desenvolvimento contínuo da realidade social, refletindo-se na produção de conhecimento, ganhando destaque nos programas de pós-graduação como prioridade. Essa ênfase impõe desafios consideráveis às instituições de ensino e aos profissionais de serviço social no Brasil (CARDOSO, 1998). É pertinente destacar que a

abordagem dessas demandas deve ser contextualizada à luz do avanço das políticas neoliberais do Estado brasileiro, cujo impacto direto se estende à esfera educacional.

O ano de 1992 marcou um momento crucial nas discussões que orientam a formação profissional no campo do Serviço Social, com a aprovação do currículo mínimo. Como aponta Silva *et al.* (2018), esse evento ressaltou a necessidade de definir objetivos, conteúdos e o papel social da formação, enquanto também evidenciava a intrincada relação entre as classes presentes na sociedade brasileira (SILVA *et al.*, 2018). Assim, foi por meio do currículo mínimo do curso de Serviço Social que a reflexão sobre a prática profissional na formação ganhou maior destaque dentro da categoria.

As diretrizes curriculares de 1996 fortaleceram esse processo de análise e reflexão sobre a formação profissional em Serviço Social. Um destaque notável foi dado à ênfase na pesquisa como componente intrínseco do processo formativo, conforme observado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (SILVA *et al.*, 2018).

Os espaços voltados para eventos na área do Serviço Social desempenharam um papel fundamental ao estimular a reflexão sobre o exercício profissional, a dinâmica da sociedade, o papel e o significado social da profissão, bem como sua inserção na sociedade. Esses eventos têm sido cruciais na construção do conhecimento no campo do serviço social, resultando em uma base bibliográfica sólida, notadamente crítica, diversificada e atualizada (AMMANN, 1984).

Em âmbito nacional, os primeiros encontros foram patrocinados pela Associação Brasileira do Ensino de Serviço Social (ABESS), criada em 1946. Durante o período de 1948 e 1982, a ABESS promoveu 22 convenções e 2 congressos. Além dos eventos conduzidos pela ABESS, foram realizados ainda 3 Congressos Brasileiros de Serviço Social, nos anos 1947, 1961 e 1965, bem como 3 congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, nos anos de 1974, 1976 e 1979. Contam-se ainda com 3 seminários de Teorização do Serviço Social, patrocinados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) (AMMANN, 1984, p. 151).

A realização de eventos, tanto em nível nacional quanto internacional, por diversas organizações, desempenhou um papel significativo na consolidação da profissão de Serviço Social. Esses eventos tiveram um papel fundamental no avanço da pesquisa e da abordagem teórico-crítica adotada pela categoria profissional (AMMANN, 1984).

Um aspecto igualmente relevante nessa dinâmica de organização da pesquisa em Serviço Social foi a criação de revistas especializadas na área. Um marco crucial nesse sentido foi o Seminário de Araxá (1967), que resultou na publicação do Documento de Araxá, uma referência no cenário do Serviço Social brasileiro e latino-americano (AMMANN, 1984). Posteriormente,

o Seminário de Teresópolis (1970) desenvolveu o instrumental de análise, seguindo a mesma orientação do Seminário de Araxá, e estabeleceu valores fundamentais para a atuação do Serviço Social (Ibid. 1984).

O CBCISS promoveu outros seminários de grande importância para a fundamentação e discussão da perspectiva do método científico e sua relação com o Serviço Social na realidade social. Esse processo reflete uma aproximação com o pensamento marxista, conforme abordado nas seções anteriores. É relevante destacar que o CBCISS foi a primeira instituição a apoiar e disseminar o conhecimento desenvolvido pelo Serviço Social, por meio da Revista Debates Sociais.

Em 1979, a editora Cortez também demonstrou interesse pelo Serviço Social, ampliando assim a importância e o papel das revistas na divulgação do conhecimento produzido pela profissão ao longo dos anos (AMMANN, 1984). Vale ressaltar especialmente o impacto da Revista Serviço Social e Sociedade, que se tornou uma das publicações mais influentes na área.

Com a chegada do século XXI, o campo do Serviço Social passou por uma série de interações significativas. A produção acadêmica se intensificou, eventos e discussões ganharam espaço, houve uma demanda crescente por programas de pós-graduação, bem como um enfoque mais crítico no exercício profissional, resultando na expansão das áreas de atuação. Esse período também foi marcado por um acúmulo considerável de conhecimento teórico, alinhado à inserção do Serviço Social no âmbito das Ciências Sociais aplicadas (SILVA *et al.*, 2018).

A produção científica do Serviço Social evidencia o papel primordial da pesquisa no reconhecimento e fortalecimento da área como produtora de conhecimento, assim como na identificação de tendências atuais e no indicativo do potencial futuro, conforme destacado por CARDOSO (1998). A pesquisa é um elemento integral na construção do conhecimento no campo do serviço social. Nesse contexto a diminuição dos recursos destinados à pesquisa compromete a formação profissional, uma realidade contemporânea evidenciada por CARDOSO (1998) como um dos aspectos relevantes no desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na área de Serviço Social, que enfrenta uma notável resistência no âmbito das Ciências Sociais aplicadas.

Em meados dos anos 80, os pesquisadores da área começam a receber auxílio-pesquisa e bolsas. No entanto, como a partir de 1987 as bolsas aqueles como título de doutor, o número de bolsas foi drasticamente reduzido, uma vez que a área contava ainda com pouso doutores. [...] Atualmente, na maioria dos cursos de pós-graduação existem grupos ou núcleos de pesquisa que integram os pesquisadores docentes, doutorandos, mestrandos, graduados e alunos dos cursos

de graduação, respectivamente bolsistas de Aperfeiçoamento e de Iniciação Científica (KAMEYAMA, 1998, p. 37).

A literatura reflete a atualidade, especialmente no tocante à precarização das condições de pesquisa, à escassez de financiamento adequado nas universidades e à oferta limitada de bolsas. Conforme os dados da CAPES, para o ano de 2023, está prevista a concessão de 93 mil bolsas de pesquisa para a pós-graduação no Brasil (BRASIL, 2023).

Esse processo de privatização interna incentivado pelas políticas públicas governamentais e pelas agências de fomento à pesquisa vem contribuindo para o esfacelamento da vida acadêmica e para o fortalecimento do individualismo e a livre empresariamento, em lugar da luta coletiva da comunidade universitária na busca da organicidade entre ensino pesquisa e extensão e da melhoria das condições de trabalho para todos (CARDOSO, 1998, p. 28).

Com base nos dados fornecidos pelo GEOCAPES referentes ao ano de 2022, a análise da distribuição das bolsas de Pós-Graduação por Área de Avaliação revela que o campo do Serviço Social contou com a disponibilização de 860 bolsas em nível nacional. Ao realizarmos uma breve comparação com outras áreas abarcadas pelas Ciências Sociais Aplicadas, torna-se evidente que o Serviço Social se destaca como uma das áreas com menor quantidade de bolsas concedidas no país. Ampliando nossa perspectiva para analisar a distribuição das bolsas de Pós-Graduação em Serviço Social por regiões do Brasil, com base nos dados fornecidos pelo Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOCAPES) (ano 2022), a Tabela 1 mostra o seguinte cenário: A análise da distribuição das bolsas de pesquisa para a Pós-Graduação na área revela aspectos que vão além do âmbito educacional, evidenciando a estratificação social já conhecida no país. Nesse contexto, regiões como o Norte ocupam uma posição menos favorecida em comparação com outras. No entanto, é notável o caso da região Nordeste, que se posiciona em segundo lugar no número de bolsas, logo após a região Sudeste, a qual é notoriamente mais privilegiada em várias esferas, incluindo aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais, como é perceptível.

O contexto de crise que permeia as esferas social, política, econômica e de saúde tem um impacto significativo no âmbito acadêmico e em todos os envolvidos nas universidades. Diante dessa conjuntura desafiadora, torna-se imperativo resistir diante das adversidades, unindo esforços em prol da preservação da educação pública universal. Além disso, é essencial unir-se às representações profissionais que mantêm uma relação intrínseca com a formação em serviço social em tempos difíceis. A luta pela educação se transforma em um ato de resistência em meio a esse cenário complexo.

Tabela 1 – Distribuição de bolsas por regiões do país

Região	Número de bolsas
Centro-Oeste	39
Nordeste	231
Norte	35
Sudeste	406
Sul	149
Total de bolsas na área de Serviço Social	860

Fonte: Dados organizados pela autora, com base nos dados disponíveis pelo GEPESSE (2022).

O Projeto de formação profissional no Brasil tem suas bases em uma determinada realidade social, que deve ser analisada criticamente no contexto contraditório de sua inserção na sociedade do capital. Nesse sentido, é crucial considerar a dinâmica social e as demandas provenientes de diversos grupos e classes sociais. Essa compreensão nos direciona a uma trajetória de formação profissional ancorada em um projeto de sociedade que favoreça a classe trabalhadora, em constante disputa com as forças dominantes na atualidade, conforme salientado por CARDOSO (1998).

Reafirmamos, pois, a urgente necessidade de fortalecer a formação profissional competente, que distante de seguir a lógica gerencial da eficiência produtivista, requisita a necessária articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas neste tempo de barbárie social Silva *et al.* (2018, p. 2018).

Reafirmando a orientação política da nossa profissão e da ação profissional, encontramos consonância com o código de ética da profissão, o qual expressa o compromisso com valores e princípios orientados para a superação da ordem burguesa (CARDOSO, 1998). No contexto da construção do conhecimento, a articulação de abordagens teórico-metodológicas, ético-políticas e técnicas-operativas possibilita a produção de análises sobre o exercício profissional, com o intuito de revelar as contradições presentes na realidade social. Nesse processo formativo, a pesquisa se estabelece como um elemento indispensável, conforme ressalta CARDOSO (1998).

Portanto, é incontestável o avanço na produção de conhecimento na perspectiva de desvelar a realidade social e subsidiar a formação e o exercício profissional crítico nessas oito décadas de Serviço Social no Brasil em sintonia com a cultura profissional. Entretanto, não se pode desconsiderar o movimento dialético da realidade, cuja ofensiva neoconservadora vem revitalizando traços da herança conservadora da profissão (Silva *et al.* (2018, p.116).

Na atualidade, o desafio da pesquisa e da produção de conhecimento em Serviço Social está inextricavelmente ligado ao contexto do capitalismo contemporâneo. As mudanças

societais decorrentes das reformas na Educação amplificam esse cenário, exigindo uma postura crítica e comprometida por parte das(os) profissionais. Buscando compreender e transformar a realidade em que atuam, as(os) profissionais do Serviço Social são convocadas(os) a enfrentar os desafios apresentados por esse contexto em constante transformação.

2.3.1 Traçando o Perfil dos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social na região Nordeste: breve síntese sobre a produção intelectual do Serviço Social na Educação

Após abordar os principais elementos que envolvem a interação entre pesquisa e pós-graduação, concentramos nossa atenção na estrutura dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social na Região Nordeste do Brasil. Isto se deve ao fato de que a produção científica de dissertações e teses, o foco central deste trabalho dissertativo, advém desses Programas.

Com base em informações disponíveis na Plataforma Sucupira, referentes aos cursos avaliados e reconhecidos, identificamos a existência de 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social em todo o país. Esses programas estão subdivididos em duas categorias: 14 (quatorze) destinados exclusivamente a cursos de mestrado acadêmico e 22 (vinte e dois) que atendem tanto mestrado quanto doutorado acadêmicos. A distribuição desses Programas de Pós-graduação é abrangente, distribuídos em diversas regiões do Brasil.

Quanto a natureza dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social, 21 são de Serviço Social; 3 de Política Social; 2 de Políticas Públicas; 2 de Serviço Social e Políticas Sociais; 1 de Política Social e Serviço Social; 1 de Serviço Social e Direitos Sociais; 1 de Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 1 de Política Social e Territórios; 1 Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; 1 de Economia Doméstica; 1 Serviço Social e Desenvolvimento Regional e 1 Política Social e Direitos Humanos, ou seja 15 programas com corte social em Políticas Públicas. Apesar do maior número de programas ser em Serviço Social e revelando o espaço privilegiado da atuação profissional na execução e formulação de políticas públicas, revertendo-se em objeto de estudos de interesse profissional, com destaque na produção de conhecimento (CARVALHO; SILVA, 2005).

No que se refere à distribuição geográfica dos programas revela-se uma dispersão dos PPG, principalmente na região Nordeste, que recebe 12 programas, todos eles públicos, de nível federal e estadual, distribuídos entre 6 mestrado e 6 mestrado e doutorado. A região Nordeste segue, assim, a mesma tendência da região Sudeste, que também concentra o mesmo número de programas. A região Sul possui 6 programas, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste têm

3 programas cada. Tanto a região Sul quanto a região Sudeste possuem mais de um curso por estado classificados tanto quanto mestrado e mestrado e doutorado.

Na Região Nordeste do Brasil, estão instituídos um total de 960 Programas de Pós-Graduação, com a seguinte distribuição:

- Mestrados acadêmicos: 384 programas.
- Doutorados acadêmicos: 16 programas.
- Programas de nível acadêmico (mestrados e doutorados): 387 programas.
- Mestrados profissionais: 162 programas.
- Doutorado profissional: 1 programa.
- Programas que oferecem tanto mestrado quanto doutorado na modalidade profissional: 10 programas.

Todos os estados da região Nordeste possuem Programas de Pós-Graduação, com a Bahia destacando-se ao concentrar o maior número, totalizando 209 (duzentos e nove) programas. Essa abrangência coloca o Nordeste como a terceira região do país com maior quantidade de programas implementados e em funcionamento (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),). A extensa presença de Programas de Pós-Graduação na região Nordeste reflete o compromisso com o avanço da pós-graduação no país e o aprimoramento profissional em diversas áreas do conhecimento. Isso ressalta a importância do tripé universitário, que engloba ensino, pesquisa e extensão, além da oferta de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade.

A Tabela 2.2 apresenta a distribuição dos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social por universidade e estado na região Nordeste.

Reafirmando os dados da tabela, na região Nordeste do Brasil, a trajetória da Pós-Graduação em Serviço Social teve seu marco inicial nos anos de 1978 e 1979, com a implantação dos primeiros programas na área. O pioneirismo se deu através da UFPB e da UFPE, que ofereceram cursos de mestrado nessa disciplina. Posteriormente, após 14 (quatorze) anos desse acontecimento, em 1993, a UFMA também inaugurou um programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

Quanto aos programas de doutorado na região, a primeira iniciativa foi estabelecida vinte e um anos após a abertura do primeiro programa de mestrado, na UFPE, em 1999 (GAZOTTO, 2019). A década de 2000 registrou a abertura de quatorze novos Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social, sendo dez deles em nível de mestrado e quatro em

Tabela 2 – Distribuição do PPG na área de serviço social na região Nordeste.

IES/SIGLA	Ano (início do curso)	Nível do(s) curso(s)	Programa
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	1993	MESTRADO/DOCTORADO	POLÍTICAS PÚBLICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	2004	MESTRADO/DOCTORADO	SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	2012	MESTRADO	SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	1978	MESTRADO	SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	1979	MESTRADO/DOCTORADO	SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	2000	MESTRADO/DOCTORADO	SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)	2014	MESTRADO	SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE ()	2011	MESTRADO	SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	2002	MESTRADO/DOCTORADO	MESTRADO/DOCTORADO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB) SERVIÇO SOCIAL	2013	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	MESTRADO
UNIVERSIDADE DA BAHIA (UFBA)	2019	MESTRADO	SERVIÇO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO (UFRB)	2019	MESTRADO	POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS

Fonte: elaborado pela autora (2023).

nível de mestrado e quatro em nível de doutorado. Já na década de 2010, houve a inauguração de quinze Programas de pós-graduação (PPG) na área de Serviço Social, com oito programas de mestrado e sete de doutorado (GAZOTTO, 2019, p. 42). Nos últimos anos, especificamente

entre 2011 e 2019, foram estabelecidos seis novos programas, todos eles com foco no nível de mestrado.

É importante destacar que dentre esses últimos programas inaugurado, os dois programas mais recentes de Pós-Graduação na região Nordeste foram estabelecidos em 2019, um na UFRB e outro na UFBA. Essa trajetória de expansão e consolidação da Pós-Graduação em Serviço Social na região reflete o compromisso contínuo com a ampliação do conhecimento e o aprimoramento profissional nesse campo de estudo.

Os estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte possuem dois programas cada. No que se refere às avaliações da Pós-graduação na área de Serviço Social, a região Nordeste conta com dois programas que receberam nota seis, conferindo-lhes destaque na qualidade de ensino e pesquisa. Esses programas são os da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Maranhão (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2019). Nesse contexto, a região Nordeste emerge como um foco importante de investigação, oferecendo um campo de estudo amplo e diversificado. Os indicadores apontam para uma produção significativa de conhecimento na área do Serviço Social, especialmente no âmbito da educação.

É relevante mencionar que, nessa temática, estamos atrás apenas da região Sudeste, que lidera nesse tópico (GAZOTTO, 2019).

A produção de conhecimento no campo do Serviço Social, proveniente de teses de doutorado e dissertações de mestrado, demonstra um volume notável de produção na área. Uma revisão integrativa realizada identificou um total de 1.791 (mil setecentos e noventa e um) trabalhos monográficos catalogados entre os Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no período de 1990 a 2020. A maior parte dessas produções são dissertações e uma parcela bem menor corresponde ao tipo tese.

Ao analisar a distribuição das produções de pós-graduação em Serviço Social por universidades, tanto em nível federal quanto estadual, os números⁶ se apresentam da seguinte maneira:

- Universidade Federal da Paraíba: 253 produções.
- Universidade Estadual da Paraíba: 73 produções.
- Universidade Federal de Pernambuco: 429 produções (a maior quantidade).
- Universidade Federal do Piauí: 232 produções.

⁶ Fonte: Dados coletados e organizados pela autora, com base nas informações disponíveis nos repositórios das instituições Superiores (2022).

- Universidade Federal de Alagoas: 153 produções.
- Universidade Estadual do Ceará: 103 produções.
- Universidade Federal do Maranhão: 210 produções.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 174 produções.
- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte: 55 produções.
- Universidade Federal de Sergipe: 89 produções.
- Universidade Federal da Bahia: 7 produções (uma das mais recentes).
- Universidade Federal do Recôncavo Baiano: 13 produções (também uma das mais recentes).

Esses números refletem o compromisso e a diversidade das instituições de ensino superior na região Nordeste do Brasil em contribuir para a produção de conhecimento na área do Serviço Social por meio de programas de pós-graduação. Cada uma dessas universidades desempenha um papel significativo no enriquecimento do campo da pesquisa e da pós-graduação, além de contribuir para o processo de formação e desenvolvimento profissional, qualificando academicamente os discentes, pesquisadores e profissionais na ampla área das Ciências Sociais Aplicadas.

3 O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

As considerações expostas neste capítulo visam abordar a educação em sua totalidade, compreendendo sua diversidade, alcance e complexidade enquanto espaço ocupacional. No cenário educacional cotidiano, manifestam-se as múltiplas facetas da questão social. Essa abordagem concentra-se na compreensão das políticas educacionais, tendo em vista seu aspecto organizacional, que se desdobra em diversos níveis e modalidades. Portanto, é imprescindível considerar a análise da realidade contemporânea em que o Serviço Social está inserido. Isso requer uma avaliação da lógica de produção e reprodução do capital no contexto educacional, em um mundo cada vez mais permeado por mercantilização, contrarreformas e financeirização, especialmente no âmbito da educação.

Nesse contexto, também se torna crucial refletir sobre a produção de conhecimento no campo do Serviço Social na Educação, a fim de enfatizar a importância da pesquisa, da sistematização e da publicação das experiências vivenciadas na prática profissional. Esses aspectos são de suma relevância para resgatar o registro do profissional atuando no âmbito educacional.

Vale ressaltar a evolução do Serviço Social ao longo de suas primeiras décadas, superando as práticas conservadoras e adotando uma postura crítica e reflexiva em relação à sociedade e aos espaços ocupacionais. Desde a década de 90, observa-se um gradual aumento de profissionais atuando na área, indicando um futuro cenário em que assistentes sociais estarão presentes em todos os níveis e modalidades da política educacional. Esta projeção, se deve à existência de um arcabouço normativo legal que preconiza nossa presença nesses contextos.

3.1 PANORAMA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO BRASIL: ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS E A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL

É essencial iniciar esta discussão com uma breve introdução à organização da política de educação no Brasil, a fim de contextualizar o ambiente em que as(os) assistentes sociais estão inseridos e atuando nos espaços ocupacionais da Educação. Isso proporciona uma base para compreender a discussão em curso na análise da produção de conhecimento. “Não se trata aqui de uma primazia ou antecedência histórica, mas de uma centralidade constitutiva da dinâmica da vida social enquanto totalidade histórica” (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014,

p. 17).

Este debate não ocorre de maneira isolada, mas sim em meio às transformações da sociedade. Essas transformações exercem influência direta sobre o exercício profissional das(os) assistentes sociais e têm implicações nas pesquisas que buscam compreender a realidade social. É necessário situá-las em um contexto sócio-histórico específico e considerar as determinações políticas e econômicas que afetam essa dinâmica.

Ao longo da história, a educação no Brasil tem sido profundamente moldada pelo contexto da lógica capitalista, respondendo aos interesses econômicos e políticos vigentes no país. A política educacional brasileira é influenciada pelas particularidades da formação social e pelas tensões entre classes sociais contraditórias. A trajetória do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil foi acompanhada pela intervenção do Estado como ‘gestor’ desse processo, implementando medidas institucionalizadas como resposta aos desafios decorrentes do agravamento da questão social (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

É correto afirmar que a política de educação em sociedades contemporâneas, assim como no Brasil, está intrinsecamente ligada à direção do trabalho. Uma lógica sustentada na relação entre trabalho e capital demanda a utilização da força de trabalho para a sua operacionalização (MÉSZÁROS, 2008). Assim, é estruturada sob a premissa de uma educação orientada para o trabalho, o que imprime nos sujeitos uma perspectiva de reprodução do próprio sistema capitalista. Isso reflete a necessidade de mão de obra altamente qualificada para se inserir em um mercado de trabalho competitivo, uma demanda imposta pelo sistema capitalista.

No âmbito da sociedade de mercado, vislumbra-se que a educação é encarada como elemento acessório das exigências do universo da produção, que historicamente vem sofrendo alterações próprias da dinâmica de acumulação que a sociedade capitalista encerra (SILVA, 2013, p. 132).

Dentro desse contexto, a educação assume uma posição de destaque. Quando encarada como uma dimensão da vida, a educação resulta das interações entre diversos atores sociais que buscam atender às suas necessidades. Em uma sociedade de orientação mercadológica, voltada para os interesses do capital, a educação frequentemente é vista como um elemento que possibilita o cumprimento dessas demandas.

Tais demandas tendem a crescer ao longo do tempo devido à dinâmica inerente à realidade capitalista (SILVA, 2013). No entanto, é crucial destacar que a educação engloba uma variedade de conhecimentos, teorias e valores que emergem da sociedade. Considerar uma

abordagem ampliada da educação implica reconhecer seu potencial para provocar transformações sociais, promovendo a construção integral do indivíduo.

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtos e expropriam sua produção (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 16).

A educação transcende a mera dimensão de ensino-aprendizagem e abarca, além disso, a esfera da vida social, fornecendo aos indivíduos os meios que lhes concedem a base necessária para alterar as condições objetivas de reprodução das relações sociais. “Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76). O papel preponderante da educação é de uma “importância vital” (Ibid., 2005) para instigar os indivíduos a romperem com a lógica predominante do capital que delinea a educação, cujos interesses nos instigam a buscar maneiras de transpor as barreiras estruturais impostas pela sociedade.

Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 19).

No contexto global em que a ordem dominante é a do capital e as relações de trabalho permeiam os processos formativos, torna-se essencial criar condições para fomentar a formação do cidadão histórico-crítico.

A educação competitiva raramente funciona para estudantes que foram socializados para valorizar o trabalho para o bem da comunidade. Isso os rasga ao meio, despedaça-os. Eles experimentam graus de desconexão e de fragmentação que destroem todo o prazer do aprendizado. E são justamente os estudantes que mais precisam ser influenciados pela orientação de educadores democráticos (HOOKS, 2019, p. 206).

A conexão intrínseca entre educação e trabalho é evidente, uma vez que ambos são elementos fundamentais da experiência humana. Enquanto a educação desempenha um papel crucial no processo de formação dos indivíduos na sociedade, o trabalho é um componente essencial das relações de produção e sociais. A interdependência desses dois aspectos é de grande importância para a existência humana.

Em resumo, nas sociedades contemporâneas, a relação entre educação e trabalho é intrínseca, tendo implicações profundas na formação dos indivíduos e na dinâmica social. Reconhecer essa interconexão é essencial para compreender as complexidades da política educacional e seu papel na reprodução social. “Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 16).

O Brasil reflete as tendências globais na área educacional. Uma tradição educacional elitista e excludente, que historicamente limitou o acesso, sobretudo a indivíduos brancos, tem sido alvo de mudanças nas políticas educacionais recentes. Estas políticas buscam expandir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes. Como resultado, temos testemunhado a inclusão de frações da classe trabalhadora, bem como de indivíduos pretos e pobres, que agora têm a oportunidade de acessar o ensino superior público e o ensino técnico e tecnológico.

Os rumos da educação no Brasil sempre estiveram intrinsecamente ligados à situação sociopolítica do país, e a desigualdade no acesso à educação tem sido uma constante em nossa história. Sob essa perspectiva, fica claro como a trajetória da educação tem acompanhado e sido moldada pelas políticas neoliberais e reformistas.

A perspectiva educacional que permeia os caminhos do estudo está alinhada com o entendimento sobre educação adotado pelo (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014), o qual afirma:

para pensar a educação é preciso tomar a realidade na perspectiva de totalidade, compreender que as diferentes dimensões que compõem a vida social mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica, mas também de autonomia, de mútuas determinações (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 17).

Refletir sobre a educação é, ao mesmo tempo, refletir sobre a vida em sociedade, inserindo-se na realidade concreta e considerando seu contexto histórico-social. A educação é um conceito “amplo e genérico, que pressupõe o processo de desenvolvimento integral do ser humano, abrangendo sua capacidade física, intelectual e moral, visando não somente a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social” (ARANHA, 1990, p. 51). Em outras palavras, o trabalho ocupa uma posição central na vida dos indivíduos na sociedade, enquanto a educação desempenha um papel fundamental e vital.

Portanto, é essencial traçar uma jornada pela história da evolução da Política de Educação no Brasil, considerando a influência das políticas neoliberais em vigor no país, que se manifestaram por meio de reformas ocorridas ao longo desse percurso. Essas transformações têm tido impactos significativos na dinâmica atual, afetando o acesso às políticas sociais e, especialmente, à educação.

Representa no plano organizacional o modo como a política de educação se articula aos interesses gerais de reprodução do capital, em particular no que diz respeito aos processos de formação técnica e intelectual da força de trabalho simples. Assim como deriva das lutas sociais por uma formação humana que ultrapasse os horizontes das necessidades imediatas de esfera da produção, circunscrevendo no plano legal e organizacional as tensões próprias da formação do cidadão e de seus direitos numa sociedade profundamente desigual (FERRIZ; MARTINS, 2020, p. 45).

A Constituição Federal de 1988 trouxe consigo uma mudança significativa no papel do Estado em relação às Políticas Sociais. Esse marco culminou no desenvolvimento das principais configurações dos direitos sociais nas décadas de 1980 e 1990, buscando atender às demandas das massas populares que clamavam por uma atuação mais ativa por parte do Estado (COUTO, 2006).

Nesse contexto, Pinto destaca vários aspectos históricos e legais da Política educacional brasileira, enfatizando sua conexão com as transformações societárias e econômicas ocorridas no país ao longo do tempo. Podemos dividir a trajetória da política de educação em três marcos temporais:

- No período de 1500 a 1930, observamos a ausência de uma educação orientada, com poucas escolas voltadas principalmente para as elites brasileiras. “A devida preocupação com a mesma não se traduziu em projetos que norteassem os estados da federação, tampouco em práticas políticas (DENTZ; SILVA, 2015, p. 16).
- Entre 1930 e 1960, surgiu uma política educacional incipiente, com ênfase na educação profissional. Essa abordagem buscava fornecer mão de obra para a industrialização e apoiar o desenvolvimento das forças produtivas.
- A partir de 1960 até os dias atuais, houve o estabelecimento de uma política educacional pelo Estado, com destaque para as reformas dos anos 90, que enfatizaram a focalização e descentralização das políticas públicas (SANTOS; NASCIMENTO, 2016). Esse panorama revela a busca pela expansão e democratização da educação, mas também enfrenta obstáculos que buscam melhorias (DENTZ; SILVA, 2015, p. 17).

Sob a perspectiva de DYE (2010), as políticas públicas consistem em um conjunto de medidas adotadas pelo governo para garantir direitos sociais. Isso envolve a compreensão do papel do Estado no progresso econômico e sua interação com a sociedade em um contexto histórico específico. A atuação governamental, através das políticas públicas, assume características e natureza distintas em relação a outras iniciativas (AGUM *et al.*, 2015).

O governo toma decisões e faz escolhas que se traduzem em ações de políticas públicas. A legitimidade e obrigatoriedade dessas políticas perante a sociedade derivam das ações governamentais com metas específicas, o que exige uma análise abordando dimensões políticas e históricas, especialmente no contexto da educação, como enfatizado no Artigo 205 da Constituição Federal.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2020).

A política educacional foi alinhada aos interesses econômicos, transformando a educação em um instrumento para manter a ordem econômica e social. A qualificação da força de trabalho contribuiu para aumentar a acumulação de mais-valia e consolidar as estruturas de classe (PINTO, 1986). Desse modo, revela-se o caráter contraditório que permeia a política de educação, que persiste mesmo após as políticas implementadas a partir dos anos 1990 (SANTOS; NASCIMENTO, 2016).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 1996, foi instituída com o propósito de reforçar o conceito de direitos, visando incorporar contingentes da população previamente excluídos do acesso à educação, bem como estabeleceu vínculos entre a educação escolar, o trabalho e a prática social (DENTZ; SILVA, 2015).

Com a regulamentação da LDB, o ensino passou a ser organizado em níveis e modalidades, que são:

Educação Básica – Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio –; o ensino superior e as diversas modalidades de ensino – Educação Especial/Inclusiva, Educação Indígena, Educação Profissional, Educação Rural –, e a responsabilização por sua efetivação se organiza a partir dos três entes federativos: federal, estadual e municipal. Uma das características que permanece na nova legislação é a prestação de serviços educacionais de forma complementar, ou seja, articulando educação pública e privada (FERRIZ; MARTINS, 2020, p. 47).

Nesse contexto educacional, as políticas neoliberais trouxeram implicações de grande relevância. A privatização e a focalização das políticas sociais podem ter impactos diretos na

qualidade e no acesso à educação pública. A busca por parcerias com o setor privado e a alocação seletiva de recursos podem comprometer a universalidade e a equidade do sistema educacional. Além disso, as orientações do Consenso de Washington exerceram influência nas políticas educacionais, modelando a maneira como o Estado se envolve na educação, afetando aspectos como financiamento, gestão e currículo escolar.

Os governos passaram a seguir as orientações do Consenso de Washington de maneira crescente, direcionando o país para políticas com viés privatizador e focado em grupos específicos. Essa influência do contexto neoliberal e suas políticas também se estenderam ao campo da educação, onde a parceria público-privado ganhou terreno. Esse movimento ocorreu em um cenário marcado pela Reforma do Estado ou, em alguns casos, por uma Contrarreforma, que limitou a atuação do Estado em reformas mais alinhadas com a ideologia neoliberal. A ênfase nas estratégias de globalização e financeirização do capital contribuiu para uma orientação mais voltada à privatização e à focalização das políticas, muitas vezes em conformidade com as demandas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (COUTO, 2006).

O Brasil vivenciou uma expansão econômica em direção ao mercado internacional de maneira repentina, consolidando sua entrada tardia na lógica neoliberal. Esse cenário resultou em contrarreformas moldadas pelo poder do capital e influenciadas de forma significativa por interesses internacionais. Durante esse período, houve uma intensificação considerável dos ataques às políticas sociais, em especial as voltadas para a educação. Esse aumento na intensidade foi impulsionado pelo forte interesse do capital financeiro, instigado por organizações internacionais, notadamente o Banco Mundial (SILVA *et al.*, 2019).

Este quadro revela como a educação hoje se inscreve em um amplo processo de desumanização, a serviço da barbárie, assumindo uma feição moderna. A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 20).

No contexto dessas dinâmicas, a discussão sobre o papel do Estado na educação e as consequências das políticas neoliberais permanece de suma importância. É crucial analisar de que forma essas transformações repercutem no acesso universal a uma educação de qualidade e como podem impactar a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. A compreensão das influências políticas e econômicas sobre a educação se mostra essencial para promover debates embasados e buscar soluções que atendam às necessidades da população e ao progresso do país (COUTO, 2006).

Na medida em que o poder político alinhou a política educacional ao processo econômico, a educação serviu como utilíssimo instrumento para a manutenção da ordem econômica e social, pois, enquanto qualificou a força de trabalho, aumentou também a retenção de mais-valia, quase cristalizando a estrutura de classe (PINTO, 1986, p.72).

A emergência e a solidificação do ensino privado no Brasil, contrastando com o sistema público, têm suas raízes no período ditatorial. Gadotti (2005) destaca que o regime militar estabeleceu um sistema de ensino dual, compreendendo o setor particular e o público, ambos interdependentes. Essa dualidade persistiu ao longo do tempo, e a educação privada, sobretudo no ensino superior, se transformou em um empreendimento educacional respaldado e financiado pelo Estado. A ampliação do ensino superior, conforme apontado por Lima (2013), teve como principal objetivo atender às demandas em constante mutação do mercado de trabalho, mas também perpetuou a divisão social do trabalho, representando um retrocesso em relação ao direito social protegido pela Constituição (SILVA *et al.*, 2019).

A ampliação do campo dos direitos sociais, como forma de compreender a cidadania em seu sentido mais classista e menos abstrato, tem no reconhecimento da Política de Educação como um direito social a ser universalizado um dos momentos deste processo de mobilização e luta social, mas como meio e não como finalidade de realização de uma nova ordem social (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 2014).

Ao longo dos governos petistas, observou-se uma marcante expansão do ensino superior no setor privado, impulsionada por programas Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) (LEITE, 2019). Além disso, a disseminação da Educação a Distância (EAD) também desempenhou um papel no enfraquecimento adicional da política de educação pública.

A valorização da educação nos governos “revolucionários” refletiu a intencionalidade de assegurar a inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, através da criação de uma força de trabalho capaz de atender aos objetivos do desenvolvimento econômico, na medida em que se transformou em instrumento para o trabalho, ou seja, na preparação do indivíduo para o processo produtivo (PINTO, 1986, p. 70).

No contexto do ensino público, merece destaque o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelecido através do decreto 6.096 em abril de 2007. Este programa tem como objetivo ampliar a oferta de cursos e facilitar o acesso de estudantes de baixa renda às universidades federais, ao mesmo tempo em que procura assegurar sua permanência nessas instituições. Acompanhando essa iniciativa de expansão, foi

criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto nº 7.234 de julho de 2010 (LEITE, 2019).

As ações afirmativas visavam criar maior diversidade, e elas foram, ao menos em tese, uma prática positiva de reparação, dando acesso a grupos que nunca tiveram acesso à educação e outros direitos por causa da opressão. Apesar de suas muitas fraquezas, as ações afirmativas foram bem-sucedidas em romper barreiras à inclusão racial e de gênero, beneficiando especialmente as mulheres brancas (HOOKS, 2019, p. 205).

O contexto de crise que impactou o país em 2016, marcando o início de uma agenda conservadora, resultou de um golpe político que levou ao governo de Michel Temer. Esse episódio deixou marcas profundas na nação e posteriormente conduziu ao governo de Jair Messias Bolsonaro (SILVA *et al.*, 2019). Essas gestões recentes ficaram caracterizadas como conservadoras e antidemocráticas, evidenciando retrocessos em várias áreas das políticas públicas. O enfraquecimento das instituições de ensino público, que já havia sido implementado durante o governo Temer, ganhou ainda mais ímpeto sob o governo Bolsonaro.

A postura ideológica adotada pelo governo Bolsonaro em relação às instituições de ensino gerou preocupações em toda a comunidade educacional. A falta de competência na gestão da educação se tornou visível através das constantes trocas de ministros, muitos dos quais defendiam uma perspectiva de educação voltada apenas para o mundo do trabalho, negligenciando a formação integral do indivíduo e retrocedendo ao argumentar que o acesso à universidade não deveria ser universal. Isso é notavelmente contraditório diante dos avanços recentes que alcançamos no acesso ao ensino superior.

Essa abordagem não surgiu isoladamente, mas faz parte de um projeto mais abrangente que não apenas apresenta traços antidemocráticos, mas também tende a ser excludente e segregador. Nesse contexto, é evidente que a última gestão sob Bolsonaro procurou intensificar as desigualdades, acentuar as divisões sociais entre as classes, limitar o acesso à educação e enfraquecer os direitos sociais que sustentam uma sociedade justa. Por isso, a defesa da educação e do acesso democrático ao conhecimento deve ser uma pauta urgente para toda a sociedade. É somente através da educação e do desenvolvimento crítico dos indivíduos que podemos vislumbrar uma verdadeira transformação social.

3.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

A educação, inserida na lógica do sistema capitalista, contribui para a ampliação das disparidades educacionais, que se manifestam desde o acesso e a permanência no ensino até o sucesso dos estudantes. Essas desigualdades se concretizam nesse cenário por meio de diversas facetas da questão social e se estendem pelos diferentes níveis e modalidades da educação básica, educação profissional e tecnológica, bem como na educação superior. Esses são os principais espaços onde as(os) assistentes sociais atuam na política de educação.

Ao referendarmos a análise da conjuntura para a compreensão dos requisitos e demandas para o assistente social na área de educação, não nos furtamos de indicar as determinações da dinâmica estrutural do capitalismo para a localização do Brasil no cenário internacional e a decorrente orientação de suas políticas estratégicas, entre elas a educação (PEREIRA, 2018, p. 133).

É uma tarefa de extrema importância para a ação profissional refletir sobre a dinâmica da sociedade e como ela impacta na manifestação da questão social. Ao abordar essa discussão no âmbito da educação, somos capazes de ampliar nossa perspectiva para os diversos aspectos que se refletem nas desigualdades sociais. Essas desigualdades se manifestam em uma variedade de demandas, sejam elas institucionais, relacionadas aos estudantes, às famílias/responsáveis ou à comunidade em geral.

Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 38).

Nos últimos anos, tem sido notável um aumento gradual na participação de assistentes sociais na política educacional, priorizando sua atuação nos processos de garantia da permanência dos estudantes na educação básica, na educação profissional e tecnológica, bem como no ensino superior (FERRIZ; BARBOSA, 2019). Isso contribui para a intensificação das manifestações da questão social no Brasil, especialmente na região Nordeste. As mudanças na política educacional e o perfil dos estudantes inseridos nos contextos formais de ensino também desempenham um papel significativo nesse cenário.

A compreensão abrangente da política de educação não pode negligenciar sua organização em níveis e modalidades. A LDB, em seu artigo 21, estabelece a estrutura da educação escolar brasileira, composta pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior (Brasil, 1997).

A educação profissional e tecnológica está integrada ao ensino médio e superior, oferecendo uma combinação de conhecimentos técnicos e tecnológicos. Para a análise presente, consideraremos a educação básica, a educação profissional e tecnológica, a educação superior e as expressões recorrentes da questão social nesse campo, as quais agravam as desigualdades educacionais.

Cabe ressaltar que a crise pandêmica que se iniciou em março de 2020 intensificou as desigualdades sociais. Parte da classe trabalhadora brasileira foi forçada a adotar o teletrabalho, aumentando os custos da manutenção do trabalho, como equipamentos tecnológicos, serviços de internet e energia elétrica. Outros, principalmente aqueles envolvidos em atividades profissionais informais, enfrentaram a perda de trabalho devido às medidas de restrição adotadas para conter a disseminação do coronavírus.

A pandemia redefiniu a forma como vivemos, interagimos em nossas relações sociais, consumimos, trabalhamos e nos educamos. No setor educacional, as atividades presenciais em todos os níveis e modalidades foram suspensas, levando as instituições de ensino a adotarem o ensino remoto online para manter a continuidade da educação e formação profissional. Esse novo formato tem sido utilizado na educação básica, profissional e tecnológica, e na educação superior. Nesse contexto, o debate sobre a modalidade de EAD tem ressurgido, questionando a educação presencial (FERRIZ; MARTINS, 2020). Dessa maneira foram colocados novos desafios para o Serviço Social, uma vez que as políticas públicas, as demandas do mercado e outros fatores estão intimamente ligados à desigualdade e à busca por uma educação de qualidade.

As décadas de 1930 e 1940 testemunharam assistentes sociais atuando na política educacional no Brasil, particularmente nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, onde surgiram como pioneiros no debate e na abertura do campo profissional para assistentes sociais. Em 1946, o Serviço Social foi introduzido nas escolas como um serviço de assistência escolar vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (DENTZ; SILVA, 2015), marcando o início dessa área de atuação.

No entanto, entre as décadas de 1950 e 1970, houve um enfraquecimento desse campo, que foi relegado a um plano secundário nas discussões do Serviço Social. Somente em

1990, o Serviço Social na Educação ganhou maior destaque. Foi nesse período de negligência que surgiu a noção de que a educação se configurava como um novo espaço de atuação profissional.

As demandas apresentadas aos/às assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder jurídico, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 16).

Dito isso, é importante destacar que estamos falando de um campo em expansão, evidenciado pelo aumento gradual da participação de assistentes sociais na política educacional nos últimos anos. Isso representa um avanço quantitativo para a atuação profissional nesse campo.

Souza (2008) enfatiza que a partir da década de 90, o Serviço Social passou a lidar diretamente com casos mais complexos envolvendo os usuários, atuando em equipes multidisciplinares para abordar as problemáticas de maneira conjunta. Nesse período, a implementação de programas e ações assistenciais para garantir a permanência dos estudantes nas escolas também ganharam destaque. Essas ações governamentais são de grande importância e têm se expandido até os dias atuais, com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes à educação.

Um aspecto relevante é a inserção crescente de profissionais de serviço social nas instituições de ensino profissional e tecnológico e nas universidades públicas. Esse aumento está relacionado à expansão da rede de ensino, promovida por programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, estabelecido pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Esse programa visa aumentar o número de vagas nos cursos de graduação e facilitar o acesso de estudantes de baixa renda à universidade, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais no Brasil. Além disso, a criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892/2008, também contribuiu para o aumento do número de vagas e a inserção de profissionais de diversas áreas, como Psicologia, Nutrição e Serviço Social.

Além disso, a recente aprovação da Lei nº 13.935/2019 ampliou as possibilidades de atuação profissional na modalidade da educação básica, abrindo um novo diálogo sobre a ação do serviço social na educação. No entanto, surge a necessidade de implementar a Lei, que completou um ano desde sua aprovação. Isso envolve o debate sobre a viabilidade de concursos públicos para escolas de educação básica, bem como a defesa da inclusão do serviço social

na legislação como uma profissão da educação, acompanhada da divulgação de nossas ações profissionais nesse espaço.

Nos últimos anos, observa-se um aumento progressivo de assistentes sociais inseridos na política educacional, “para atuar prioritariamente nos processos de permanência dos estudantes na educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior” (FERRIZ; BARBOSA, 2019, p. 49). Isso está diretamente ligado ao agravamento das expressões da questão social no Brasil, especialmente na região Nordeste, e às mudanças na política educacional e no perfil dos estudantes inseridos nos contextos educativos (Ibid., 2019). Essa tendência também revela a ampla diversidade e complexidade da educação como um campo sócio-ocupacional para assistentes sociais (ALMEIDA, 2000).

A discussão sobre a inserção do Serviço Social na área da educação tem sido intensificada por meio das entidades representativas da profissão, como o CFESS e os CRESS. Desde os anos 2000, esse debate tem ganhado destaque e se aprofundado. Já na década de 1990, assistentes sociais passaram a ser mais requisitados e demandados para atuar em diversos espaços da educação, nas várias modalidades (FERRIZ; BARBOSA, 2019).

Na região Nordeste, é possível encontrar assistentes sociais atuando em diversas áreas da educação, desde a complexidade da educação básica até a estrutura das modalidades de educação profissional e tecnológica e educação superior. No entanto, o número de profissionais ainda é limitado em relação às demandas que surgem nesse campo. Apesar disso, “consideramos que a atuação do/a assistente social vem contribuindo para identificar e enfrentar tais demandas junto ao aparato institucional” (FERRIZ; BARBOSA, 2019, p. 40).

O debate sobre o papel do Serviço Social na política educacional destaca a educação como um espaço de formação para os sujeitos, onde é possível promover os direitos dos usuários, compartilhar informações com aqueles que fazem parte do ambiente educacional e consolidar a escola como um lugar de democracia, respeito à diversidade e ampliação da cidadania (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

A(O) assistente social, como um profissional especializado assalariado, também faz parte do processo de valorização do capital, que é moldado pela contraditória relação entre as classes sociais. É fundamental enfatizar a importância do aprofundamento teórico na discussão sobre o exercício profissional, partindo do pressuposto de compreender a educação em sua diversidade e complexidade como um campo de atuação. A análise da educação deve ser realizada em sua dimensão mais ampla, compreendendo a política educacional e a forma como

ela se organiza em diferentes modalidades, como a educação básica, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior. Esses elementos são determinantes para orientar as demandas profissionais e estabelecer as competências e atribuições necessárias.

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Por tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na política de Educação e os embates presentes nesse campo sócio-ocupacional ((Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 35-36).

Nesse sentido, há um esforço em compreender o exercício profissional no âmbito da política educacional na atualidade, a partir de uma perspectiva ampliada da educação. Essa visão considera a educação como um campo diverso, abrangente e, acima de tudo, complexo, no qual emergem expressões e dimensões da questão social que são foco da intervenção profissional. Esse campo é permeado por desafios, limitações e possibilidades que visam responder às demandas influenciadas pelas múltiplas interseções que envolvem a educação, ultrapassando os diferentes níveis e modalidades educacionais e extrapolando as requisições institucionais.

Essas implicações conduzem a uma relação entre o discurso profissional e uma dimensão mais ampla que vai além da nossa consciência. Essa relação confere ao Serviço Social um caráter contraditório, em que a mesma ação atende simultaneamente aos interesses do capital e da classe trabalhadora. No entanto, nesse contexto, existe espaço para que o profissional se coloque a favor e defenda os interesses da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2011).

Torna-se evidente que é uma tarefa fundamental da ação profissional refletir sobre a dinâmica social, considerando, por exemplo, o quanto a sociedade é afetada pelo racismo, que ao mesmo tempo estrutura as relações sociais e incide sobre as manifestações da questão social. Ao realizar essa discussão no âmbito da educação, somos capazes de ampliar nossa compreensão sobre esse aspecto.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formas regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012, p. 48).

Considerando que são aspectos que permeiam a atuação profissional, atualmente com elementos e características específicas, é importante destacar a sociedade racista e capitalista em que estamos inseridos. Além disso, diante das diversas manifestações da questão social que

se evidenciam por meio de inúmeras demandas institucionais, estudantis, familiares/responsáveis e comunitárias.

Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 38).

As principais demandas que se manifestam na realidade concreta no âmbito da educação geralmente se configuram em: evasão escolar, impulsionada pelo desemprego estrutural; violência, incluindo conflitos familiares; pobreza extrema, muitas vezes associada à falta de moradia; abuso de álcool e outras drogas; problemas de saúde mental, cuja incidência tem aumentado nos últimos anos, apresentando casos isolados de suicídio entre estudantes, entre outras questões que estão interligadas à dinâmica social e permeiam as relações sociais.

A profunda desigualdade social e a concentração de renda são características brasileiras que se exacerbam no Nordeste e confluem para construção do panorama atual dessa região. Os péssimos indicadores de pobreza, analfabetismo, violência etc., além do baixo rendimento, maior precarização do trabalho e alto nível de dependência dos programas de transferência de renda verificados nessa região são resultantes da forma de inserção do Nordeste na dinâmica capitalista brasileira (SANTOS, 2012, p. 259).

O Serviço Social vivencia o exercício profissional imerso no contexto histórico particular do Brasil, e sua atuação no âmbito educacional está diretamente conectada às políticas públicas, evoluindo de maneira paralela às mudanças tanto sociais quanto educacionais. Diante dessa perspectiva, a reflexão sobre a educação em sua amplitude torna-se uma tarefa fundamental para assistentes sociais, uma vez que ela faz parte da reprodução das relações sociais, inserida na lógica do sistema capitalista.

Nesse contexto, a compreensão da ação profissional no campo da educação reside, principalmente, em responder a questões relacionadas.

[...] às requisições socioassistenciais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 37).

A(O) assistente social, por sua vez, opera em um ambiente social complexo, que serve de base para sua intervenção, e essa realidade está se tornando cada vez mais intrincada e, ao mesmo tempo, mais refinada. É por meio desse cenário que o profissional se capacita e se embasa em seus recursos para fornecer respostas qualificadas às diversas demandas (GUERRA *et al.*, 2017).

A aplicação de ferramentas técnicas-operativas, o acompanhamento dos estudantes, a formulação de projetos e intervenções políticas são algumas das abordagens empregadas pelas(os) assistentes sociais no campo da educação para atender às demandas, com a finalidade de transformar a realidade apresentada. No entanto, é reconhecido que o grau de complexidade muitas vezes transcende as técnicas utilizadas e ultrapassa até mesmo a intenção profissional, já que a realidade social tem um papel crucial nesses fenômenos sociais.

Souza (2008) aborda a prática profissional que contempla a dimensão socioeducativa de suas ações, destacando que “como prática social educativa, a escola tem como função ensinar mediante a elaboração e a execução de um Projeto Político-Pedagógico para promover o exercício competente da cidadania, estimulando a participação e o pensamento crítico” (SOUZA, 2008, p. 68). Isso demanda a criação de um projeto que envolva tanto o ambiente escolar quanto toda a comunidade, a fim de construir coletivamente uma educação pública de qualidade para todos, abordando questões políticas, retenção estudantil, planejamento curricular e outras temáticas variadas. Essas ações têm se desenvolvido “no sentido de fortalecer as redes sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para garantia dos direitos estudantis” (DENTZ; SILVA, 2015, p. 25).

À medida que ampliamos nosso entendimento sobre o significado da educação em nossa sociedade, fica evidente que todo sistema educacional produz e reproduz, por meio das próprias estruturas institucionais, características estruturais e funcionais da sociedade.

Destacamos que o exercício profissional das(os) assistentes sociais na política de educação se baseia no Projeto Ético-Político Profissional, abordado de maneira crítica, reflexiva e consciente de sua importância fundamental nesse contexto. Mesmo diante das contradições, a categoria encontra formas de articulação e fortalecimento profissional para responder de maneira positiva às necessidades de seus usuários.

No contexto de contradições e lutas de interesses, a(o) profissional de Serviço Social desenvolve sua atuação, buscando viabilizar e expandir os direitos, com o objetivo de contribuir para a construção de uma nova ordem social. É importante reconhecer que essa transformação

não será realizada apenas pela categoria, mas também envolverá o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

Portanto, ao aprofundarmos nossa análise nessa discussão central, conseguimos embasar uma reflexão sobre os aspectos e determinações que permeiam os processos de trabalho profissional, levando em consideração a política de educação e a modalidade educacional na qual a(o) assistente social atua. Esses determinantes orientam a concretização de sua atuação profissional.

A trajetória de evolução do Serviço Social na área da educação se torna evidente quando revisitamos algumas produções científicas, como evidenciado por diversos estudos. Desde os anos 1930, é possível constatar um contínuo fluxo de trabalhos nesse domínio, conforme apresentado por um recente levantamento de pesquisa realizado por Bonifácio em 2019. Esse estudo identificou um notável total de 304 (trezentas e quatro) produções científicas, abrangendo o período de 1930 a 1999.

Dentz e Silva (2015) destacam que as produções científicas relacionadas à interface entre Serviço Social e Educação começaram a ser desenvolvidas em 1939, por meio do trabalho da assistente social Maria Esolina Pinheiro, que abordava o tema ‘Serviço Social, infância e juventude desamparadas’. A partir de 1940, houve uma significativa produção de trabalhos de conclusão de curso sobre a temática ‘Serviço Social na educação’, sendo identificada, nas primeiras escolas de Serviço Social, uma demanda por atuação profissional por parte do Estado, e essa experiência de trabalho junto às escolas foi sistematizada (DENTZ; SILVA, 2015).

Nesse período, a escola era vista como um espaço de interação educativa entre a família e o estudante, com o objetivo de ajustar socialmente o indivíduo. O Serviço Social atuava no contexto de desajuste familiar, responsabilizando a família por todas as consequências e condições de vida enfrentadas pelos sujeitos, especialmente os estudantes (SOUZA, 2008).

O estudo realizado por Witiuk (2004) em sua tese de doutorado investigou as quatro primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, analisando “223 trabalhos de conclusão de curso produzidos sobre o tema, o primeiro datado de 1944, e outras 156 publicações (artigos, dissertações, anais, etc) produzidas até o ano 2000” (WITIUK, 2004 apud Dentz; Silva, 2015, p. 18). Outra referência importante remonta ao ano de 1945, com o trabalho de Maria Tereza Guilherme, intitulado ‘Serviço Social Escolar’, que destaca as atribuições das(os) assistentes sociais da época inseridos na escola. Essa atuação estava estritamente relacionada ao ajustamento do sujeito. Essa experiência profissional foi documentada pela Imprensa Oficial do Estado de

São Paulo (Dentz; Silva, 2015).

Em 1968, durante a investigação sobre as Falhas de Desenvolvimento na escola pública, intitulada “La escuela publica: un enfoque de servicio social de grupo” (SOUZA, 2008, p. 52), observou-se uma mudança na abordagem em comparação com o enfoque anterior. Agora, o próprio aluno assumia um papel na regulação de suas condutas. Nesse contexto, já era evidente a conexão entre o Serviço Social e a equipe interdisciplinar, visando abordar de maneira mais eficaz a situação do aluno no ambiente escolar (SOUZA, 2008).

Em um movimento subsequente, no ano de 1974, surge outra obra relevante intitulada “Sobre El Trabajo social como Acción Liberadora”, que tinha como propósito enfatizar os diversos campos de atuação nos quais a(o) Assistente Social desempenhava suas funções profissionais.

No âmbito específico do Serviço Social na Educação Escolar, assim como nas obras mencionadas anteriormente, o Assistente Social desempenha um papel essencial ao estabelecer e fortalecer as relações entre a escola e os pais, integrar crianças com dificuldades de adaptação à vida escolar e atuar de maneira colaborativa com outros profissionais presentes na escola (SOUZA, 2008, p. 53).

Essas abordagens refletem a evolução da postura profissional e a compreensão do papel das(os) assistentes sociais na educação ao longo do tempo. Na escola, a(o) assistente social desempenhava um papel representativo, intermediando a relação entre a escola e os pais ou responsáveis das(os) estudantes, além de colaborar de maneira conjunta com outros profissionais. Destaca-se a atuação interdisciplinar voltada para as(os) estudantes. Nas universidades, a atuação se concentrava na assistência aos estudantes e na conscientização sobre os problemas sociais da comunidade (SOUZA, 2008).

Durante os anos 80, o campo do Serviço Social iniciou um processo de redefinição de sua atuação junto à comunidade escolar. Nesse contexto, “o papel do Serviço Social passou a ser interpretado de forma mais sólida pela escola, reconhecendo a importância de um trabalho articulado que promovesse o diálogo e a troca de saberes e experiências” (BACKHAUS, 1992, apud, SOUZA, 2008, p. 57).

Esse período marcou um avanço na compreensão do Serviço Social na Educação, seu papel e função social nesse espaço ocupacional. A partir dos anos 90, a atuação das(os) assistentes sociais se estendeu aos dilemas mais complexos enfrentados pelos usuários, envolvendo a composição de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, trabalhando coletivamente para oferecer respostas qualificadas às demandas sociais que se apresentam.

É evidente, portanto, que ao longo dos anos, há uma recorrência das demandas de certa maneira. O que tem passado por transformações é o modo de abordagem do exercício profissional diante dessas solicitações. Embora naquela época predominasse um pensamento conservador e dominante, de alguma forma a essência das demandas guarda aspectos contraditórios ou até conservadores. Isso pode ocorrer devido a uma interpretação equivocada da profissão ou à forma como requisitado a(o) assistente social para atuarem nos espaços ocupacionais.

A pesquisa demonstra, que tem havido um crescente interesse pela produção de conhecimento em Serviço Social, com foco especial na área do Serviço Social na Educação no Brasil. Esse interesse é evidenciado pelo acervo bibliográfico substancial, diversificado e abrangente sobre o tema, que ao longo das últimas oito décadas tem contribuído para a inserção dos profissionais nesses contextos sócio-ocupacionais.

A pesquisa recentemente conduzida pelo GEPESSE, abrangendo o período de 1999 a 2022, revelou outras investigações em andamento sobre a produção de conhecimento na interface entre Serviço Social e educação. Nessa pesquisa, foram identificadas um total de 381 (trezentas e oitenta e uma) publicações, distribuídas por diferentes regiões do Brasil e classificadas como dissertações de mestrado (303) e teses de doutorado (78) (FERRIZ *et al.*, 2022).

É importante ressaltar que, embora a produção científica na região Nordeste seja abundante, posicionando-a como a segunda região com maior estímulo à produção de conhecimento, quando se trata da realidade específica das discussões na área temática do Serviço Social na Educação, ela ocupa o quarto lugar em termos de distribuição regional de produção. Isso ocorre mesmo sendo pioneira na referida área de atuação.

O impacto das produções discentes oriundas dos Programas de Pós-Graduação no Brasil para a disseminação do conhecimento elaborado a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado desempenha um papel crucial na elaboração de artigos, livros e revistas que moldam o cenário do Serviço Social no Brasil, enriquecendo o panorama da pesquisa no país (AMMANN, 1984). O conjunto dessas produções contribui significativamente para o processo de organização do pensamento e para novas perspectivas sobre a profissão, a partir das temáticas que vêm sendo produzidas, colaborando também para o fortalecimento do aporte teórico do Serviço Social.

Essa trajetória de pesquisa e produção de conhecimento não apenas reflete a relevância da relação entre Serviço Social e Educação, mas também denota a contínua evolução do entendimento teórico e prático nessa interseção. As contribuições ao longo dessas décadas

têm proporcionado uma base sólida para aprimorar as práticas profissionais, desenvolver abordagens inovadoras e fundamentar a atuação das(os) assistentes sociais na complexa realidade educacional brasileira.

Nesse contexto, é pertinente ressaltar o papel de eventos constantes, tanto locais quanto regionais, nacionais e internacionais, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINNP), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e o I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, promovido pelo GEPESSE, entre outros. Esses eventos, especialmente quando realizados no Nordeste, têm impulsionado e fomentado a produção de conhecimento, como evidenciado pelo significativo envolvimento de profissionais da região nessas iniciativas.

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social brasileiro tem acumulado uma variedade de produções que disseminam o conhecimento sobre a realidade social na qual atua. Essas produções surgem a partir de uma reflexão crítica sobre sua atuação diante da dinâmica contraditória da sociedade capitalista na qual está inserido. Além disso, o Serviço Social também enfrenta os reflexos dessa dinâmica contraditória, que se manifestam no cotidiano do trabalho em diferentes espaços ocupacionais.

4 EXPLORANDO A PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO NORDESTE: UM ESTUDO DE DISSERTAÇÕES E TESES (2015 A 2020)

A produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social na Educação, a partir de teses e dissertações na região Nordeste, tem experimentado um notável crescimento desde 2010, impulsionado pelo aumento significativo dos cursos de Pós-Graduação nos últimos anos, porém ainda de forma gradual. O aumento na produção de conhecimento se torna particularmente evidente no período compreendido entre 2015 e 2020, marcando um ápice nos estudos relacionados a essa área. Durante esse intervalo, o diálogo sobre o exercício profissional das(os) assistentes sociais no contexto educacional foi ampliado e aprofundado, tornando-se o enfoque central desta pesquisa. Neste capítulo, direcionaremos nossa atenção para as contribuições significativas na Produção de Conhecimento acerca do exercício profissional de assistentes sociais no âmbito educacional.

4.1 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL: Contribuições sobre a temática Exercício Profissional de Assistentes Sociais na Educação

As Ciências Sociais Aplicadas representam uma das grandes áreas de conhecimento reconhecidas pela CAPES. Dentro desta área, encontra-se o campo do Serviço Social. De acordo com a categorização da CAPES, o Serviço Social é composto por duas áreas: Fundamentos do Serviço Social e Serviço Social Aplicado. Esta última é subdividida em cinco Subáreas: Serviço Social do Trabalho, Serviço Social da Educação, Serviço Social do Menor, Serviço Social da Saúde e Serviço Social da Habitação.

Embora a estruturação do conhecimento pareça estar restrita a essas cinco subáreas, o documento da Área da CAPES¹ (Área 32: Serviço Social) oferece um panorama mais amplo da configuração da produção intelectual na área de Serviço Social atualmente. Este documento concentra a produção bibliográfica em nove eixos temáticos, cada um abrangendo tópicos subsequentes que refletem o interesse investigativo da pós-graduação. Estes eixos temáticos são os seguintes:

Política Social: Tendências contemporâneas das Políticas Sociais; Seguridade Social no Brasil; Políticas de Educação; Políticas de Saúde; Políticas de Assistência Social; Políticas para Infância e Juventude; Políticas de Trabalho

¹ Ver documento de área: Área 32. CAPES. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf>

e Renda; políticas relacionadas ao meio ambiente e sustentabilidade etc.; • Avaliação e análise de políticas públicas no Brasil e na perspectiva comparada com outros países: Proteção Social; Saúde; Previdência; Assistência Social (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC, Trabalho Infantil); Política de Alimentação e Nutrição; Políticas de Habitação; Saneamento; Políticas de Direitos Humanos (em relação a gênero, à raça, à etnia, a pessoas com deficiência, à infância e juventude, ao envelhecimento etc.); • Trabalho, Questão Social e Serviço Social: Trabalho e expressões da questão social; Relações de trabalho; Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional do assistente social; • Serviço Social, fundamentos históricos e teórico-metodológicos, formação e trabalho profissional; • Movimentos Sociais, Políticas Sociais e Serviço Social: Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais nos contextos nacional e internacional; • Questão Agrária, Urbana e Ambiental; Migrações; • Ética, Direitos Humanos e Serviço Social: Movimentos e lutas sociais em defesa dos direitos humanos na sociedade contemporânea; • Serviço Social, Política Social e Relações de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Desigualdades sociais, econômicas e culturais; Sexualidades, identidades de gênero e direitos; • Questão Geracional, Políticas Sociais e Serviço Social: Infância, redes de proteção integral, família, crianças e adolescentes em situação de rua; maus tratos, abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes; institucionalização de adolescentes autores de ato infracional; trabalho infantil; juventude. Envelhecimento populacional (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2019, p. 32).

Com base nessa estrutura de organização em eixos temáticos, podemos situar nossa pesquisa no eixo temático de Políticas Sociais, que está vinculado à Política de Educação. Nossa pesquisa tem como objetivo investigar a produção de conhecimento na área temática do Serviço Social na Educação, com foco específico no exercício profissional dos assistentes sociais nesse contexto. Buscamos identificar as principais temáticas abordadas nas pesquisas desenvolvidas nessa área e, dentro dessa distribuição temática, analisamos as tendências e perspectivas presentes na produção científica sobre o exercício profissional na Política de Educação. Além disso, nossa pesquisa visa compreender como o exercício profissional e as perspectivas educacionais são tratados nas produções científicas delimitadas para esta pesquisa.

Durante o mapeamento das produções bibliográficas nas bases de dados, dez trabalhos foram delimitados no recorte da pesquisa. A seguir, apresentaremos uma breve descrição desses trabalhos, destacando as principais características da produção de conhecimento da Pós-graduação na área de Serviço Social da região Nordeste sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação. Essa análise abrange dissertações de mestrado e teses de doutorado no período de 2015 a 2020.

Os dez estudos selecionados estão distribuídos da seguinte forma: nove dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Essas produções foram elaboradas por nove profissionais do sexo feminino e um profissional do sexo masculino, o que reflete a alta representação de

profissionais do sexo feminino na área de Serviço Social. Entretanto, é importante notar que já podemos observar, a partir do Perfil de Assistentes Sociais do Brasil (CFESS, 2022), uma considerável mudança na tradicional predominância de assistentes sociais do sexo feminino na profissão, conforme evidenciado pelas pesquisas realizadas pelo CFESS (CFESS, 2022, p. 23-24):

[...] no ano de 2004 (e publicada em 2005), identificam-se lentas e pequenas mudanças no âmbito da categoria profissional. Nesse aspecto, na pesquisa realizada em meados dos anos 2000, o percentual de profissionais do sexo feminino registrou 97%, enquanto na pesquisa do recadastramento foi de 92,92%, revelando que os profissionais do sexo masculino já perfazem mais de 5%, ou precisamente, 6,97%.

Sem perder de vista a diversidade de gêneros e a compreensão de como as(os) profissionais se identificam em relação ao aspecto gênero, é notável o número de assistentes sociais que se reconhecem a partir de identidades de gênero que não correspondem à lógica cisheteropatriarcal, ou seja, à forma binária de expressar o ser homem e mulher. Essa constatação é destacada na pesquisa “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil”:

[...] um total de 46 assistentes sociais indicaram que se identificam com seguintes identidades de gênero: Transexual Masculino, com 7 registros (15,22%), Transexual Feminino, com 5 registros (10,87%), Travesti, com 5 registros (10,87%), e 29 profissionais (63,04%) declaram não se identificar com nenhuma destas identidades de gênero. (CFESS, 2022, p. 24).

Entretanto, essa pesquisa limitou-se a utilizar a representação do nome pessoal das(os) profissionais para realizar essa classificação. Considerando a importância da visibilidade Trans no Brasil e o compromisso ético-político que direciona a profissão no combate ao preconceito, torna-se de suma importância destacar a identidade de gênero das/os assistentes sociais, em respeito à diversidade no âmbito das expressões de gênero e à forma como elas se manifestam na categoria profissional. Quanto ao marco temporal, consideramos as produções no período de 2015 a 2020, pois este intervalo apresenta uma maior incidência de pesquisas desenvolvidas na área, marcado por uma intensa produtividade. Isso revela uma forte tendência de crescimento anual na produção científica sobre a temática do exercício profissional de assistentes sociais na educação, especialmente na região Nordeste.

Ainda que estudos revelem dissertações nos anos iniciais das pós-graduações na área de Serviço Social sobre o tema, como é o caso da pesquisa ‘Análise da Prática do Serviço Social na Educação no Município de Campina Grande’, de autoria de Maria de Fátima F. de Araújo, em 1995, podemos também identificar um lapso de tempo nas produções, aproximadamente 9 anos

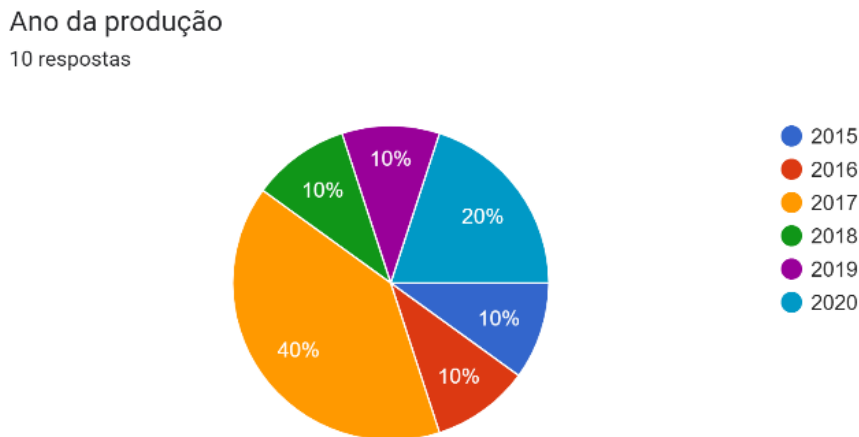
entre a última dissertação publicada nos anos 2000, com autoria de Ilka de Lima Souza, sobre o tema ‘(Re)Descobrimo a Escola como Espaço de Fazer Profissional de Assistentes Sociais em Natal/RN’, em 2003, até a retomada das discussões a partir de 2012.

Esse aspecto aponta para o processo de expansão da rede de ensino a partir de 2007, o que resultou na ampliação da inserção de assistentes sociais em instituições federais de educação. Somente a partir de 2015 é que encontramos uma produção constante, com pelo menos um trabalho acadêmico por ano, e em alguns anos, como em 2017 e 2020, com mais de duas produções anuais, sendo digna de destaque a elaboração de uma tese nesse período.

Do total de dez produções analisadas, registram-se quatro produções no ano de 2017, em 2020 foram duas, enquanto os outros anos 2015, 2016, 2018 e 2019 uma produção por ano.

Os dados citados podem ser observados através da Figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos trabalhos por ano.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os Programas de Pós-graduação na área de Serviço Social na região Nordeste estão presentes em todos os estados dessa região, proporcionando um acúmulo significativo de produções na área do ‘Serviço Social da Educação’. Além disso, esses programas contribuem com o debate específico sobre o ‘Trabalho de assistentes sociais na política de educação no Nordeste’, que é o tema de interesse desta dissertação. Essas contribuições incluem publicações de artigos, coletâneas e livros que se tornaram referências teóricas para as dissertações e teses analisadas.

Dessa forma, podemos afirmar que uma parte significativa do acervo intelectual na área do Serviço Social na Educação deriva de pesquisas realizadas na Pós-graduação, que

resultam em dissertações e teses que, por sua vez, se desdobram em artigos e livros, ampliando assim a produção de conhecimento na área temática. Essa tendência reflete um crescente interesse e mobilização da categoria profissional em ampliar o debate em torno do trabalho de assistentes sociais no âmbito educacional.

No detalhamento regional, o Nordeste se destaca como a terceira região com significativa produção de conhecimento sobre a temática, de acordo com pesquisas recentes em nível nacional conduzidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação. As produções estão amplamente distribuídas por todos os Programas de Pós-graduação da região. Alguns estados nordestinos não aparecem nesta amostra de pesquisa devido à ausência de registros de produções específicas sobre o tema ou pela presença de Programas de Pós-graduação mais recentes, que não foram considerados na análise durante a elaboração desta dissertação.

É importante mencionar que a UFBA apresenta produções recentes que se destacam na temática do Serviço Social na Educação, demonstrando o compromisso da academia com essa área de estudo na região Nordeste.

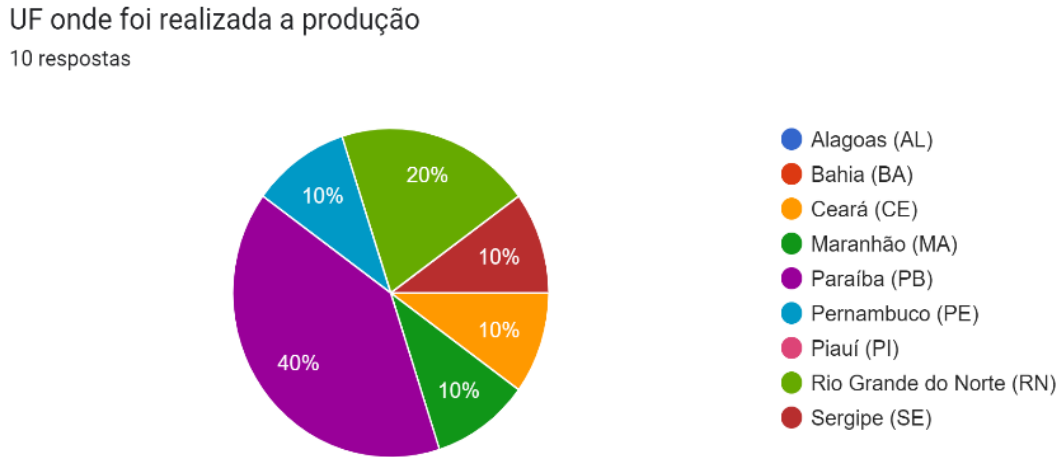
No panorama geral das produções delimitadas na pesquisa, observa-se um maior número de dissertações elaboradas nos Programas de Pós-graduação localizados nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Esse cenário é resultado dos avanços nas Políticas Públicas, com ações em nível estadual, que possibilitam a inserção de assistentes sociais na Política de Educação básica, na Educação profissional e tecnológica e no ensino superior. De acordo com a Figura 4, as pesquisas apontam a Paraíba como um estado com expressivo registro de profissionais atuantes na Política de Educação.

No que diz respeito à distribuição das produções por programas, observa-se na Figura 5 que 70% delas estão vinculadas aos Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), enquanto os outros 30% correspondem a Programas na área de Serviço Social, como o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP), Mestrado Acadêmico em Serviço Social Trabalho e Questão Social (MASS) e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS), com um curso cada, respectivamente.

As produções foram classificadas em níveis e modalidades da Política de educação, sendo distribuídas como mostra a Figura 6.

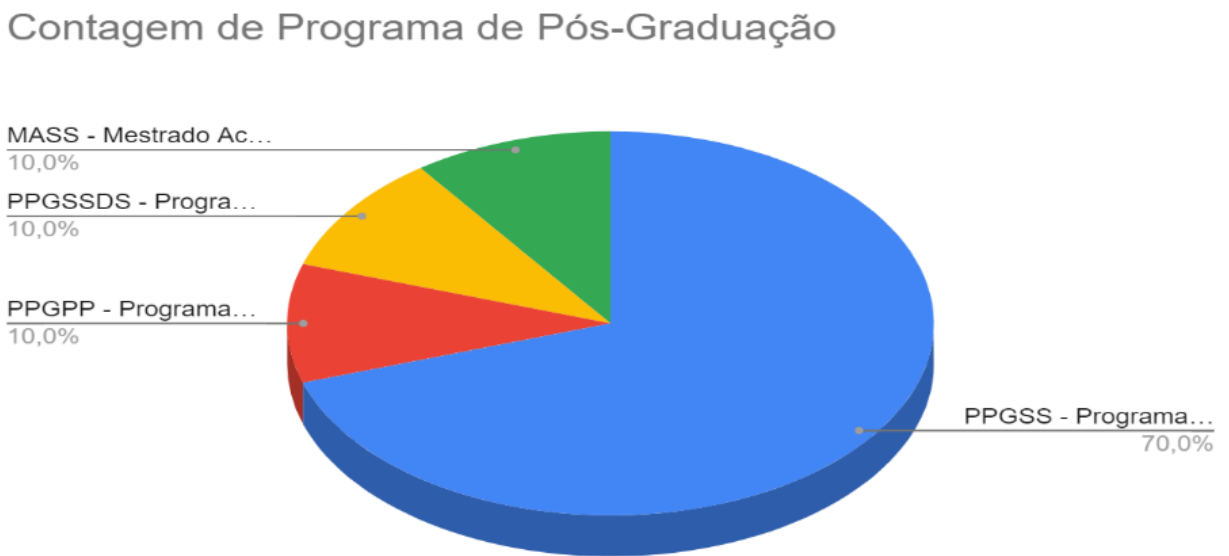
O panorama de interpretação dos dados revela que o Serviço Social na Educação Básica alcança maior destaque, representando 40% do total de produções sobre a temática. As

Figura 4 – Panorama geral das produções.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Figura 5 – Distribuição das produções por programas.



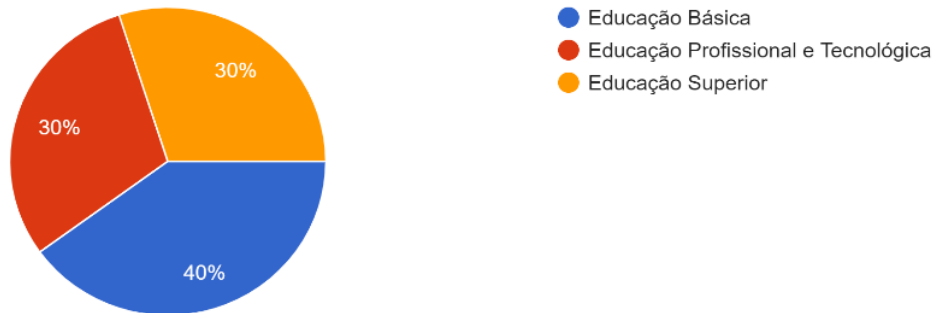
Fonte: elaborado pela autora (2023).

dissertações e teses desenvolvidas nessa área ganham visibilidade a partir do nível de educação básica, abordando o Serviço Social nas escolas por meio da análise do fazer profissional de assistentes sociais no espaço escolar. As pesquisas abrangem diversas temáticas, incluindo o resgate das dimensões teórica, política e técnica do exercício profissional, o uso do instrumental técnico operativo, a identidade da prática na representação social em equipes multiprofissionais nas escolas públicas, as tendências do exercício profissional em escolas municipais, a atuação profissional em escolas em tempo integral, as expressões da questão social no âmbito escolar,

Figura 6 – Níveis e modalidades da política de educação.

Nível/Modalidade da Educação

10 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2023).

as concepções e práticas na educação infantil diante da violência doméstica contra crianças e a realidade de estudantes com deficiência nas escolas públicas. Essas pesquisas abordam a realidade do exercício profissional de assistentes sociais em escolas públicas e privadas na região Nordeste, abrangendo o período desde os anos 1990 até os dias atuais.

O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica se destaca com 30% das produções na área, abordando o exercício profissional nos Institutos Federais, os desafios e possibilidades profissionais, particularidades e condições de trabalho, o instrumental técnico operativo do Serviço Social e as dimensões prático-sociais. Além disso, há discussões sobre a intersectorialidade no exercício profissional no espaço sócio-ocupacional da educação, especialmente na área profissional e tecnológica. O Serviço Social na Educação Superior também representa 30% dos estudos com objetivos de pesquisa que abordam as condições de ensino e trabalho no curso de Serviço Social na modalidade de EAD, o exercício profissional de assistentes sociais nos programas de assistência estudantil, perpassado pela política de assistência estudantil do Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Essas pesquisas analisam a atuação das(os) assistentes sociais, a dimensão educativa na assistência estudantil, a supervisão de estágio e o processo de trabalho de assistentes sociais, além da ampliação do espaço sócio-ocupacional e a precarização na assistência estudantil. As representações sociais e práticas no espaço acadêmico também são exploradas.

O número expressivo de produções que objetivam a discussão do exercício profissional na execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES em universidades públicas da região do Nordeste reflete a ampliação desse espaço sócio-ocupacional de ação

profissional, ao mesmo tempo em que traz à tona as questões de precarização das condições de trabalho das(os) assistentes sociais. Quanto à natureza da instituição pesquisada, observamos um dado importante: todos os estudos foram desenvolvidos em instituições públicas. Na esfera pública, as investigações foram realizadas no âmbito federal, representando 60% das produções, enquanto os outros 40% foram realizados no âmbito municipal.

Os tipos de pesquisas realizadas foram do tipo empírico de campo, nos quais dispõem de profissionais assistentes sociais relatando suas experiências laborais nos espaços ocupacionais da educação. De maneira geral, as produções são organizadas em quatro capítulos, sendo a introdução, dois capítulos teóricos que buscam discutir a Política de Educação, a Política de Assistência Estudantil e a relação entre Educação e Trabalho. O quarto capítulo é dedicado aos resultados das pesquisas que buscam discutir o exercício profissional de assistentes sociais na política de educação, sendo este último o resultado das pesquisas e o foco das análises nesta dissertação.

Para concluir, podemos destacar uma tendência geral na produção de conhecimento sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação, com análises sobre o exercício profissional na política de educação, suas competências nesse espaço e suas dimensões. Essas análises compreendem a educação como política e dimensão da vida social. A relação do Serviço Social com a Educação está diretamente relacionada às políticas sociais e à forma como o trabalho profissional é realizado nesse espaço ocupacional, uma construção que se desenvolveu ao longo da história do Serviço Social. A atuação de assistentes sociais na educação busca compreender a realidade social e, nessa perspectiva, viabiliza o debate teórico sobre uma realidade social específica e contribui para a intensificação do debate na área.

As Tabelas 3 e 4 apresenta uma síntese das produções delimitadas nesta pesquisa. São dez estudos sobre o tema 'exercício profissional de assistentes sociais na educação', provenientes de programas de pós-graduação em Serviço Social no Nordeste, realizados em oito universidades públicas e estaduais. Essas produções foram publicadas entre 2015 e 2020, apresentando uma constância de pelo menos uma produção por ano. Esses estudos são distribuídos entre nível de mestrado (9) e doutorado (10).

Tabela 3 – Distribuição da produção científica de dissertações e teses do serviço social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação (Parte 1).

Autor/a	Título	Programa	Universidade	Produção	Ano
1 Danielle Lima Menezes Ananias	Análise Do Exercício Profissional Do Assistente Social Na Política De Assistência Estudantil Da Universidade Federal De Sergipe	PPGSS	FUFSE	DISSERTAÇÃO	2018
2 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha	TENDÊNCIAS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: as escolas municipais de Campina Grande- PB	PPGSS	UEPB	DISSERTAÇÃO	2017
3 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita	A REALIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA: UM OLHAR À LUZ DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB	PPGSS	UEPB	DISSERTAÇÃO	2020
4 Thaís Souza Bezerra	SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL: A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB	PPGSS	UEPB	DISSERTAÇÃO	2020
5 Thélia Priscilla Paiva De Azevedo	O SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE JOÃO PESSOA – PB: uma análise à luz da instrumentalidade profissional	PPGSS	UEPB	DISSERTAÇÃO	2019

Fonte: elaborado pela autora (2023).

4.2 TENDÊNCIAS TEMÁTICAS NAS PRODUÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

É possível abordar a produção de conhecimento sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação de forma específica, considerando os níveis e modalidades que compõem a Política de Educação. Esses níveis incluem a Educação Básica, que abrange modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional e Tecnológica Educação Profissional e Tecnológica (EPT)², EAD, Educação Especial, Educação Básica do

² Em 2019, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos campi associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (informações disponíveis no

Tabela 4 – Distribuição da produção científica de dissertações e teses do serviço social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação (Parte 2).

Autor/a	Título	Programa	Universidade	Produção	Ano
6 Andraia Lucena De Gois Nascimento	Educação, Serviço Social e Projeto Ético-Político: desafios e possibilidades dessa relação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN	PPGSSDS	UERN	DISSERTAÇÃO	2017
7 Fabricia Dantas De Souza	O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil	PPGSS	UFRN	DISSERTAÇÃO	2016
8 Renata Maria Paiva Da Costa	O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ(IFCE)	MASS	UECE	DISSERTAÇÃO	2017
9 Jose Albuquerqure Constantino	EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO	PPGSS	UFPE	DISSERTAÇÃO	2015
10 Edna Maria Coimbra De Abreu	O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: AS PARTICULARIDADES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO	PPGPP	UFMA	TESE	2017

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, além da Educação para Jovens e Adultos privados de liberdade em estabelecimentos penais. Também se inclui o Nível de Educação Superior.

A educação é uma área diversa, vasta e complexa, que também representa um espaço

Porta Mec <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> . acesso em agosto de 2023).

ocupacional importante para a(o) assistente social. O acompanhamento das políticas educacionais reflete na profissão a ampliação do mercado de trabalho para o Serviço Social, sendo resultado das transformações no mundo do trabalho e das mudanças no campo da educação brasileira, conforme determinações previstas nas legislações que regem esta área. A Política de Educação torna-se parte integrante da agenda profissional da(o) assistente social (ALMEIDA, 2000).

Logo, torna-se relevante tanto do ponto de vista teórico para a construção do conhecimento quanto da atuação profissional. Além do interesse considerado recente, a literatura confirma a importância e contribui para o aprofundamento do discurso teórico na área do Serviço Social na Educação, que representa “o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional” (ALMEIDA, 2000, p. 20). A produção do conhecimento ocorre através da sistematização do trabalho profissional. Os PPG e os núcleos de pesquisa acumulam uma expressiva produção na área do Serviço Social, com temáticas relevantes para a profissão desde os anos 1980, conforme observado nos estudos elaborados por Ammann (1984), Kameyama (1998), Carvalho e Silva (2005) e Lara (2011).

A área de investigação sobre o Serviço Social na Educação vem ganhando notoriedade no âmbito da categoria, e a temática do exercício profissional obtém significativa relevância. Por isso, nosso objetivo é apreender as elaborações teóricas sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação a partir de dissertações e teses listadas para análise, lançando um olhar sobre as tendências temáticas que se revelam na produção de conhecimento em Serviço Social sobre o exercício profissional na educação.

As produções monográficas que remetem aos estudos sobre o exercício profissional na educação são resultado de pesquisas empíricas realizadas com assistentes sociais inseridas(os) nos espaços ocupacionais da educação. Ao considerarmos a multiplicidade de níveis e modalidades que a compõem, elas constituem uma bibliografia diversa na área do Serviço Social na Educação.

Iniciamos o processo de análise das produções com uma leitura panorâmica das dissertações e tese, o que nos permitiu identificar e compor os eixos temáticos. Esses eixos foram elaborados a partir dos objetos e objetivos estabelecidos nos estudos, utilizando a Análise Temática como método de organização. Em seguida, aprofundamos nossa análise nas argumentações das autoras sobre os temas investigados. Dessa forma, examinamos a particularidade de cada texto, elucidamos as principais reflexões e extraímos as tendências de abordagens da produção de

conhecimento sobre o exercício profissional na educação. Considerando a amplitude das políticas educacionais, é possível analisar o exercício profissional na educação por diferentes enfoques. Devido à diversidade de temas abordados pelas dissertações e tese, optamos por apontar quatro eixos temáticos nos quais distribuimos as dez produções, sendo nove dissertações e uma tese defendidas junto aos Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social da Região Nordeste no período de 2015 a 2020. Nosso objetivo é sermos fiéis às contribuições dos estudos sobre o desenvolvimento das temáticas e, assim, contribuir para a produção de conhecimento através das experiências profissionais realizadas em diferentes instituições educacionais nas quais se inserem as(os) assistentes sociais (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 8).

Os eixos temáticos que compõem esta análise são os seguintes:

- Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Básica: analisa o exercício profissional de assistentes sociais na Educação Básica e suas diversas modalidades, buscando compreender as particularidades de atuação em cada contexto.
- Política de Educação Especial e Serviço Social: investiga a percepção das assistentes sociais sobre a realidade de estudantes com deficiência em escolas da rede de Educação Básica e os desafios enfrentados para viabilização dos direitos sociais.
- Assistência Estudantil e Serviço Social: focaliza o exercício profissional de assistentes sociais na área da assistência estudantil, explorando suas atribuições e práticas nesse contexto.
- Dimensões Profissionais e a Direção Ético-Política do Exercício Profissional na Educação: aborda as dimensões do Serviço Social, bem como sua materialização no exercício profissional de assistentes sociais na educação, tendo como referência o Projeto ético-político (PEP).

As dissertações de mestrado e a tese de doutorado que abordam o tema do exercício profissional de assistentes sociais na educação oferecem uma diversidade de discussões teóricas. A apresentação dos eixos temáticos considera as principais argumentações das autoras sobre os temas abordados, e dentro de um determinado limite, inserimos nosso ponto de vista sobre o assunto. De forma sistemática, analisamos os aspectos em comum que apontam para as tendências nas abordagens do exercício profissional na produção de conhecimento. A Tabela 5 apresenta a disposição das temáticas e a classificação das produções.

Tabela 5 – Eixos temáticos.

Eixos temáticos	Números de produções	Tipo de produção
Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação Básica	02	D
Política de Educação Especial e Serviço Social	01	D
Assistência Estudantil e Serviço Social	03	D
Dimensões Profissionais e a Direção Ético-Política do Exercício Profissional na Educação	04	D e T

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Nota: Legenda: Dissertação de mestrado (D); Tese de Doutorado (T).

4.2.1 Atuação de assistentes sociais na Política de Educação Básica: requisições, respostas e entraves ao exercício profissional

O eixo temático “Atuação de assistentes sociais na Política de Educação Básica: requisições, respostas e entraves ao exercício profissional” é composto por duas dissertações de mestrado. Ambas as pesquisas foram realizadas no estado da Paraíba, na rede pública de educação, nos municípios de João Pessoa e Campina Grande. Essas discussões têm como ponto central o exercício profissional no âmbito da Educação Básica, com assistentes sociais atuantes em escolas municipais e em escolas que adotam o modelo de educação em tempo integral. Neste agrupamento, enfatizamos as experiências descritas nessas investigações. A Tabela 6 apresenta as características gerais de cada dissertação.

Tabela 6 – Eixo temático: Atuação de assistentes sociais na política de educação básica

Autora	Programa	Título	Ano	Tipo
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha	PPGSS/UEPB	Tendências do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Educação: as escolas municipais de Campina Grande-PB	2017	Dissertação
Thais Souza Bezerra	PPGSS/UFPB	Serviço Social nas Escolas em Tempo Integral: a atuação de Assistentes Sociais no município de João Pessoa-PB	2020	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Ressaltamos que a presença de assistentes sociais nesses espaços educacionais acontece a partir do plano estratégico de ampliação do acesso, impulsionado por programas, projetos e ações que promovem e garantem a permanência dos estudantes nas instituições de ensino (FERRIZ; BARBOSA, 2019). Essa atuação foi instituída a partir das pressões vindas da sociedade civil, representada por sujeitos políticos engajados na luta pela universalização da

educação pública (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

À primeira vista, já observamos o aspecto contraditório que permeia a dinâmica dos processos de democratização e qualidade da educação. Por um lado, resulta da agenda histórica de luta dos movimentos sociais ligados à educação; por outro lado, é dependente dos interesses do Estado, que se afinam com as exigências impostas pelo capital e sua agenda neoliberal, demandando cada vez mais formação qualificada da força de trabalho (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 19).

A Política de Educação, constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais (itálico nosso).

Isso significa que a trajetória da política de educação brasileira é moldada pela forma particular da construção social do país e reflete as contradições entre as classes que marcam a sociabilidade capitalista. Nessa lógica, é possível observar como as desigualdades sociais são reproduzidas por meio de processos que historicamente restringiram e excluíram largos contingentes da classe trabalhadora da educação escolarizada. Na história recente do Brasil, testemunhamos uma volumosa inclusão por meio da política de acesso e permanência; no entanto, essa inclusão ainda é permeada por desigualdades e desafios, já que o Estado atua como ‘gestor’ e institucionaliza ações para lidar com a acirrada questão social (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

Dentro da abrangência temática da Educação Básica e das possibilidades de trabalho para assistentes sociais nas diversas modalidades e formatos que esse nível de educação mobiliza, é possível compreender que, no interior da Política de Educação, há limites para a universalização da educação pública. A política de educação brasileira acaba absorvendo os interesses de reprodução do capital e alinhando a educação aos processos de formação técnica, como mão de obra qualificada para o trabalho (FERRIZ; MARTINS, 2020). No entanto, a Política de Educação é uma esfera que demanda profissionais para atuar nos mais diversos espaços educacionais.

Cada investigação incluída neste eixo temático respeita o que há de singular no campo específico da educação pública, especialmente na educação básica. Embora a abordagem tenha um ponto de convergência no lócus da escola básica, apresenta diferenciações na oferta de ensino, o que implica diretamente na realização do exercício profissional dos assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais. As autoras Cunha (2017) e BEZERRA (2020)

oferecem elementos importantes para a discussão, ampliando o arcabouço teórico da produção de conhecimento acerca da temática.

A incidência temática de estudos no contexto da Política de Educação Básica na área do Serviço Social na Educação é considerável, representando um volume significativo de pesquisas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social a nível nacional, totalizando 35 publicações, entre dissertações e teses. Essas produções mobilizam discussões sobre diversos temas, como a política de educação básica, as possibilidades de desenvolvimento do exercício profissional nos espaços escolares, e abordam as expressões da questão social no ambiente escolar (GEPESSE, 2022).

No âmbito da região Nordeste, as pesquisas sobre o Exercício Profissional na Educação Básica também são relevantes e ficam atrás apenas das produções do Sudeste, que apresenta o maior quantitativo em pesquisas sobre o tema (GEPESSE, 2022). A Paraíba é um estado que se destaca nesse cenário, pois vem lutando desde a década de 1980 pela inserção de assistentes sociais na educação básica.

Com a institucionalização da Lei nº 11.385, de 16 de janeiro de 2008, que cria o Serviço Social escolar na rede municipal de João Pessoa (PB), a presença dos profissionais nesse campo aumentou consideravelmente. Os municípios de João Pessoa e Campina Grande possuem um considerável número de assistentes sociais inseridos na Política de Educação Básica, especialmente em escolas da rede pública municipal Ferriz e Barbosa (2019).

É fundamental destacar que a atuação pioneira dos assistentes sociais no estado da Paraíba e sua presença significativa na área da educação básica têm contribuído para discussões maduras e desenvolvimento de produções que abordam o exercício profissional e outros elementos que envolvem a organização de suas ações no âmbito da política de educação básica. A Paraíba se destaca à frente de outros estados e cidades que agora buscam a inserção desses profissionais, impulsionadas pela Lei nº. 13.935/2019. A histórica atuação dos assistentes sociais na Paraíba tem sido um exemplo a ser seguido por outras regiões que estão buscando a incorporação desses profissionais em suas redes educacionais.

Os estudos enfatizam diversas temáticas relacionadas ao exercício profissional de assistentes sociais nas escolas. Essas temáticas incluem as “tendências do exercício profissional nas escolas municipais”, “requisições para atuação de assistentes sociais nas escolas”, “precarização do trabalho e o impacto nas respostas profissionais”, “perfil e implicações do perfil profissional para realização do exercício da profissão”, “novas demandas postas ao Serviço

Social na Educação e as dificuldades para atuar no formato de educação em tempo integral” e “contribuições que o exercício profissional traz para as instituições de educação básica”.

As pesquisas sobre a realidade laboral de assistentes sociais no estado da Paraíba são bastante significativas, especialmente no contexto da educação básica. A Paraíba se destaca por sua longa trajetória pioneira na busca por garantir a presença de assistentes sociais no espaço escolar. Devido a essa experiência acumulada, é comum encontrar profissionais atuando na política de educação em todo o estado da Paraíba. O estado desponta com “o maior número de assistentes sociais atuando diretamente em escolas públicas na região Nordeste” (FERRIZ; BARBOSA, 2019, p. 41).

O trabalho de Cunha (2017) se concentrou na discussão sobre o exercício profissional de assistentes sociais nas escolas do sistema municipal de ensino de Campina Grande (PB). O objetivo foi apreender as tendências mais importantes que vêm se configurando nesse exercício, considerando o contexto atual de precarização da Política de Educação e do trabalho. O estudo destacou o processo de flexibilização como uma forma de precarização do trabalho, semelhante ao que ocorre em outros segmentos da classe trabalhadora, especialmente para os trabalhadores assalariados.

Portanto, as relações sociais estabelecidas em contexto determinados envolvem também o/a assistente social como protagonista de sua ação. Sendo assim, as respostas acionadas nas instituições, que são espaços contraditórios, são influenciadas pelas condições de trabalho, pelo perfil social e profissional e pela apropriação teórico-metodológico que o/a profissional faz na sua leitura dos processos sociais, dos princípios éticos, do domínio de habilidades adequadas ao trabalho realizado. De modo que, a compreensão do/a assistente social sobre o espaço onde atua, das competências e atribuições da profissão naquela determinada realidade, condiciona também sua estratégia e a qualidade dos serviços prestados [...] (CUNHA, 2017, p. 159).

Ao refletirmos sobre o ambiente escolar, podemos percebê-lo como algo mais do que uma simples área educacional que transmite conhecimento, teorias e valores significativos. Essa compreensão nos leva a considerar suas limitações e as múltiplas demandas que emergem nesse contexto, levando em conta a lógica capitalista na qual está inserido. Além disso, é importante pensar em uma educação ampliada, que transcenda o espaço escolar e envolva a comunidade e a família no processo de formação do ser humano em sua completude.

A discussão sobre o exercício profissional de assistentes sociais na política de educação básica vem sendo um tema recorrente de debate no âmbito da categoria, principalmente em grupos de pesquisa e estudo sobre o Serviço Social na Educação nos últimos anos, o que foi amplificado desde a aprovação da recente Lei nº. 13.935 de dezembro de 2019, conforme

mencionado anteriormente. No entanto, a existência de grupos temáticos sobre o Serviço Social na Educação no âmbito da categoria profissional e grupos de pesquisa e estudos sobre o tema já era um instrumento de luta para a aprovação da Lei e segue mobilizada em prol da garantia de sua implementação plena em todo o território nacional. A referida lei dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas de educação básica em todo o território nacional, mas sua implementação tem sido insuficiente até o momento.

A requisição de assistentes sociais, nesse caso, se justifica seja em decorrência de que essa ampliação não se deu de forma universal, mas inscrita no circuito das políticas neoliberais com nítido caráter seletivo e focalista, o que significa sua atuação técnica na análise das condições socioeconômicas dos segmentos que de fato terão acesso, seja porque ela exigiu uma atuação ideológica de adesão a um determinado conformismo no âmbito das formas de participação da família e dos profissionais da educação na valorização da educação institucionalizada (FERRIZ; BARBOSA, 2019, p, 25).

Essas afirmações corroboram com a compreensão expressa por Cunha (2017) sobre as requisições e respostas profissionais, bem como o perfil profissional inserido na Política de Educação, que é regulado pela conjuntura de crise e precarização tanto da Política de Educação quanto do trabalho, sobretudo nas condições e relações de trabalho cotidianas, com tendências impostas verticalmente pela própria Política de Educação.

De acordo com os relatos das assistentes sociais em exercício na educação básica, as condições de trabalho são pauta recorrente. Segundo a autora, é possível estabelecer um paralelo entre as condições de trabalho e uma constante afirmação observada por Cunha (2017) nos depoimentos das profissionais sobre a “conquista de espaço”, pois mesmo sendo um profissional legitimado e reconhecido para a área da educação há aproximadamente 15 anos no estado da Paraíba, as(os) profissionais relatam condições precárias para realizarem suas ações nos espaços educacionais.

Diante dessas preocupações, a autora enfatiza que as condições de trabalho das(os) assistentes sociais que atuam na política de educação municipal de Campina Grande (PB) em sua maioria são precárias, “não possuindo, até mesmo, sala para a equipe técnica desenvolver suas atividades e não possuindo armários para guardar os documentos necessários para o desempenho de suas atividades, levando-os a utilizarem armários de forma coletiva” (CUNHA, 2017, p. 156).

Isso demonstra que a luta pela inserção e reconhecimento da(o) assistente social na educação básica deve ser constante e permanente, mesmo em um local como o estado da Paraíba, que historicamente possui esses profissionais em seus quadros. Ainda assim, são encontradas precarizações, casos de adoecimento de profissionais, baixos salários e falta de compreensão

sobre o fazer profissional do assistente social, entre outros aspectos. Esses desafios ressaltam a importância de se manter uma luta contínua pela valorização e melhoria das condições de trabalho para as(os) assistentes sociais na educação básica, mesmo em um contexto já consolidado como no estado da Paraíba.

Sabemos, pois, que essa realidade atinge a todo o sistema educacional devido ao processo de sucateamento que vem sendo exposto, com impactos não apenas na dinâmica das(os) profissionais, mas também na vida das(os) estudantes e com reflexos no contexto familiar. Isso aponta para um sistema em sua integralidade afetado pelos direcionamentos do capital (CUNHA, 2017).

Logo, na realidade do exercício profissional dos/as assistentes sociais que atuam nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande-PB, foi possível apreender a tendência de crescente exploração precarização das condições do trabalho advindas das estratégias utilizadas pelo capital para superar a sua atual crise, expressas desde quadro insuficiente de profissionais nas escolas, na falta de espaço físico adequado para o exercício profissional, nos baixos salários, na polivalência, nas duplas jornadas de trabalho, no excesso de demandas, na sobrecarga de trabalho, no adoecimento profissional e no desempenho de atividades que não são de suas atribuições e competências, repercutindo, significativamente, na perda de qualidade dos serviços prestados à população usuária (CUNHA, 2017, p. 171-172).

De acordo com a pesquisa de Cunha (2017), a tendência atual do exercício profissional da(o) assistente social é marcada por ações “[...] pragmáticas, imediatas e descontínuas, com ações pontuais, impostas verticalmente pela própria política de educação” (IBID. 2017, p. 172), o que provoca também o adoecimento das(os) profissionais “[...]pelo fato de seu trabalho estar submetido às condições precárias, este tem acarretado o adoecimento profissional [...]” (IBID. 2017, p. 166).

Essa constatação reflete a realidade enfrentada pelas profissionais no cotidiano laboral, em que as demandas são frequentes e emergentes. Nesse contexto, é recorrente observar nas produções e nos relatos das assistentes sociais a busca por cursos de capacitação na área da educação. A formação continuada é percebida como uma necessidade urgente para o aprimoramento das ações profissionais e o enfrentamento dos desafios presentes na atuação no campo da educação.

A pesquisa de Cunha (2017) revelou, ainda, diversas questões importantes no sistema municipal de ensino. Entre elas está o número insuficiente de profissionais, o que tem gerado uma clara tendência de flexibilização e precarização das relações de trabalho. Os profissionais enfrentam desafios cotidianos relacionados às atribuições e competências, sendo a frequência

escolar uma das principais demandas institucionais estabelecidas pela Secretaria da Educação (SEDUC). Além disso, o serviço social recebe inúmeras outras demandas e preocupações, como o bem-estar dos profissionais, destacando-se as questões relacionadas ao adoecimento no ambiente de trabalho, dentre outros aspectos identificados durante a pesquisa.

A autora destaca a importância do exercício profissional, enfatizando a dinâmica de trabalho, os determinantes sociopolíticos que afetam a atuação e os aspectos que são tendências relevantes para análises. Na educação básica, o(a) assistente social tem um papel crucial no combate à evasão escolar, sendo essa demanda presente em todos os níveis e modalidades de educação, com maior ou menor impacto e incidência. Posto isso, Cunha (2017) ressalta a relevância da educação permanente para os profissionais atuantes na área da educação, citando Iamamoto para enfatizar a importância de evitar cair no tecnicismo e pragmatismo. “[...]recusando os espontaneísmos, os voluntarismos, os determinismos e demais ‘ismos’ que cindem o exercício profissional, desviando as horas desejáveis da ação” (IAMAMOTO, 2013, p. 217), bem como de evitar uma lógica messiânica ou fatalista em suas práticas profissionais. “Em outros termos, supõe recuperar a tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2013, p. 134).

A pesquisa conduzida por BEZERRA (2020) teve como objetivo conhecer e analisar a atuação das(os) assistentes sociais em espaços escolares de educação em tempo integral. O foco da investigação foi identificar as principais demandas enfrentadas pelo Serviço Social nesse contexto, bem como suas contribuições e os obstáculos que afetam o exercício profissional. A atuação profissional nesse espaço escolar torna-se diferenciada devido às novas demandas surgidas com a ampliação da jornada escolar para o período de tempo integral. Infelizmente, essa ampliação não é acompanhada pelas devidas condições objetivas e adequadas para a atuação das(os) assistentes sociais, o que acaba representando um desafio adicional ao cotidiano profissional (BEZERRA, 2020).

É importante frisar a sutil diferença entre a educação integral e a educação em tempo integral para facilitar a compreensão desse campo e como se organiza o trabalho de assistentes sociais neste formato de educação. A educação integral corresponde a uma concepção, ou podemos dizer, representa um ideal, de que a educação deva garantir o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões. Já a educação em tempo integral está associada à ideia de ampliação da jornada escolar.

Apesar das semelhanças semânticas das expressões, “educação integral” e “educação

em tempo integral” são dotadas de conceitos e aplicabilidade distintas na realidade escolar. Ambos são formatos propostos na Educação Básica, mas não correspondem necessariamente a uma modalidade e sim a um formato de educação que busca abranger a integralidade do sujeito.

A educação em tempo integral, por sua vez, consiste em uma das estruturas da Educação integral, que se refere à jornada escolar ampliada, abrangendo desde as disciplinas curriculares até a formação do sujeito por meio da oferta de outros saberes (BEZERRA, 2020). A partir da perspectiva de BEZERRA (2020), podemos conhecer a realidade profissional em escolas de tempo integral.

A autora nos convida a uma análise sobre a experiência particular desse formato de educação no estado da Paraíba. Segundo a autora, o exercício profissional é compreendido a partir da inserção de assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho, assim como pelo reconhecimento da condição de assalariamento que os profissionais têm. No que diz respeito à configuração das demandas do trabalho profissional na educação básica, constatamos que mesmo na Educação em tempo integral encontramos as mesmas demandas e requisitos enfrentados pelo Serviço Social. Essas demandas abrangem desde a evasão escolar, que é uma das principais preocupações, até os conflitos escolares que estão relacionados às condições socioeconômicas dos estudantes e que têm reflexos no contexto familiar.

Os aspectos que envolvem o trabalho das(os) assistentes sociais na educação em tempo integral são extremamente marcantes e evidentes, caracterizando-se por:

Diversas demandas fazem parte do dia a dia profissional, tanto específicas da área da educação, como a evasão, a distorção idade série, os conflitos escolares, a construção de projetos, como também as decorrentes das condições socioeconômicas dos estudantes. Portanto, a escola em tempo integral é palco de questões não só educacionais, mas também sociais. Sendo necessários profissionais, como os Assistentes Sociais, para intervir e através da análise não só do cenário escolar, mas também do seu entorno, dar respostas a essas novas demandas que se colocam. Buscando, inclusive, o trabalho interligado com a rede de proteção, quando as respostas extrapolam os limites da escola, realizando encaminhamentos para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), os conselhos tutelares, dentre outras instâncias, caso for necessário (BEZERRA, 2020, p. 106-107).

BEZERRA (2020) faz uma importante observação em sua análise sobre o espaço do Serviço Social na Política de Educação e, a partir de sua investigação, reconhece que a área da educação consiste em um espaço de luta e resistência para a categoria. Dentre os fatores que impõem limites ao exercício profissional, a autora constata diversos aspectos nos depoimentos das assistentes sociais que participaram da pesquisa.

Alguns desses aspectos incluem a dificuldade de desenvolver a relativa autonomia, a falta de condições objetivas e adequadas para a realização do trabalho, bem como a sobrecarga de tarefas, onde as(os) profissionais desempenham várias funções. Essa sobrecarga é uma característica marcante do exercício profissional na educação em tempo integral, e há relatos que afirmam que a única atividade que a(o) assistente social não realiza é ir para a sala de aula (BEZERRA, 2020).

Essa discussão atravessa as atribuições e competências do exercício profissional de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Por outro lado, é importante considerar como é configurada a requisição para o Serviço Social atuar na área da educação e, principalmente, como o trabalho realizado pelos gestores é compreendido.

Essas observações são pertinentes do ponto de vista da compreensão do Serviço Social como uma profissão inserida na estrutura sócio-ocupacional das políticas sociais, como especialização do trabalho coletivo para a prestação de serviços que atendam às necessidades da sociedade, reproduzindo a ideologia dominante, mas com um direcionamento político de defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Com estas reflexões, pretendeu-se demonstrar que o exercício profissional configura-se pela articulação de dimensões e se realiza sob condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade de a profissão responder às demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pela correlação de forças sociais que expressam os diversos projetos de sociedade e se refratam nos projetos profissionais (GUERRA *et al.*, 2017, p. 68).

Portanto, é necessário combater as leituras equivocadas sobre o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais a partir de uma compreensão crítica por parte das(os) profissionais sobre a realidade cotidiana na qual se inserem e seu domínio de conhecimento do significado social da profissão. Esse entendimento é imprescindível no processo de formação, uma vez que muitas vezes há uma visão deturpada do Serviço Social, associando-o apenas a procedimentos técnicos de resolução de problemas e mudanças comportamentais (GUERRA *et al.*, 2017).

No contexto da política de educação, o formato da educação em tempo integral enfrenta desafios semelhantes, apesar de garantir 30 horas semanais para os profissionais. As(os) assistentes sociais frequentemente se deparam com condições inadequadas de trabalho. Nesse sentido, é fundamental que a categoria lute conjuntamente por um reconhecimento legítimo do

espaço do Serviço Social nas instituições educacionais, fortalecendo a profissão (GUERRA *et al.*, 2017).

É importante destacar que as(os) profissionais não visualizam plenamente a legitimação do trabalho na educação, mesmo com a presença do Serviço Social nesse espaço há várias décadas. Apesar dos obstáculos que envolvem a realização do exercício profissional, a pesquisa de Bezerra ressalta as valiosas contribuições deixadas pelas(os) assistentes sociais para a área da educação. Essas contribuições compreendem à formação crítica, que permite uma leitura mais sensível da realidade dos estudantes, até a análise abrangente das situações enfrentadas no cotidiano de trabalho.

Dessa forma, é imprescindível dentro da escola à presença do Assistente Social, um profissional capacitado para atuar, através de uma formação crítica que os permite analisar as situações de uma forma mais abrangente, enxergando os alunos dentro de um contexto contraditório, considerando os fatores econômicos, sociais e culturais que vão influenciar nas mais diversas situações. Portanto, em seu fazer profissional, o Assistente Social deve lutar não só para a efetivação dos direitos da população, mas também para que ele possa exercer o seu trabalho de forma digna, autônoma, e em consonância com o que está posto em seu Código de Ética, na Lei que Regulamenta a Profissão e no seu Projeto Ético Político. Contribuindo para o fortalecimento e legitimação da profissão (BEZERRA, 2020, p. 129).

Do ponto de vista da análise, a produção aponta aspectos imprescindíveis para a reflexão sobre o exercício profissional inserido na política de educação, sendo um espaço ocupacional de frequente demanda de trabalho para assistentes sociais. No entanto, tornou-se perceptível a falta de compreensão e, em muitos casos, a negação da legitimidade da profissão, especialmente por parte da gestão. Essa situação é frequentemente agravada pelos desvios de função aos quais as(os) assistentes sociais são designados, fazendo-os realizar atividades que não fazem parte de suas atribuições, o que obstaculiza suas condições de trabalho.

Apesar desses fatores limitantes, as assistentes sociais realizam um trabalho de fundamental importância para a comunidade escolar, com reflexos na sociedade como um todo, não apenas para a comunidade estudantil. Elas atuam em todo o entorno que envolve os estudantes, contribuindo diretamente para o processo formativo dessas crianças e adolescentes. A presença do profissional de Serviço Social nas escolas é fundamental devido às problemáticas sociais que se manifestam nesse ambiente e afetam diretamente o processo de aprendizagem e a vida dos estudantes. As contradições socioeconômicas que refletem no âmbito escolar também influenciam essa realidade.

A pesquisa ultrapassa os limites impostos à atuação do assistente social, buscando compreender as contribuições que esse profissional pode trazer para a política de educação, especialmente no contexto da escola em tempo integral. Essa abordagem visa enfrentar os desafios e melhorar as condições sociais no ambiente escolar, visando o desenvolvimento integral dos estudantes e suas potencialidades.

4.2.2 Política de Educação Especial e Serviço Social

O eixo temático “Política de Educação Especial e Serviço Social” aborda, em uma única dissertação, a discussão no âmbito da Educação Básica, com enfoque na modalidade Educação Especial. A pesquisa foi realizada em escolas públicas da rede municipal de ensino situadas em João Pessoa, Estado da Paraíba, que contavam com a presença de profissionais de Serviço Social em seus quadros de funcionários. A Tabela 7 apresenta as principais características da produção.

Tabela 7 – Eixo temático: Política de educação especial e serviço social.

Autora	Programa	Título	Ano	Tipo
Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita	PPGSS/UFPB	A Realidade de Estudantes com Deficiência na Escola Pública: Um Olhar à Luz do Exercício Profissional De Assistentes Sociais no Município de João Pessoa - PB	2020	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A produção aborda com ênfase a temática “estudantes com deficiência, contribuição do Serviço Social na educação especial, defesa dos direitos das pessoas com deficiência nas escolas públicas municipais”. A centralidade da análise gira em torno das experiências e percepções de assistentes sociais que atuam na área da Educação Especial, buscando compreender a realidade desse contexto, levando em consideração as demandas e requisitos enfrentados pelas(os) assistentes sociais. A pesquisa também explora os limites e as possibilidades da realização do trabalho profissional, com o objetivo de viabilizar os direitos dos estudantes com deficiência.

É relevante destacar que a autora realiza a discussão com propriedade e apresenta argumentos críticos embasados em sua experiência como Pessoa com Deficiência (PCD) e em sua trajetória de formação e pesquisas na área. Ela aponta para a atuação crítica do profissional de Serviço Social no âmbito da política de educação, enfatizando que a(o) assistente social, em

seu cotidiano laboral, deve dialogar com outras políticas sociais que afetam os usuários atendidos em suas demandas específicas, como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Portanto, a garantia do acesso, participação e aprendizagem na educação para PCD está vinculada às políticas sociais e à execução das leis destinadas a esse segmento.

A temática relacionada às Pessoas com Deficiência também é de interesse do Serviço Social no campo da pesquisa e da produção discente dos Programas de Pós-graduação, conforme destacam Carvalho e Silva (2005), com base em estudos sobre a política de educação especial no Brasil nos anos 1990. Além disso, outros assuntos pertinentes ao segmento, como a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, também são abordados. Entre os anos de 1990 e 2000, houve uma ampliação significativa das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência. Segundo Pita *et al.* (2020, p. 51), “as conquistas legais dos anos 1980 a 1990 foram concretizadas através do monitoramento e às reivindicações do próprio Movimento”. Nesse contexto, o campo da pesquisa no âmbito do Serviço Social também se debruçou sobre o tema, especialmente em relação a um marco legal representativo no atendimento às pessoas com deficiência. Carvalho e Silva (2005, p. 110-111), endossa o debate na área, “refletindo a preocupação do Serviço Social com as respostas às questões contemporâneas do enfrentamento das barreiras de inserção e inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais ³ [...]” (itálico nosso).

Pita *et al.* (2020) enfatiza o marco no debate a partir da década de 1980, resultado da organização política do movimento das pessoas com deficiência e dos avanços internacionais em termos de legislações. Essas conquistas possibilitaram testemunhar mudanças significativas em relação à garantia dos direitos para as pessoas com deficiência.

Em 2008, formulou-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), com o intuito de contribuir com ações na área de educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. Além disso, foi apresentada a “Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência”, centrado na proteção da saúde, prevenção, reabilitação e dificuldades desse segmento (PITA *et al.*, 2020, p. 53).

A autora também destaca o impacto das gestões governamentais na primeira era petista, que trouxeram muitos avanços importantes para esse grupo social, “[...] foi a execução do Programa Federal Educação Inclusiva: direito à diversidade em que tinha o intuito de aproximar

³ A PEC 25/2017 aprovada no ano de 2019 em que substitui e padroniza no texto constitucional a referência a pessoas com deficiência, no qual segue a definição da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, nós faremos menção a essa referência – PCD.

a educação inclusiva ao sistema educacional brasileiro, disseminando à política da educação inclusiva por todas as cidades do país” (PITA *et al.*, 2020, p. 52).

No entanto, o golpe político de 2016, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, levou à transferência de governo para Michel Temer, período marcado por retrocessos significativos nos direitos sociais conquistados. Esse processo de enfraquecimento das políticas sociais foi continuado e ampliado na gestão de Bolsonaro, resultando no esfacelamento das políticas sociais e no aumento das desigualdades sociais.

Atualmente, a nova gestão de Lula busca reconstruir, recuperar e garantir os direitos sociais à população brasileira. Nesse sentido, o governo de Lula já inicia seu mandato com a revogação do Decreto nº. 10.502 de 2020, instituído na gestão Bolsonaro, que foi considerado pelas pessoas com deficiência e pela crítica como um retrocesso em relação ao que preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, ao segregar os estudantes com deficiência em instituições especializadas. A revogação desse decreto simboliza uma conquista para esse segmento e fortalece os direitos das pessoas com deficiência.

As questões referentes aos estudantes com deficiência também é objeto de intervenção do Serviço Social, então, mesmo que diante dos entraves no cotidiano, esses profissionais devem se aproximar desse segmento, propondo meios de permanência adequada na escola e estabelecer uma parceria sólida com os responsáveis pela Sala de AEE (PITA *et al.*, 2020, p. 138-139).

De acordo com as elaborações Carvalho e Silva (2005), a temática de Educação Especial se mostra relevante, com produções e projetos de pesquisa no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social, representando aproximadamente 9% da produção de conhecimento entre os anos de 1990 a 2000. Apesar de apresentar baixo índice de referência, é um tema expressivo que abrange diversas manifestações da questão social. Uma pesquisa recente a nível nacional do (GEPESSE, 2022) revela que a modalidade de educação especial ainda possui menor destaque na atualidade, representada por apenas quatro produções sobre a interface Serviço Social e Educação. Apesar do número reduzido de indicações, observa-se que a temática da Educação Especial está presente no conjunto da produção de conhecimento em Serviço Social desde os mapeamentos realizados a partir da década de 1990 até o presente. De acordo com estudos realizados, destacam-se discussões nas áreas de trabalho/mercado de trabalho, educação em diversos níveis e modalidades, e o papel do Serviço Social na educação.

Quando analisamos as produções nos Programas de Pós-Graduação sob a interface Serviço Social na Educação, específicas da região Nordeste e articuladas ao mapeamento em nível

nacional (GEPESSE, 2022), observamos que a temática de “Educação Especial” compreende um total de cinco produções. Essas pesquisas foram localizadas nos PPG da região Nordeste, todas do tipo dissertação, e publicadas entre os anos de 2016 a 2020. A dissertação de destaque, realizada pela autora Fábria Pita, como mencionado anteriormente, aborda a categoria “Serviço Social na Educação”, enquanto as outras quatro abordam temas relacionados à categoria “Política de Educação”.

Ao tecer reflexões sensíveis sobre o exercício profissional de assistentes sociais no contexto da questão social, presente nas políticas educacionais, Pita *et al.* (2020) considera a educação especial uma realidade específica que requer das(os) profissionais a mobilização de estratégias para fortalecer e defender os direitos das pessoas com deficiência. Essa abordagem está em consonância com o nosso código de ética profissional, colaborando para o desenvolvimento da Educação Inclusiva e fortalecendo a defesa da educação gratuita e de qualidade para todos. Ao compreender a realidade de cada estudante e atender suas demandas, a(o) assistente social contribui para sua permanência nesse espaço escolar, fortalecendo a participação da pessoa com deficiência tanto na escola quanto na sociedade (PITA *et al.*, 2020).

No que diz respeito ao espaço escolar, a autora constata em sua pesquisa um aspecto importante quanto à inclusão da PCD, que deve estar relacionada à perspectiva pedagógica. No entanto, ela destaca que essa não precisa ser a única forma de incluir os estudantes. Um fator relevante apontado por Pita *et al.* (2020) é o reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direito, que desenvolvem suas atividades de maneira específica e cujas respostas devem respeitar sua condição e posicionamento, e não um padrão preestabelecido pelo sistema.

Nos depoimentos das assistentes sociais na pesquisa sobre os principais problemas enfrentados no ambiente escolar, destacam-se a dificuldade de articulação com a rede de serviços, a aceitação dos pais e/ou responsáveis em relação à deficiência dos filhos, e a dificuldade na parceria entre a escola e os pais e/ou responsáveis. Quanto ao aspecto da aceitação dos pais e/ou responsáveis em relação aos estudantes com deficiência, a autora ressalta a importância de o Serviço Social atuar junto às famílias.

[...] a atuação do Serviço Social nessa situação deve acontecer no sentido de possibilitar que os pais e/ou responsáveis enxerguem seus filhos para além da deficiência, desvelando as aparências e mostrando as possibilidades que os estudantes com deficiência podem ter no espaço escolar. Responsabilizando-os também pelo apoio nesse processo de escolarização de seus filhos. [...] (PITA *et al.*, 2020, p. 179).

Quando a autora se refere ao trabalho com as famílias como uma das principais

demandas e desafios enfrentados pelos profissionais no espaço escolar, ela está destacando a atuação predominante junto aos familiares dos estudantes. Além disso, o acompanhamento da frequência escolar dos estudantes aparece como uma demanda para as(os) assistentes sociais, atuando individualmente e em parceria com os pais e/ou responsáveis em relação à violação de direitos, socialização de informações sobre seus direitos e deveres, políticas sociais e rede de serviços que atendam ao segmento dos PCD (PITA *et al.*, 2020).

Outro aspecto relevante da atuação profissional é o trabalho coletivo e interdisciplinar, que se mostra fundamental para responder às demandas que chegam ao Serviço Social. No que se refere à defesa e viabilização dos direitos dos estudantes PCD, a autora destaca que os principais mecanismos utilizados pelas(os) assistentes sociais são os encaminhamentos à rede de serviços e a parceria com os pais e/ou responsáveis. Além disso, foram citadas outras ações, como a articulação com a rede, o trabalho com a comunidade escolar acerca da temática, a elaboração de documentos técnicos, como relatórios e projetos, e a realização de visitas domiciliares, entre outras atividades que compreendem as atribuições das(os) assistentes sociais.

As conclusões de Pita *et al.* (2020) apontam para a existência de um arcabouço legal e o envolvimento de pessoas engajadas em fortalecer o processo de inclusão nas escolas. No entanto, é ressaltado que essa realidade ainda carece de melhores condições, tanto em termos estruturais quanto no funcionamento da rede socioassistencial, demandando também investimentos governamentais. Diante das contradições impostas pelo sistema capitalista, é fundamental que as pessoas com deficiência, por meio de uma organização coletiva, possam ter acesso a melhores condições de vida e ocupar os espaços e serviços disponíveis na sociedade de forma integral (PITA *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, a autora constatou em sua pesquisa que a realidade dos estudantes com deficiência é permeada por contradições, especialmente no processo de lutas por direitos e conquistas, evidenciando um ciclo constante de reprodução das desigualdades inerentes ao sistema capitalista (PITA *et al.*, 2020). A tese de Lara (2008) sobre o tema ‘trabalho e pessoa com deficiência’ ressalta a necessidade de não romantizar a viabilidade do acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho como o único grande avanço para esse segmento.

Esse argumento, portanto, é válido também para a educação, uma vez que o acesso é apenas o primeiro passo assegurando a entrada na escola. No entanto, são necessárias muitas ações para garantir plenamente o aprendizado do estudante com deficiência no ambiente escolar. Na pesquisa, Pita *et al.* (2020) destaca sugestões à Secretaria de Educação, especialmente ao

Setor de Educação Especial, e indica a realização de pesquisas detalhadas, a aproximação com estudantes, familiares e a comunidade escolar para, de forma integrada, construir propostas de mudanças. Além disso, sugere promover a formação continuada das(os) profissionais da educação, realizar reuniões intersetoriais com várias redes de serviço, e investir na melhoria do espaço escolar e na contratação de mais profissionais habilitados para atender amplamente as demandas da escola. As desigualdades sociais têm uma relação direta com a questão social, pois influenciam seus desdobramentos. De acordo com Dentz e Silva (2015), as desigualdades e as expressões da questão social são objetos de intervenção do Serviço Social, tanto nas políticas educacionais contemporâneas como históricas.

É importante ressaltar que os processos de desigualdade têm sido expressivos ao longo da história brasileira, e a ineficácia do sistema em garantir sua redução é evidente. Esses processos reproduzem efeitos que Dentz e Silva (2015) caracterizam como ‘distância social’, representada pelo distanciamento entre os desiguais, o qual, sem o estabelecimento de vínculos, acarreta o crescimento das desigualdades presentes entre eles. Esse fenômeno é um marco do aprofundamento das relações capitalistas e reflete o acirramento das expressões da questão social.

Diante da análise da pesquisa e das discussões empreendidas, a autora evidencia que o Serviço Social ainda carece de aprofundamento no que diz respeito à temática das pessoas com deficiência. Ela ressalta também a importância de o profissional ter um olhar ampliado e crítico para a demanda específica e desafiadora de atuar na educação especial com estudantes com deficiência.

Levando em consideração os resultados da pesquisa, pontua-se a importância de refletir sobre o caráter fiscalizatório e burocrático no qual estão direcionando a profissão. A atuação deve ser pautada na visão crítico-dialética da realidade, entendendo o seu local na divisão sociotécnica do trabalho e as aproximações com a classe trabalhadora. De modo a ultrapassar as antigas práticas que o Serviço Social vivenciou ao longo da história. Principalmente na conjuntura política e social que se vivencia atualmente de retrocessos, imposições e acriticidade (PITA *et al.*, 2020, p. 192).

A amplitude da modalidade de Educação Especial é evidente em sua característica transversal, abrangendo a oferta de ensino em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2014). Portanto, para atuar nessa área, as(os) assistentes sociais precisam mobilizar estratégias por meio das políticas educacionais (DENTZ; SILVA, 2015) e se qualificar através de formação permanente na área da Educação.

4.2.3 Política de Assistência Estudantil e Serviço Social

O eixo temático “Política de Assistência Estudantil e Serviço Social” aborda três dissertações que desenvolvem a discussão no âmbito da Educação Superior e na modalidade Educação Profissional e Tecnológica. Essas pesquisas foram realizadas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e no Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IF) em três estados da região Nordeste: Pernambuco (PE), Ceará (CE) e Sergipe (SE). As(os) assistentes sociais que participaram da pesquisa atuavam diretamente na Política de Assistência Estudantil de suas respectivas instituições. A Tabela 8 descreve as principais características das produções.

Tabela 8 – Eixo temático: Política de assistência estudantil e serviço social.

Autora	Programa	Título	Ano	Tipo
José Albuquerque Constantino	PPGSS/UFPE	Educação e Serviço Social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos Programas de Assistência Estudantil das Universidades Federais de Pernambuco	2015	Dissertação
Renata Maria Paiva da Costa	MASS/UECE	O Serviço Social no contexto da Educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	2017	Dissertação
Danielle Lima Menezes Ananias	PPGSS/UFS	Análise do Exercício Profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe	2018	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora (2023).

No que diz respeito ao interesse crescente do Serviço Social na Educação sobre a temática do “exercício profissional de assistentes sociais na assistência estudantil”, esse interesse tem apresentado uma progressão significativa na última década, especialmente após a institucionalização da assistência estudantil através do Decreto nº 7.234 de julho de 2010. Nota-se que as produções nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social começaram a ser desenvolvidas entre os anos de 2012 e 2013 e, a partir de 2015, esse interesse foi ampliado (GAZOTTO, 2019).

Essa incidência temática é particularmente significativa nos Programas de Pós-graduação na região Nordeste, como revelado pelo mapeamento das produções na presente pesquisa, que contou com sete publicações que abordam o exercício profissional, processos de

trabalho e condições de trabalho das(os) assistentes sociais atuantes na assistência estudantil ⁴.

Ferriz e Barbosa (2019) destacam que os IFES concentram um número expressivo de assistentes sociais que trabalham predominantemente com a assistência estudantil. Segundo a última pesquisa realizada em 2019, havia a presença de 196 assistentes sociais lotadas(os) nas universidades públicas federais e estaduais da região Nordeste. A realidade é semelhante nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, que, desde o processo de expansão e implementação do PNAES, regulamentaram o atendimento dos estudantes através do programa (PRADA, 2019). Apesar do reduzido quadro de profissionais neste espaço em comparação à alta demanda, é notada a presença de assistentes sociais em todos os IFs da região Nordeste, correspondendo a um total de 252 profissionais (FERRIZ; BARBOSA, 2019).

Dentro das produções, as autoras Costa (2017) e Ananias (2019) e o autor Constantino (2015) apresentam preocupações similares, ou podemos dizer, complementares, no que diz respeito à análise do exercício profissional de assistentes sociais na operacionalização da política de assistência estudantil. Cada uma dessas publicações neste eixo temático traz um aporte significativo para o debate na área, abordando temáticas como “Atuação dos (as) assistentes sociais que trabalham com a assistência estudantil”, “Requisições institucionais colocadas ao Serviço Social versus orientações do conjunto CFESS/CRESS para o trabalho profissional na Política de Educação”, “Limites para a realização do exercício profissional que incidem na efetivação da Política de Assistência Estudantil” e “Particularidades do exercício profissional na Política de Assistência Estudantil”.

As análises trazem como tema central a realização do exercício profissional no âmbito da Política de Assistência Estudantil no cotidiano laboral. Esse campo de atuação corresponde a um dos principais espaços de trabalho para assistentes sociais no âmbito da Política de Educação (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014). Ferriz e Barbosa (2019) apontam para a ampla presença de assistentes sociais nessa área, principalmente atuando nos processos de permanência estudantil em diferentes níveis e modalidades da educação, com prevalência na Educação Superior e Educação Profissional e Tecnológica.

CONSTANTINO (2015), em sua dissertação, promove um debate importante sobre o trabalho profissional na educação, a partir da dicotomia entre as orientações do conjunto CFESS/CRESS para atuação na política de educação e as requisições institucionais. Nessa análise, o autor buscou compreender as respostas profissionais às demandas presentes no cotidiano

⁴ Ver Tabela 8

de trabalho. Além disso, ele também reflete sobre como o trabalho profissional pode contribuir para uma universidade alinhada aos interesses da classe trabalhadora e até que ponto as(os) assistentes sociais assimilam as orientações da entidade representativa, que podem colaborar para essa direção.

A assistência ao estudante é um tema frequente no debate no campo da educação nas Instituições Federais de Ensino, ganhando destaque no contexto da democratização do acesso à educação, onde se busca promover igualdade de oportunidades por meio da intervenção do Estado (LEITE, 2019). O processo de ampliação do ensino superior no Brasil ocorre no contexto de uma contrarreforma universitária a partir das primeiras décadas dos anos 2000 (CONSTANTINO, 2015).

Durante a pesquisa identificamos que o ingresso dos/as assistentes sociais na educação superior ocorreu, na grande maioria dos casos, no período posterior a criação do REUNI (2007) e do PNAES (2010), sendo assim, consideramos que esses dois programas, que possuem relações orgânicas, foram determinantes para a ampliação do Serviço Social nas universidades federais na primeira década dos anos 2000 (CONSTANTINO, 2015, p. 145).

A década de 1990 foi marcada por um longo movimento de desestruturação da assistência estudantil, com lutas contra os ataques e cortes na educação implementados no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa época representou o desmonte dos direitos educacionais e resultou no sucateamento das IFES, gerando um processo de precarização e até extinção dos programas voltados à assistência estudantil nessas instituições, conforme afirmado por Leite (2019). Esse contexto serviu de base para o movimento em prol da implementação de uma Política Nacional de Assistência Estudantil pelo governo federal. Nos anos 1990 e início dos anos 2000, houve uma preocupação evidente das entidades representativas da área, como o Fórum Nacional de Pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis (FONAPRACE) e o movimento estudantil universitário, engajados na conquista de direitos educacionais que viabilizassem o acesso e a permanência dos jovens no ensino superior. A ausência de um orçamento específico para assistência estudantil dificultava a permanência dos estudantes, especialmente daqueles que pertenciam a classes sociais mais baixas (LEITE, 2019).

As estratégias de ampliação do acesso à educação, com foco na permanência estudantil, não se encerram em si mesmas, nem caracterizam a universalização do acesso aos espaços educacionais. Pelo contrário, configuram “[...] uma ampliação desigual em sua escala e, sobretudo, em sua dimensão política. Está longe, portanto, de ser tomada como uma afirmação da educação pública como um direito social” (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS),

2014, p. 39). Todavia, a educação superior no Brasil está alinhada a uma demanda de expansão, impulsionada pela lógica de intensificação da divisão social do trabalho, visando qualificar a mão de obra para atender às novas configurações do mundo do trabalho. Essa expansão se dá “[...] mediante o aprofundamento da mercantilização dessa dimensão da vida social e a focalização das ações nos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora” (CONSTANTINO, 2015, p. 144).

Essa abordagem pode ser vista como um retrocesso quando consideramos os direitos sociais amparados pela Constituição. Essa disposição ambivalente é evidenciada nas ações implementadas pelo Estado durante os governos petistas, nas gestões de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Sob o contexto contrarreformista da educação superior, prevalece a ideia de democratização da educação, enquanto reformas na área são implementadas.

Assim, pois, sob o slogan “Brasil sem miséria” e com o discurso de “igualdade de oportunidade”, o governo instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, em um contexto ideopolítico no qual ganhavam força e expressão as “vozes” dos estudantes universitários, cujas reivindicações, no período de 2003 a 2010, giravam em torno do tema da “democratização da educação superior de qualidade”, isso implicava a garantia de acesso e permanência dos estudantes nas IFES (LEITE, 2019, p. 56-57).

Após aproximadamente uma década de mobilizações e enfrentamento aos desmontes dos direitos educacionais, o PNAES foi instituído no contexto da ofensiva do capital, absorvendo o projeto hegemônico de educação, bem como as diretrizes externas e determinações políticas, sociais e econômicas (LEITE, 2019). Inicialmente, foi estabelecido pela Portaria Normativa nº 39, de 2007, e posteriormente consolidado como um programa de governo, sancionado por meio do Decreto nº 7.234 de julho de 2010, durante a segunda gestão do governo Lula (Ibid., 2019).

O PNAES é formado por um conjunto de ações de corte assistencial, que se formata no interior de uma política pública: a política de educação superior. O PNAES foi aprovado à sombra do Programa de Apoio a planos de REUNI (LEITE, 2019, p. 56).

Neste cenário, o exercício profissional de assistentes sociais na Educação ganha protagonismo devido à crescente demanda de inserção no campo da assistência estudantil.

São requisitados para operacionalizar políticas, programas e projetos voltados à assistência ao estudante e ações afirmativas, tanto na esfera pública como na privada e filantrópica (CFESS, 2011). É importante ressaltar que o trabalho das(os) assistentes sociais na Política de Educação não se limita apenas ao corpo discente e às abordagens individuais, mas engloba toda a comunidade institucional e os fatores que a envolvem.

Segundo CONSTANTINO (2015), a contratação de assistentes sociais e a ampliação de programas de assistência estudantil nas universidades federais, apesar de parecerem contraditórias à primeira vista, podem ser justificadas. Esses processos fazem parte das medidas vinculadas à contrarreforma empreendida no ensino superior e atuam como estratégia do capital. Ou seja, no contexto das lutas societárias em torno do processo de democratização e qualidade da educação, resultam na expansão do acesso e ampliação das condições de permanência, com enfoque assistencial em seus programas e marcam a atuação do Estado nos anos iniciais da década de 2000 nas Políticas Sociais (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

Se, por um lado, a assistência estudantil representa a possibilidade concreta de atendimento de algumas necessidades dos/as estudantes (moradia, alimentação, transporte-te etc.), por outro, essas ações adquirem uma determinada funcionalidade quanto à legitimidade da atual política de educação, ao assumirem, mesmo que precariamente, uma áurea democratizante. Contudo, como política social, a assistência estudantil é marcada pela contradição, atende a interesses divergentes, sendo um campo em disputa pelas classes sociais antagônicas (CONSTANTINO, 2015, p. 158).

O autor, em sua análise sobre o trabalho das(os) assistentes sociais nos programas de assistência estudantil, constata que as atividades do Serviço Social estão centradas primordialmente no eixo da permanência. Isso significa que “[...] a intervenção desses profissionais responde às demandas institucionais, no que se refere à execução dos programas que visam assegurar a permanência dos/as discentes nas universidades” (CONSTANTINO, 2015, p. 182). O CFESS, por sua vez, aponta duas considerações sobre a atuação profissional voltada para garantia da permanência na educação: a) desenvolvimento de ações articuladas ou decorrentes daquelas dirigidas à garantia do acesso, b) ações que se configurem a partir de políticas, programas e projetos específicos para atendimento dessa necessidade (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

No entanto, conforme observado na publicação de CONSTANTINO (2015), a atuação vem sendo pautada nesses dois aspectos. No primeiro caso, as ações articuladas visam garantir o acesso das(os) estudantes e incluem atividades socioeducativas, mobilização e participação em ações de acolhimento das(os) estudantes, bem como informação sobre os programas e divulgação da assistência estudantil em escolas públicas (CONSTANTINO, 2015). Já as ações desenvolvidas a partir das políticas, programas e projetos são de maior incidência e representam a grande demanda das(os) assistentes sociais na assistência estudantil, com destaque para o processo de concessão de bolsas e análise socioeconômica para inserção das(os) estudantes nos

programas. Quanto a este ponto, Constantino reitera parte dos depoimentos das(os) assistentes sociais:

A partir dos relatos das assistentes sociais sobre as respostas profissionais do Serviço Social, nos programas de assistência estudantil, identificamos que essas atividades podem ser divididas em duas categorias: uma delas envolve o trabalho voltado, primordialmente, para os/as alunos/as; a outra são ações direcionadas à gestão/planejamento dos programas de assistência estudantil nas universidades federais de Pernambuco. [...]” (CONSTANTINO, 2015, p. 167).

Considera-se que o trabalho profissional tem privilegiado um aspecto da permanência dos estudantes no ensino público federal, que é a inclusão nos programas. Embora seja importante para assegurar as condições materiais de permanência no ambiente acadêmico, aponta-se para fragilidades na etapa do acompanhamento efetivo ao longo de sua trajetória educacional. Por outro lado, destaca-se a grande sobrecarga que envolve o processo de análise socioeconômica.

No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com suas ações limitadas devido à alta demanda de trabalho durante o processo de seleção, o trabalho realizado pelas(os) assistentes sociais fortalece a dimensão educativa da prática do Serviço Social. Nessa perspectiva, enfatiza-se o aspecto dos direitos e da condição de cidadão, indo além da perspectiva de concessão de recursos financeiros e materiais (REIS, 2018). O problema central, portanto, não é apenas atender às demandas institucionais, mas sim “a dificuldade para mobilizar respostas profissionais que ultrapassem as requisições imediatas da instituição” (CONSTANTINO, 2015, p. 182).

Isso significa dizer que a(o) assistente social pode contribuir com o processo formativo das(os) jovens nas instituições de ensino, apoiando suas ações em estratégias de enfrentamento dos mecanismos de despolitização dos sujeitos sociais, cumprindo o compromisso da categoria profissional de viabilizar e garantir a qualidade dos serviços prestados.

Por conseguinte, é importante destacar que as(os) assistentes sociais atuam para contribuir com o desempenho dos estudantes, colaborando não apenas com sua permanência, mas também com o processo de ensino-aprendizagem, criando possibilidades de reflexão sobre sua condição de sujeito de direito e corroborando com as disposições e orientações dos subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. Essa atuação impulsiona a criação, implementação e execução dos programas de assistência estudantil.

Como resultado das análises empreendidas por CONSTANTINO (2015), destaca-se o caráter imediatista do trabalho realizado pelas(os) assistentes sociais na política de assistência estudantil nas universidades federais, com foco na demanda de seleção socioeconômica. A abordagem crítica da educação superior e da política de assistência estudantil estabelece as

devidas mediações com a contrarreforma da educação no país e o processo de acumulação do capital e seus impactos no trabalho das(os) assistentes sociais na política de assistência estudantil.

COSTA (2017) reitera que a presença do Serviço Social nesse espaço está diretamente ligada ao contexto de expansão do IFES. Prada (2018) acrescenta que “[...] a contratação das profissionais pelos IF se deu em virtude do processo de expansão institucional e pela aprovação e ampliação do PNAES para atendimento dos estudantes da instituição” (PRADA, 2018, p. 104). Nessa perspectiva, podemos apontar que, à medida que aumenta a demanda por uma assistência estudantil que viabilize a garantia de permanência das(os) estudantes, mesmo diante dos limites impostos pela seletividade dos editais, também cresce o número de assistentes sociais nas Instituições de Ensino Federal por todo o Brasil. Nos IF, o crescimento corresponde a cerca de 61% no período de aprovação do PNAES estudantil (PRADA, 2018).

E pertencendo a este cenário, COSTA (2017) apresenta uma preocupação sobre qual é o lugar das(os) assistentes sociais nesta política, em que direção está apontando o exercício profissional e, por sua vez, quais são os limites que incidem sobre a atuação diante o cenário de precarização da política educacional, “[...] marcada por inúmeras reformas em decorrência das políticas sociais e econômicas adotadas, pelos diversos governos que ascenderam ao poder [...]” (REIS, 2018, p. 121).

Como já é sabido, a(o) assistente social compõe o grupo de profissionais essenciais que atuam na Política de Assistência Estudantil. O PNAES prevê, por meio de suas ações seletivas, atender a estudantes, prioritariamente, oriundos de escolas públicas e/ou pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio, para que possam ter acesso aos benefícios disponíveis no programa. Esta seleção é de responsabilidade exclusiva das(os) assistentes sociais (PRADA, 2018), ou seja, corresponde a uma atribuição privativa da(o) assistente social.

O trabalho é realizado prioritariamente pelo tripé – análise documental, entrevista e visita domiciliar – para 83% das profissionais. Sendo que 39% realizam visitas institucionais, 28% reuniões externas e 28% encaminhamentos como complementares ao processo. Esse tripé estabelecido está diretamente relacionando ao trabalho com o PNAS que é executado por meio de bolsas e auxílios o que requer a elaboração de estudos sociais para sua concessão (PRADA, 2018, p. 112).

Portanto, o PNAES se configura como uma importante estratégia para enfrentar as dificuldades vividas pelas(os) estudantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica, garantindo o direito de acessar e permanecer no ambiente educacional. A assistência estudantil,

por sua vez, torna-se a principal ação do trabalho profissional dentro da política de educação superior e educação profissional e tecnológica, devido à natureza focalista e seletiva das políticas sociais. A centralidade do trabalho das(os) assistentes sociais inseridos nessa dinâmica gira em torno da realização de análise socioeconômica, característica do processo de seleção, para a inclusão das(os) estudantes no programa de assistência estudantil.

Outro aspecto interessante apontado pela autora em seu texto são as entrevistas concedidas pelas assistentes sociais participantes da pesquisa. Há um entendimento, por parte significativa das profissionais, de que a organização da assistência estudantil na instituição é recente e ocorreu a partir da institucionalização do PNAES em 2010. Essa visão se baseia no fato de que, antes da expansão, o número de assistentes sociais era mínimo para desempenhar uma diversidade de atividades.

Após a expansão, o quantitativo de profissionais aumentou, mas ainda assim é limitado para atender à demanda posta, seja do entendimento da gestão de que a(o) profissional deve responder às demandas orçamentárias em torno da política, sobrepondo-se às demandas estudantis, seja da demanda já relatada do processo seletivo dos programas (PRADA, 2018). No entanto, a incorporação do Serviço Social à instituição ocorreu primeiramente da necessidade de reduzir o alto índice de evasão escolar (SANTOS; NASCIMENTO, 2016).

A análise sobre o baixo número de profissionais também é reafirmada na pesquisa de Costa e é apontada como um desafio para o profissional lidar com uma alta demanda de trabalho não condizente com o quantitativo de profissionais, “[...] pois observa-se que em algumas unidades existe apenas um profissional dessa categoria para atender um número alto de estudantes [...]” (COSTA, 2017, p. 157-158). Aliado a essa questão está o desafio e a necessidade apontada pelas assistentes sociais de capacitação contínua na área da educação, sendo um incentivo incipiente por parte da instituição.

Os elementos que dificultam o trabalho profissional no processo de efetivação da política de assistência estudantil incluem o caráter contraditório da política, o restrito número de profissionais vinculados a ela, a alta demanda, que corresponde a mais de 80% do trabalho voltado ao processo de seleção, e todos os determinantes que envolvem o programa, além da carência constante de capacitação das(os) profissionais no campo da educação. Nesse contexto, é necessário enfrentar os desafios e promover ações coletivas com o objetivo de minimizar os obstáculos enfrentados no cotidiano laboral e contribuir para o debate sobre a universalização do acesso e da permanência na educação para a classe trabalhadora, formando sujeitos críticos.

Essa publicação apresenta importantes contribuições sobre o modelo de educação, especialmente a política educacional brasileira, que está em consonância com os interesses do capital mundial. Assim, difunde o trabalho de assistentes sociais na política de assistência estudantil e contribui tanto para aqueles(as) que estão diretamente inseridos(as) na área quanto para outras categorias profissionais que compõem a educação.

O estudo de Ananias (2018) foca nas particularidades do exercício profissional da(o) assistente social na política de assistência estudantil no ensino superior, destacando os elementos que tornam singular a presença do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional e ressaltando o contexto de implementação do PNAES. Portanto, é fundamental discutir o trabalho profissional na Política de Educação e expandir as pesquisas nesse campo para ampliar o debate na área, compreendendo os condicionantes sociopolíticos e econômicos que afetam a atuação profissional e buscando novas perspectivas para o trabalho de assistentes sociais na política de educação.

Ao considerar o contexto de expansão da rede federal de ensino público, fica evidente o privilégio que esse contexto confere à inserção de profissionais nesse campo, especialmente na política de assistência estudantil, onde a(o) assistente social desempenha um papel central. No que diz respeito à questão da permanência dos(as) jovens, a abordagem baseia-se nos direitos previstos no PNAES, tornando-se uma exigência legal e, mais do que isso, uma necessidade que pode muitas vezes comprometer a permanência dos(as) estudantes durante o processo de formação.

Ananias (2018) constata que o processo de ampliação de profissionais não acompanhou de forma adequada a expansão da rede, resultando em um número insuficiente de assistentes sociais vinculados à política de assistência estudantil. Diante desse cenário, as(os) profissionais buscam aprimorar a política, realizando alterações nos questionários e no sistema Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) das universidades, por exemplo, para filtrar informações sobre os estudantes. No entanto, mesmo absorvidas(os) pelas demandas, enfrentam o desafio de estimular a participação das(os) discentes nas ações de planejamento e avaliação da política de assistência estudantil (ANANIAS, 2018, p. 135).

A obra de Ananias (2018) também contribui para o debate sobre o caráter seletivo e focalista das políticas sociais, que condicionam as ações profissionais à viabilização ou não do acesso ao programa por meio da concessão de benefícios. Nessa análise, os elementos que particularizam o trabalho profissional incluem a intensificação da inserção a partir do PNAES, com foco no atendimento às condições de acesso e permanência dos estudantes, a

dinâmica de trabalho coletivo com equipes multiprofissionais, o papel burocrático das atividades administrativas relacionadas à política e a atenção às demandas espontâneas fora do processo seletivo, no regime “portas abertas” (ANANIAS, 2018).

Dentro dessa abordagem, a(o) assistente social responsável pela política de assistência estudantil realiza o acompanhamento estudantil, avaliando aspectos como a renda familiar per capita, as relações familiares, a situação de saúde, moradia e desempenho acadêmico. Essa análise possibilita a inclusão do estudante em uma das modalidades de bolsas e auxílios oferecidos pelos programas de assistência estudantil nas instituições de ensino público federal (SANTOS; NASCIMENTO, 2016). Dessa forma, a assistência estudantil assume um papel articulador da política de educação superior, visando garantir a permanência das(os) estudantes nos institutos federais e universidades federais.

As diversas produções que compõem esse eixo temático abordam amplamente os aspectos que atravessam o exercício profissional na política de assistência estudantil. São destacados a focalização da política, a compreensão equivocada por parte da gestão sobre o trabalho profissional, as demandas espontâneas e as atividades administrativas no aperfeiçoamento da política para melhor atender às necessidades dos(as) usuários(as). (ANANIAS, 2018, p. 149) ressalta a importância de reconhecer “[...] o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais da população usuária”. Isso consolida a assistência estudantil como área de trabalho das(os) assistentes sociais.

como área de trabalho das(os) assistentes sociais. Embora as produções sejam voltadas para as(os) assistentes sociais atuantes na política de assistência estudantil em universidades públicas e institutos federais, também apresentam debates relevantes no campo da política de educação, incluindo a contextualização da contrarreforma da educação, que são importantes para outras categorias profissionais e têm reflexos na sociedade como um todo. É fundamental que toda produção se localize social e historicamente, algo que o Serviço Social realiza de modo expressivo e pode influenciar outras áreas do conhecimento.

4.2.4 Dimensões profissionais e a direção ético-política do exercício profissional na educação

O eixo temático “Dimensões profissionais e a direção ético-política do exercício profissional na educação” é composto por quatro publicações, que constituem o conjunto de produções analisadas com o maior número de estudos. Essas publicações são compostas por uma tese de doutorado e três dissertações de mestrado, cujas pesquisas se desenvolvem no

âmbito da Política de Educação, abrangendo tanto os Níveis de Educação Superior e Educação Básica quanto a modalidade de Educação Profissional e Tecnológica. Essas pesquisas buscam compreender como as dimensões do Serviço Social são articuladas e se materializam no exercício da profissão, alinhadas à direção ético-política e ao projeto profissional nesses diferentes espaços ocupacionais. A Tabela 9 apresenta as quatro produções desse eixo e suas principais características.

Tabela 9 – Eixo temático: Dimensões profissionais e a direção ético-política no exercício profissional na educação

Autora	Programa	Título	Ano	Tipo
Fabrcia Dantas De Souza	PPGSS/UFRN	O Exercício Profissional do Assistente Social Na Educação Superior: A Particularidade da Dimensão Educativa na Assistência Estudantil.	2016	Dissertação
Edna Maria Coimbra De Abreu	PPGPP/UFMA	O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: As Particularidades do Exercício Profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação	2017	Tese
Andrcia Lucena De Góis Nascimento	PPGSSDS/UERN	Educação, Serviço Social e Projeto Ético-Político: Desafios e Possibilidades Dessa Relação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no RN.	2017	Dissertação
Thélia Priscilla Paiva De Azevedo	PPGSS/UEPB	O Serviço Social nas Escolas Públicas de João Pessoa – PB: Uma Análise à Luz da Instrumentalidade Profissional	2019	Dissertação

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Os estudos enfatizam diversas temáticas relacionadas ao Serviço Social na Educação. Estas incluem: “a instrumentalidade do Serviço Social na Educação”, “a materialização do PEP do Serviço Social na Educação”, “o exercício profissional a partir da referência do projeto ético-político do Serviço Social”, “as mediações que configuram o fazer profissional e constituem-se em desafios à materialização do PEP”, “as determinações que particularizam a atuação profissional na educação”, “a particularidade das ações pedagógico-interpretativas voltadas ao atendimento dos estudantes” e “a materialização da dimensão educativa no exercício profissional na educação”.

As ações profissionais são evidenciadas no contexto da Política de Educação a partir da direção ético-política à qual as(os) assistentes sociais se filiam, tendo como referência o Projeto Ético Político do Serviço Social PEP. Nesse sentido, as preocupações que impulsionam

as publicações dentro deste eixo temático têm como objetivo compreender a materialização do exercício profissional nos espaços ocupacionais da Educação. Isso inclui a análise da articulação das dimensões profissionais que compõem a instrumentalidade do Serviço Social, conferindo significado sócio-histórico ao percurso profissional. O propósito é alcançar os objetivos através dos recursos e competências atribuídos, os quais se refletem em resultados concretos, culminando em seu reconhecimento social (GUERRA *et al.*, 2017).

Para o exercício profissional com qualidade e fortalecimento do projeto ético-político, a/o assistente social deve ter garantido seu direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão, inviolabilidade do local e documentação, bem como a liberdade na realização de estudos e pesquisas e autonomia profissional para decidir a direção e estratégias de ação junto aos/às usuários/as respaldando-se na legislação (CEP, lei de Regulamentação – 8.662/1993, Resoluções CFESS) e na busca de apoio e orientação dos Conselhos Regionais de sua jurisdição (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 35).

As discussões centram-se no campo educacional, situado no contexto da sociedade capitalista, que reflete no modo de organização e gestão da política de educação, sob as determinações da contrarreforma neoliberal. Evidenciam a precarização no ensino público resultante das reformas, que promovem a ampliação do ensino, mas relegam a qualidade. Isso leva a um processo desarmônico, com ampla oferta de ensino em todos os níveis e modalidades da educação, porém, uma assistência estudantil diminuta de caráter seletivo e focalista incapaz de alcançar todos que dela necessitam. Ao mesmo tempo, há processos de precarização dos trabalhadores da área e sucateamento dos espaços educacionais, assim como políticas voltadas ao público estudantil que indicam o alinhamento da política de educação ao projeto hegemônico do capital.

Essas transformações na educação brasileira caminham em direção oposta ao desenvolvimento, à transformação social e à formação de sujeitos histórico-críticos. Essas mudanças demonstram que “não existe uma sociedade moderna e democrática sem um sistema educacional moderno e democrático” (GADOTTI, 2005, p. 123). Torna-se, portanto, imprescindível reconhecer que construir um país democrático e desenvolvido exige tornar a educação acessível a todos os cidadãos (GADOTTI, 2005).

Por outro lado, o Serviço Social na educação enfatiza a concepção de educação que destaca a centralidade na dinâmica da realidade social e sua importância nos processos de construção das diversas formas de sociedade. Também e a partir “dessa dinâmica, é possível a construção de uma educação emancipadora, da qual exige necessariamente universalizar o

trabalho e a educação de forma integral como parte da atividade humana que nos é inerente” (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p.18-19)(itálico nosso).

Assim, a política de educação se revela como um espaço sócio-ocupacional em expansão para o Serviço Social em todos os seus níveis e modalidades. Nesse contexto, as(os) assistentes sociais desempenham um papel de destaque ao compor as equipes das unidades de ensino e podem e devem utilizar seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para atuar na realidade e promover mudanças positivas na vida social das(os) discentes que são o foco de seu atendimento. O Serviço Social na educação e a disputa de projetos na área contribuem significativamente para a compreensão dos desafios enfrentados nesse campo e das possibilidades de atuação no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social que interferem nos processos educativos e na vida social das(os) discentes.

Azevedo (2019), em sua dissertação, apresenta a discussão sobre o exercício profissional de assistentes sociais em escolas municipais de educação básica na rede pública de João Pessoa (PB). Tendo como referência a instrumentalidade da profissão, compreendida e materializada pelas(os) profissionais em suas ações e alinhadas com o atual PEP do Serviço Social, “a qual concebida como mediação, encerra a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (AZEVEDO, 2019, p. 19).

É relevante enfatizar que a concepção de instrumentalidade adotada por Azevedo (2019) está fundamentada no conceito de Guerra *et al.* (2017). Sua análise também corrobora o pensamento de Iamamoto, no que concerne à compreensão do significado social da profissão e sua localização e funcionalidade na sociedade capitalista. Isso demonstra a preocupação da autora em embasar sua pesquisa teoricamente e aprofundar o debate acerca do papel do Serviço Social na instituição educacional em questão. Com essa abordagem crítica-dialética, busca-se compreender o contexto em que a(o) profissional se insere e a realização das ações profissionais diante das complexidades e desafios presentes na realidade escolar, levando em consideração as determinações sócio-históricas. As principais características da produção sobre a temática atravessam o questionamento da autora sobre a orientação teórica para o embasamento do exercício profissional. Através da análise das respostas obtidas, Azevedo (2019) sistematizou três principais tendências: a concepção teórica baseada em normativas, a concepção teórica baseada em referências da educação e a concepção teórica baseada na teoria social crítica marxista.

De acordo com a autora, grande parte das(os) profissionais baseia-se em referências teóricas da área da educação, o que é compreensível devido à necessidade de apreender conhe-

cimentos específicos para atender as demandas do espaço ocupacional, em virtude da ampla estrutura organizacional e temática da Política de Educação. No entanto, também se verifica um número significativo de profissionais que embasam sua atuação em autores consolidados do Serviço Social e de matriz marxista, como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Ney Luís Teixeira de Almeida, Karl Marx e Paulo Freire (AZEVEDO, 2019).

Entretanto, a autora ressalta a importância do diálogo entre teorias críticas e alerta sobre o risco do ecletismo teórico, que pode levar a interpretações enviesadas e desvios de função. Destaca-se que é fundamental que a(o) assistente social estabeleça os limites de sua atuação profissional com base na legislação vigente. “Para isso se concretizar é preciso ter clareza de suas prerrogativas exclusivas, que configuram identidade e funções privativas, que estão previstas na Lei de Regulamentação da Profissão (nº. 8.662/1993)” (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 29).

No que diz respeito à dimensão ética do exercício profissional e aos desafios enfrentados para cumpri-la e materializá-la no cotidiano laboral, destaca-se a importância do sigilo. Poucos foram os depoimentos que mencionaram explicitamente os princípios presentes no Código de Ética. Por outro lado, observou-se também na investigação que as(os) assistentes sociais entrevistadas(os) conhecem a legislação da área, citando o Código de Ética (1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), mas não mencionaram as diretrizes curriculares do Serviço Social (AZEVEDO, 2019).

Embora, de acordo com Azevedo, as(os) profissionais que não mencionaram as diretrizes curriculares como documentos norteadores do PEP não significa que esses princípios não sejam buscados e aplicados em suas ações cotidianas. Assim como as(os) assistentes sociais que apresentaram uma compreensão mais aprofundada da instrumentalidade, destacaram seu compromisso com abordagens críticas ao discutirem a contribuição do Serviço Social no fortalecimento da participação dos usuários nas decisões institucionais (Ibid., 2019).

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-político e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates neste campo sócio-ocupacional (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 35-36).

Em concordância com o exposto e observado na compreensão de Azevedo (2019), os limites e possibilidades ultrapassam a vontade própria do sujeito profissional e são reflexo das

determinações sociais do contexto mais amplo, como a exploração do trabalho, precarização e desvalorização da educação, características próprias do sistema capitalista.

Por conseguinte, a autora afirma em sua análise que, mesmo que o profissional não expresse explicitamente seu entendimento sobre a instrumentalidade, deixa evidente em suas ações a materialização do PEP através do exercício profissional, ancorado na viabilização dos direitos sociais e no incentivo à participação popular dos usuários nas decisões institucionais. Acrescenta ainda:

Desse modo, a instrumentalidade se apresenta no cotidiano profissional de forma contraditória, ora numa perspectiva rotineira, fragmentada e burocratizada, ora numa perspectiva emancipatória, através da garantia e incentivo à participação da população usuária nas decisões institucionais; no compromisso ético e no posicionamento profissional contra o policiamento dos comportamentos e em favor da liberdade dos usuários; no compromisso com uma educação de qualidade, na perspectiva de mobilizar meios para garantir o acesso e permanência dos usuários na escola; no combate à discriminação e todas as formas de preconceito de raça, gênero, orientação sexual, na perspectiva de valorização da diversidade e inclusão social; no atendimento às formas de violência evidenciadas no contexto escolar; na perspectiva de compromisso com o aprimoramento intelectual e com a qualificação profissional (AZEVEDO, 2019, p. 7).

A autora também faz um diagnóstico pertinente e de caráter crítico em relação à generalização das(os) profissionais que atuam na equipe multiprofissional (pedagogos, psicólogos, orientadores educacionais e assistentes sociais) como sendo “especialistas gerais em educação”. Embora esse enquadramento funcional e reconhecimento como profissionais da educação faça parte da equipe de Técnico em Assuntos Educacionais, tal caracterização abre margem para desvios de funções, como frequentemente relatado nos depoimentos das(os) profissionais da educação básica, conforme destacado por Azevedo (2019). Essa característica não se limita apenas ao nível de educação básica, mas também atravessa a educação superior e a modalidade da educação profissional e tecnológica.

Considerando esse aspecto, surge outro ponto relevante relacionado à “compreensão equivocada do Serviço Social” por parte dos gestores, também mencionada pelas profissionais. Esse pensamento influencia o direcionamento de demandas institucionais que extrapolam as atribuições e competências profissionais. Nesse contexto, Azevedo (2019) ressalta a importância da discussão sobre a instrumentalidade profissional, pois ela é construída historicamente na dinâmica da realidade objetiva e subjetiva dos sujeitos profissionais.

Neste âmbito, podemos perceber que na imagem social da profissão, bem como na sua autoimagem, há uma clara incorporação da noção (equivocada) de Serviço Social como Técnica Social ou Tecnologia (conjunto de técnicas)

destinada a solucionar problemas imediatos no sentido de administrar conflitos, adaptar indivíduos ao meio e construir a sociabilidade adequada às necessidades e interesses da ordem burguesa. Como dito, para tanto, a razão instrumental é insuficiente. Neste âmbito, conhecimentos e valores acabam subsumidos ao fazer imediato do assistente social, a que os torna reféns da razão instrumental (GUERRA, 2017, p. 71)(GUERRA *et al.*, 2017, p. 71).

Apreender o papel das determinações sócio-históricas, sociopolíticas, econômicas e culturais do lugar que o Serviço Social ocupa na dinâmica da sociedade capitalista contemporânea consiste em uma condição essencial para o desenvolvimento do exercício profissional. A inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, na estrutura sócio-ocupacional das Políticas Sociais, enquanto prestador de Serviços Sociais e na condição de profissional assalariado, constitui-se no espaço de mediações entre as classes sociais e o Estado, atribuindo ao exercício profissional um caráter político, ao mesmo tempo contraditório (GUERRA *et al.*, 2017).

A profissão é resultado dessas determinações estabelecidas pelas relações sociais e pela contradição própria do capitalismo e do antagonismo entre as classes, o que lhe confere significado e torna sua atuação necessária nessa dinâmica. A natureza contraditória presente nesse contexto perpassa os interesses da classe trabalhadora e abre espaço para a relativa autonomia no exercício da profissão, ora maior, ora retraída, exigindo do(a) profissional uma atuação de caráter político para responder às dinâmicas institucionais e às demandas dos trabalhadores, tendo como direcionamento de suas ações a afirmação e defesa dos interesses da classe trabalhadora. Para tanto, mobiliza os fundamentos, habilidades e procedimentos na realização do exercício profissional, alinhados com o Projeto Ético-Político do Serviço Social (GUERRA *et al.*, 2017).

Nesse contexto, Azevedo (2019) ressalta a importância de construir um projeto de trabalho embasado na matriz crítica-dialética, de modo que o exercício profissional não se limite a uma perspectiva individualista e não ignore a vinculação das questões sociais com o sistema capitalista. Nessa perspectiva, a instrumentalidade na realidade investigada não se restringe à razão instrumental, mas convive com ambas as racionalidades elucidadas por Guerra (2014), ou seja, o Serviço Social utiliza a razão instrumental, mas também busca uma abordagem dialética.

Diante da análise realizada na pesquisa de Azevedo (2019), constatamos, a partir da apreensão da autora, a importância das(os) assistentes sociais no ambiente escolar, com ênfase na atuação no enfrentamento das expressões da questão social e na contribuição para a concretização da transversalidade nos currículos e nos Projetos Pedagógicos das unidades escolares. Dessa forma, as(os) assistentes sociais que atuam na educação fortalecem um modelo

de escola democrática, em contraposição às práticas autoritárias, e incentivam a participação da comunidade no ambiente escolar.

Ao explorar as concepções teóricas adotadas pelos profissionais, a autora oferece um panorama amplo e enriquecedor sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação básica, contribuindo para o aprimoramento das ações a serem realizadas nesse campo e para a compreensão dos desafios e possibilidades dessa atuação.

ABREU *et al.* (2017), em sua pesquisa de doutoramento, discute o exercício profissional na Política de Educação Profissional e Tecnológica a partir do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A pesquisa buscou investigar as mediações que configuram o fazer profissional e constituem desafios para a materialização do PEP no Instituto Federal, sendo determinações que particularizam a atuação nesse espaço ocupacional.

A autora realiza uma caracterização da rede federal de ensino profissional e tecnológica, embasando-se em legislações, documentos, dados históricos e estatísticos para evidenciar as mudanças ocorridas nos institutos federais e a inserção do Serviço Social nesse espaço. A partir de 2003, com o governo Lula, houve uma significativa ampliação desse modelo de educação, com a criação de novos institutos em todo o país, especialmente em regiões do interior e, especialmente, no Nordeste. Essa expansão foi impulsionada pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e pela demanda por uma educação profissionalizante e tecnológica (ABREU *et al.*, 2017).

Em um contexto de desigualdade social e contratação de renda, o modelo de educação profissional e tecnológica é apresentado como uma forma de inclusão social. Os cursos oferecidos têm como foco o mercado de trabalho, buscando preparar os estudantes para a inserção no mundo do trabalho. A relação entre educação e trabalho marca esse formato de ensino, sendo guiado pela máxima “educação para o trabalho”. No entanto, a autora faz uma ressalva ao afirmar que esse modelo de educação está alinhado com o sistema capitalista, em que a formação está diretamente relacionada à organização do processo produtivo (ABREU *et al.*, 2017).

Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e conhecimentos de direitos sociais (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 19).

Dessa forma, a ampliação dos institutos federais representa um avanço em termos de acesso à educação, mas é fundamental questionar a lógica subjacente a esse modelo, que

contraditoriamente reproduz as desigualdades sociais e atende às demandas do mercado de trabalho em detrimento de uma formação mais ampla e crítica dos estudantes. O Serviço Social, ao atuar nesse contexto, deve refletir sobre seu papel na política de educação e sua contribuição para uma educação transformadora dos sujeitos inseridos nessa realidade. Nesse sentido, a tese evidencia a assistência estudantil como a principal demanda para o Serviço Social no instituto, seguida por atividades socioeducativas e acompanhamento de estudantes e seus familiares em situações diversas. Essas ações visam garantir o acesso à educação pública de qualidade para estudantes de baixa renda e contribuir para sua inclusão e permanência nas instituições.

Destacam-se as reflexões acerca das particularidades do trabalho de assistentes sociais no interior da política de educação profissional e tecnológica. Orientada a partir do perfil de assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação e das ações desenvolvidas pelo Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, bem como das possibilidades e desafios vivenciados no cotidiano institucional para a materialização do projeto profissional e seu fortalecimento (ABREU *et al.*, 2017). Essas reflexões são articuladas com as mudanças nas políticas sociais e as transformações societárias, fundamentadas no conceito de educação em sintonia com o projeto ético político da profissão, e, portanto, devem ser dotadas de significado político e vinculadas à perspectiva da classe trabalhadora (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014).

No que se refere à requisição das(os) profissionais para atuar nos institutos federais, junto à política de assistência estudantil, ABREU *et al.* (2017) aponta para o aspecto da atuação que ultrapassa o nível de execução da política. As(os) assistentes sociais são chamados também para atuar no planejamento e gestão dos programas, projetos e serviços referentes à assistência estudantil. No organograma institucional, é possível verificar um número expressivo de profissionais que exercem apenas a função de assistente social, enquanto pouco mais de 12% ocupam cargos de coordenação e chefia. Nesse último caso, acumulam as duas funções devido ao número reduzido de profissionais atuantes. Mesmo havendo a expansão da rede federal e maior inserção de assistentes sociais, o contingente de trabalhadores comparado ao alto número de estudantes é desproporcional, o que, à primeira vista, já caracteriza a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas(os) assistentes sociais.

A autora ressalta a relevância da capacitação profissional para instrumentalizar as(os) assistentes sociais e enfatiza a importância de sistematizar o exercício profissional como uma ação cotidiana. A pesquisa de ABREU *et al.* (2017) constata as dificuldades enfrentadas pelas(os)

assistentes sociais no cotidiano de trabalho, que foram sistematizadas em três partes: contradição entre os princípios do PEP e as ideias neoliberais, correlação de forças nas relações institucionais e comprometimento das condições de trabalho devido à “assistencialização” da Política de Educação.

Devido ao agravamento da questão social, o ambiente escolar enfrenta a intensificação das expressões da questão social, conforme enfatiza ABREU *et al.* (2017, p. 156): “[...] verifica-se na contemporaneidade o acirramento do preconceito contra as minorias, a cultura do ódio, o tráfico e o uso de drogas, a violência indiscriminada, entre outros fatores, aos quais as pessoas estão expostas diariamente”. Nesse quadro social conflitante, revela-se a importância do Serviço Social na luta pela ampliação e consolidação de direitos em prol da classe trabalhadora e sua contribuição para a assistência estudantil e enfrentamento das expressões da questão social no contexto educacional.

A atuação direcionada para garantia da gestão democrática e da qualidade no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, evidenciando sua sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014, p. 38).

A autora ressalta a importância da articulação do Serviço Social com outros profissionais e categorias que compartilham dos princípios do PEP. Essa interlocução tem sido bem-sucedida na maioria dos casos nos Institutos Federais, o que fortalece a atuação do Serviço Social e facilita a construção de ações conjuntas em prol dos direitos e necessidades dos usuários atendidos. O reconhecimento do papel interventivo do assistente social é crucial para uma prática profissional comprometida com a transformação social (ABREU *et al.*, 2017).

Portanto, revisitar continuamente os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos contribui para a construção de uma forma de ser profissional coerente com o projeto profissional. Desse modo, pode instrumentalizar os profissionais para tentar superar os desafios cotidianos, podendo contribuir para a compreensão das contradições e da correlação de forças que caracterizam o espaço institucional e propor ações que busquem a superação de limites que são postos no dia a dia. De acordo com os dados levantados há um movimento da categoria na busca dessa capacitação, assim como no esforço em sistematizar o trabalho profissional (ABREU *et al.*, 2017, p. 249).

Destarte, a revisitação aos fundamentos proposta por ABREU *et al.* (2017) viabiliza ao profissional apreender o significado social da profissão na sociedade capitalista. Para tanto, faz-se necessário resgatar a compreensão da lógica da reprodução do capital, do antagonismo entre as classes e das contradições presentes nessa relação, a fim de situar o Serviço Social na

reprodução das relações sociais, em que a(o) profissional integra um processo de trabalho maior. Assim, será possível entender as contradições das propostas de trabalho que chegam às e aos assistentes sociais e oferecer respostas favoráveis ao público atendido, nesse caso específico, à comunidade estudantil.

A sistematização do trabalho aparece como uma ferramenta essencial para a reflexão do exercício profissional e o enfrentamento dos desafios que emergem no cotidiano. Ela simboliza que o conjunto de profissionais atuantes na política de educação profissional e tecnológica está comprometido em contribuir para propiciar ações coerentes com o projeto profissional, buscando capacitação continuada na área da educação. A pesquisa de dissertação realizada por Nascimento (2017) investigou a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). O estudo se concentra na Educação Profissional e Tecnológica, buscando evidenciar o exercício profissional na política de educação e destacar a realidade laboral no IFRN, apontando desafios, limites e possibilidades para a concretização do PEP no instituto.

Como mencionado anteriormente, a preocupação que mobiliza a pesquisa em questão é também a viabilidade que as(os) profissionais encontram para a materialização no exercício da profissão do PEP. Nessa pesquisa, verificamos que a autora corrobora com o pensamento de (GUERRA *et al.*, 2017) e sinaliza de forma crítica o desmembramento das dimensões profissionais em favorecimento da dimensão técnico-operativa.

Nascimento (2017) enfatiza que o conjunto das(os) profissionais participantes da pesquisa destaca a compreensão de que o PEP é resultado de um processo histórico, e que o amadurecimento do Serviço Social ao longo de sua trajetória contribuiu para coibir as velhas práticas conservadoras, avançando para uma postura crítica e reflexiva da sociedade capitalista e do projeto profissional, que assume estar em defesa da classe trabalhadora.

As principais inquietações da pesquisa estão relacionadas à materialização do PEP do Serviço Social na instituição. A autora procura identificar as exigências impostas ao Serviço Social no IFRN e como essas exigências interferem na concretização do PEP. Além disso, questiona os desafios e limites enfrentados para materializar o PEP na instituição. Nascimento (2017) aborda os desafios que o projeto ético-político do Serviço Social enfrenta para manter sua hegemonia no âmbito da categoria profissional, considerando o cenário atual e as demandas da sociedade. A investigação destaca as assistentes sociais atuando nas expressões da Questão Social que limitam ou interferem no processo de ensino-aprendizagem no contexto contraditório

da sociedade capitalista. Conforme o estudo realizado por Nascimento (2017), as(os) assistentes sociais entrevistadas(os) apontaram diversas dificuldades em seu cotidiano de trabalho no IFRN.

Entre os desafios mencionados estão o excesso de burocracia, relacionado diretamente à função gerencial das políticas sociais no contexto de acumulação do capital e aos rebatimentos no perfil profissional, além das condições precárias de trabalho, que consistem na falta de recursos adequados para o atendimento individual e no reduzido número de profissionais tanto do Serviço Social como de outras áreas. Também foi evidenciada a ausência de uma posição madura do Serviço Social em relação ao seu papel na instituição, bem como a supervalorização da dimensão técnica do trabalho em detrimento de outras abordagens. Portanto, realizar ações que superem o imediatismo e o pragmatismo nas ações cotidianas se faz necessário para que se distanciem da postura conservadora, ou como salienta Nascimento (2017), se diferenciem das práticas realizadas por leigos.

Uma vez que, embora seja no cotidiano que predominam as demandas imediatas oriundas do particular-individual dos sujeitos, é também no cotidiano que se encontra a mediação necessária para a superação dessa dimensão particular-individual e o alcance da dimensão humano-genérica que, no caso específico da profissão, encontra no projeto ético-político e sua orientação social os elementos necessários para a superação das posturas imediatas e pragmáticas (NASCIMENTO, 2017, p. 119).

Quanto às estratégias para potencializar a materialização dos valores do projeto profissional no Instituto, a autora destaca a importância da sistematização da experiência e da pesquisa no interior da categoria, para que nessa dinâmica a(o) profissional ultrapasse a aparência imediata que o fenômeno apresenta em seu primeiro momento, como uma verdade absoluta, e acabe não chegando na sua essência (NASCIMENTO, 2017). Nessa perspectiva, a adoção da teoria social crítica como corrente de pensamento e método de apreensão da realidade provoca consciência crítica e reflexiva no olhar para a realidade social (BAPTISTA, 1992).

Outras estratégias foram apontadas, como uma maior e mais encorpada luta pelos direitos profissionais, garantia das 30 horas semanais, realização de concurso público visando à contratação de mais profissionais para a área da educação, ponto este que colaboraria com uma melhoria nas condições de trabalho, reduzindo a sobrecarga de trabalho e resultando em um trabalho com mais qualidade.

Nesse sentido, ficou constatado que quase a totalidade dos sujeitos entrevistados/as consegue visualizar uma relação evidente entre sua atuação cotidiana e os instrumentos legais que regulam a profissão, com ênfase para a utilização desses instrumentos como estratégia para assegurar as condições de sigilo e a relativa autonomia profissional (NASCIMENTO, 2017, p. 130).

Apesar das dificuldades apontadas, a autora destaca os avanços alcançados pelas(os) assistentes sociais do instituto, como a criação de grupos de trabalho, participação em eventos da categoria, como o CBAS e o Encontro Nacional de Pesquisadores Em Serviço Social (ENPESS), bem como a contribuição para a produção de conhecimento com a publicação de trabalhos científicos.

Nessa direção, Nascimento (2017) indica a criação do projeto profissional na instituição, que supere a ideia de manual, uma vez que “[...] sintetiza em si as possibilidades e limites colocados ao profissional, iluminando uma constante avaliação da eficácia dos instrumentos, técnicas e conhecimentos necessários para se alcançar as metas estabelecidas pelo profissional e em consonância com o projeto ético-político da categoria” (Ibid, 2017, p. 126).

É, portanto, possível perceber a materialização do projeto profissional a partir dos princípios que norteiam o código de ética, que visa a garantia dos direitos e, especificamente, o exercício profissional no IF por ter uma concentração nos processos de seleção, vinculados aos programas de assistência estudantil e a concessão de serviços e benefícios, visando a garantia do acesso e permanência das(os) estudantes na instituição. Quanto ao princípio dos compromissos com a qualidade dos serviços prestados, destaca-se nas entrevistas a busca pela educação permanente, que vem se configurando como uma necessidade não apenas do Serviço Social, mas, em particular, como uma forte tendência do exercício profissional na área da Educação (NASCIMENTO, 2017).

Em conclusão, a relação entre as possibilidades e limites do exercício profissional destaca a importância de uma avaliação constante da eficácia dos instrumentos, técnicas e conhecimentos utilizados pelo profissional. Essa análise deve estar alinhada com as metas estabelecidas pelo profissional e com o projeto ético-político da categoria do Serviço Social. Assim, é necessário refletir sobre como os recursos disponíveis são utilizados para atingir os objetivos propostos, tendo em vista os princípios e valores éticos da profissão. Essa constante avaliação é fundamental para aprimorar a atuação da(o) assistente social e garantir que suas ações estejam coerentes com os princípios que norteiam a profissão.

Souza (2016) realizou sua pesquisa de mestrado na Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) com o objetivo de analisar a dimensão educativa no exercício profissional do Serviço Social, especialmente voltada para a assistência estudantil. Tendo em vista compreender a particularidade das ações pedagógico-interventivas voltadas ao atendimento dos discentes, que tem como parâmetro para atuação a Política de Assistência Estudantil, que é

a maior demanda das(os) assistentes sociais na educação superior, assim como na educação profissional tecnológica.

A discussão empreendida pela autora está localizada na Educação Superior pública, com ênfase nas análises do Programa de Assistência ao Estudante, destacando o contexto de contrarreforma e as contradições presentes nas políticas sociais que atendem, sobremaneira, as demandas do capital. A autora critica o caráter de mercantilização da Política de Educação e define como “democratização disfarçada com o pano de fundo das ações de assistência estudantil” (SOUZA, 2016).

A privatização do ensino é uma estratégia da burguesia para impedir que as classes populares, mais pobres, tenham o que a Constituição lhes garante: ensino, educação. Faz parte dessa estratégia geral do regime burocrático-militar-industrial-burguês atrelar a educação à máquina do desenvolvimento, sem investir nela (GADOTTI, 2005)(GADOTTI, 1984, p.127, itálico nosso).

Portanto, a dissertação destaca um contexto que envolve a relação entre a expansão da educação superior e os interesses econômicos do capitalismo, ao mesmo tempo em que aponta a crescente inserção da(o) assistente social na área da educação superior, especialmente na assistência estudantil, como parte desse processo de expansão, enfatizando a importância de uma educação que promova a formação crítica do indivíduo.

A pesquisa problematiza a dimensão educativa do exercício profissional, buscando compreender como as(os) assistentes sociais materializam essa dimensão em suas ações junto aos estudantes. Considerando que a dimensão educativa tem como característica influenciar no modo de agir e pensar dos indivíduos, ela compreende uma dimensão da atuação profissional que, articulada ao conjunto de competências específicas, revela-se em ações profissionais (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014). Nesse sentido, Souza (2016) acrescenta que, mesmo que de forma não evidente, essa dimensão está presente na realização do exercício profissional.

A dimensão educativa é um mecanismo político-ideológico que pode contribuir tanto para reproduzir a condição subalternidade quanto para a emancipação humana e política. Nesse sentido, a concretização de práticas educativas pelos assistentes sociais pode vincular-se a diferentes projetos profissionais e societários (SOUZA, 2016, p. 152).

Na contramão dessa tendência, é possível observar que, mesmo diante das características seletivas e focalistas inerentes às Políticas Sociais, considerando seu caráter contraditório, temos avanços no tripé acesso, permanência e êxito, ao visualizarmos os filhos e filhas da classe trabalhadora ocupando os bancos das universidades públicas brasileiras e modificando a “cara” dessas instituições de ensino.

A história recente da educação superior pública do Brasil revela mudanças significativas no perfil dos estudantes das universidades federais e estaduais. Nos últimos anos, houve um aumento progressivo da inclusão de estudantes oriundos das classes sociais mais baixas acessando os espaços de formação superior, correspondendo ao processo de expansão tanto das universidades como do acesso dos filhos e filhas da classe trabalhadora ao ensino superior. Paralelamente a esse crescimento no acesso, as disputas e lutas pela garantia da permanência dessa parcela de estudantes vêm se intensificando diuturnamente.

Souza (2016) apreende o instrumental técnico da dimensão educativa do exercício profissional como aliado no processo de ruptura com a lógica institucional para garantir direitos. Convida-nos a pensar o aspecto da operacionalização do Serviço Social na assistência estudantil por meio das práticas educativas, avaliando-a como condição para a consolidação do projeto emancipatório.

Por isso, entendemos que buscar caminhos reais para configurar uma educação que viabilize a perspectiva de formação para emancipação humana se faz necessário, como aponta Mészáros (2008, p. 76): “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”. Essa concepção ideológica caminha paralelamente ao compromisso assumido pela categoria profissional de “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012, p. 24). Em outras palavras, a tarefa é de responsabilidade de toda a comunidade educacional contribuir para promover a formação do cidadão histórico crítico.

O exercício profissional de assistentes sociais que pensam na qualidade do atendimento de seus usuários é perpassado por desafios e potencialidades. Deve ser condutor no processo de superação da imagem da profissão ser limitada apenas aos procedimentos técnicos e burocráticos relacionados às necessidades dos estudantes atendidos no programa de assistência estudantil.

A autora aponta em sua pesquisa a perspectiva da dimensão educativa como um instrumento que pode favorecer os processos de ruptura com a lógica estabelecida na instituição e garantir direitos (SOUZA, 2016). Essa ideia nos conduz à discussão das diferentes facetas do Serviço Social, nos remetendo às influências que moldam a profissão. Partimos do princípio de que o exercício profissional das(os) assistentes sociais é impactado tanto por fatores estruturais quanto por elementos conjunturais. Os profissionais respondem a essas influências por meio de

um conjunto de dimensões interligadas: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão ético-política e a dimensão técnico-operativa. Em outras palavras, essas dimensões constituem uma “síntese das várias determinações” (p. 49) e, devido à sua diversidade, revelam a riqueza e a amplitude da trajetória histórica da profissão, bem como sua relevância no contexto da ordem burguesa. Ao mesmo tempo, elas representam a forma de ser do Serviço Social, concretizando-se no cotidiano profissional (GUERRA *et al.*, 2017).

Dessa forma, as dimensões que configuram o Serviço Social e se materializam no exercício profissional estabelecem uma relação interativa entre si, podendo, em determinadas situações, haver um predomínio de uma dimensão sobre as outras. Nesse caso específico, Guerra *et al.* (2017) destaca a dimensão técnico-operativa. Além disso, essas dimensões têm a capacidade de se aperfeiçoar e se complexificar diante da realidade complexa em que as(os) assistentes sociais estão inseridos(as), considerando as expressões da questão social e o caráter antagônico próprio da sociabilidade capitalista (GUERRA *et al.*, 2017). É a partir dessa correlação entre as múltiplas determinações e as mediações que envolvem o exercício profissional que as(os) profissionais são capazes de oferecer respostas qualificadas às diversas demandas que lhes são dirigidas. As dimensões revelam e imprimem as tensões presentes no direcionamento que se propõe e nas ações que são realizadas pelos(as) profissionais do Serviço Social.

O (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2014) enfatiza a discussão no campo da dimensão pedagógica interventiva, destacando as possibilidades e limites que ela impõe. Essa dimensão traz características ao exercício profissional e atribui significado à atuação na área da educação, baseando-se em elementos que justificam a inserção de assistentes sociais nessa área. No entanto, o CFESS também destaca as tensões presentes nessa dimensão, tornando essencial que a(o) profissional se aproprie das possibilidades de atuação e reconheça a importância de estabelecer uma articulação entre as diversas dimensões que particularizam o exercício profissional.

Em outras palavras, ao considerar a dimensão educativa como um mecanismo ideológico e político, Souza (2016) ressalta que ela está intrinsecamente relacionada à dimensão ético-política. Esse vínculo com a ética e a política configura-se como um instrumento de mobilização, permitindo que a(o) profissional dê forma ao agir e pensar em relação à dimensão educativa. Seja nas ações profissionais de acompanhamento, acolhimento, encaminhamento ou outras que possam ser consideradas auxiliares ao processo educativo, todas cumprem uma função educativa, alinhada à função social da profissão (SANTOS, 2020). Os desafios que os

profissionais enfrentam estão frequentemente relacionados aos processos de precarização do trabalho e às barreiras burocráticas que são impostas a eles. Estes são processos que não permitem uma exploração mais profunda das questões e, conseqüentemente, afetam as ações profissionais. No entanto, não devemos atribuir a culpa ao profissional por essa lógica contraditória, da qual ele também é vítima, e que afeta o exercício de sua profissão.

Nesse contexto, esta pesquisa aborda a relevância e a abrangência da dimensão educativa na atuação do assistente social no ensino superior. Ela ressalta a importância de promover a reflexão sobre os modos de agir e o pensamento crítico para conscientizar os estudantes. Além disso, enfatiza a responsabilidade do profissional em lidar com questões sociais mais amplas e estruturais.

A dimensão educativa é vista como uma maneira de fortalecer o trabalho crítico e criativo, destacando a garantia de direitos por meio de práticas educativas que estimulem mudanças e reflexões. Conforme Souza (2016, p. 16-17) afirma, a dimensão educativa é uma das possibilidades de “reforçar o trabalho crítico e criativo, na medida em que realça a perspectiva da garantia de direitos, através de práticas educativas que provoquem mudanças e reflexões, baseadas nos princípios ético-políticos da profissão[...]”. Resumindo, a pesquisa de Souza (2016) destaca a importância da dimensão educativa no exercício profissional do Serviço Social, especialmente na assistência estudantil, como uma ferramenta crucial que se articula com outras dimensões em direção ao projeto profissional. No entanto, essa dimensão enfrenta desafios em relação à imagem da profissão, muitas vezes reduzida a procedimentos técnicos e burocráticos. Isso é reflexo da dinâmica em que uma dimensão é favorecida em detrimento das outras. A dimensão educativa é essencial para promover a formação dos indivíduos a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva.

Embora a dimensão técnico-operativa possa se destacar em relação às outras ou até mesmo predominar em momentos específicos, ela está enraizada em fundamentos socioeconômicos e políticos. No entanto, não deve ser considerada isoladamente, pois é insuficiente para que a(o) assistente social ofereça respostas qualificadas à realidade social. Em sua estrutura, essa dimensão está intrinsecamente ligada à dimensão ético-política, enquanto também é influenciada pela dimensão político-ideológica (GUERRA *et al.*, 2017). Portanto, é fundamental entender que, embora uma dimensão possa se sobressair ou predominar em certos momentos, todas essas dimensões estão interconectadas por fundamentos teóricos. Isso capacita a(o) profissional a compreender os limites e as possibilidades “[...] não como algo interno ou inerente ao exercí-

cio profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social” (GUERRA *et al.*, 2017, p. 50)(itálico nosso). Isso indica a necessidade de uma articulação entre as diversas dimensões, incluindo as investigativas e formativas, para formar uma unidade coesa dentro da multiplicidade que caracteriza as diversas dimensões profissionais.

Com estas reflexões, pretendeu-se demonstrar que o exercício profissional configura-se pela articulação de dimensões e se realiza sob condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade de a profissão responder às demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pela correlação de forças sociais que expressam os diversos projetos de sociedade e se refratam nos projetos profissionais (GUERRA *et al.*, 2017, p. 68).

No âmbito educacional atual, a(o) assistente social desempenha suas funções com um compromisso fundamentado nos pilares teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental. Sua atuação é guiada pela perspectiva crítica de emancipação política do indivíduo e pela defesa intransigente dos direitos humanos (CARVALHO; SILVA, 2005). Nesse contexto, o profissional participa ativamente no processo de formulação e implementação das Políticas Sociais, trabalhando de forma interdisciplinar em colaboração com uma equipe multidisciplinar. Ele reconhece sua relevância nesse espaço e assume uma postura em prol da equidade e justiça social, com o objetivo de assegurar o acesso universal a bens e serviços, além de promover a gestão democrática (Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012).

As publicações centradas nesse tema abordam a profissão de maneira crítica, abrangendo sua relevância histórica e seu papel na sociedade burguesa, bem como sua funcionalidade. Essas discussões direcionam-se para a compreensão da instrumentalidade do Serviço Social na Educação, enfocando a interligação das dimensões profissionais diante das mediações que moldam o exercício da profissão. Ao mesmo tempo, tais discussões apresentam desafios para a concretização do projeto ético-político. Esses aspectos também delineiam a atuação das(os) assistentes sociais em diversos contextos educacionais. Ainda que haja diferentes abordagens dentro do campo educacional, as publicações estão alinhadas à referência do PEP na análise da prática profissional.

Dessa forma, essas publicações oferecem valiosas contribuições para o debate nesse campo. Ao discutirem o Serviço Social e a política educacional, elas analisam dinâmicas relevantes da sociedade capitalista, identificando diferentes projetos de classe que estão em disputa nesse âmbito educativo. Essa abordagem enriquece a compreensão da atuação das(os) assistentes sociais nesse cenário complexo e dinâmico, proporcionando uma reflexão mais

profunda sobre as possibilidades e desafios enfrentados pelas(os) profissionais nesse contexto específico. Isso, por sua vez, fortalece a produção de conhecimento na área.

4.2.5 Panorama da Produção Científica em Serviço Social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação

A seleção das Dissertações de mestrado e Teses de doutorado provenientes da Pós-Graduação em Serviço Social, publicadas entre os anos de 2015 a 2020 e que abordam o objeto de estudo referente ao exercício profissional de assistentes sociais na educação, apresentou resultados de pesquisas empíricas abrangentes em termos temáticos. Esses resultados contribuem para a formação de um vasto conteúdo, enriquecendo o acervo bibliográfico sobre o Serviço Social na Educação.

A pesquisa empírica é fundamental para a investigação de determinada realidade social e, quando a apreensão teórica é articulada, com categorias que vão além do imediato, tornou-se essencial para desvelar o oculto. A pesquisa deve ir além de uma visão fenomênica do “fato social” e apreender a realidade em sua constituição sócio-histórica (LARA, 2011, p. 193).

Na apresentação da Tabela 10, referente aos eixos temáticos, conduzimos uma análise fundamentada nas argumentações dos autores, relacionando as questões abordadas com nossa própria perspectiva sobre o assunto, respaldada por referenciais teóricos, documentos e bases legais que se relacionam com o Serviço Social na Educação. Destacamos as contribuições dessas produções para as(os) assistentes sociais atuantes nesse campo.

Tabela 10 – Eixos temáticos distribuídos por programas.

Eixo Temático	Universidades	Número de produções	Programa			
			PPGSS	MASS	PPGPP	PPGSSDS
Política de educação básica	UEPB/UFPE	02	02	-	-	-
Política de educação especial	UFPB	01	01	-	-	-
Política de assistência estudantil	UFPE/UECE/UFS	03	02	-	01	-
Dimensões profissionais	UFRN/UFMA/UERN/UFPB	03	02	01	01	-
Total de produções		10	07	01	01	01

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A tabela sintetiza a representação da produção científica em Serviço Social sobre o exercício profissional de assistentes sociais na Educação. As 10 publicações selecionadas para análise de dissertações compreenderam um período de estudo entre os anos de 2015 e 2020, originadas de três Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Essas produções foram distribuídas e analisadas em quatro eixos temáticos.

No período de 2015 a 2020, o PPGSS apresentou o maior volume de estudos, totalizando sete dissertações distribuídas nos quatro eixos temáticos seguintes: Atuação de assistentes sociais na política de educação básica (02 dissertações); política de educação especial e serviço social (01 dissertação); política da assistência estudantil e serviço social (02 dissertações); Dimensões profissionais e a direção ético-política no exercício profissional na educação (03 dissertações). O MASS contribuiu com uma dissertação no eixo Política da assistência estudantil e serviço social (01 dissertação). Além disso, o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas disponibilizou uma tese relacionada ao eixo Dimensões profissionais e a direção ético-política no exercício profissional na educação (01 tese) e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (01 dissertação).

Em relação ao tratamento do exercício profissional na educação, as produções se fundamentam na perspectiva crítica do Serviço Social, que serve como referencial teórico-metodológico para reconhecer o exercício profissional como trabalho e para compreender a inserção do Serviço Social na execução das Políticas Sociais. As expressões “exercício profissional”, “atuação profissional”, “prática profissional”, “fazer profissional” e “trabalho profissional” são comuns e são utilizadas de maneira coerente com a evolução histórica da profissão. A análise da concepção de exercício profissional segue a compreensão da “prática profissional” como trabalho e a inscrição do exercício profissional no processo de trabalho, conforme Iamamoto (2009).

O exercício profissional é contextualizado dentro da política de educação, considerando tanto as transformações societárias que afetam a educação quanto a concepção ampliada da educação, respeitando sua diversidade temática e estrutural. Dentro dessa complexidade, emergem expressões da questão social, objeto de intervenção profissional, que permeiam as demandas enfrentadas pelas(os) assistentes sociais nesse campo. Essas(es) profissionais enfrentam desafios, limitações e possibilidades na condução de seu exercício, para lidar com as demandas sociais influenciadas tanto pela natureza da formação social brasileira quanto pelas diretrizes do capital, que impõem exigências educacionais em todos os níveis e modalidades, indo além das intenções

profissionais para atender as demandas das(os) estudantes e reforçar seus direitos.

Resumidamente, esses estudos evidenciaram aspectos que ressaltam a importância da atuação profissional inserida na Política de Educação. A partir das contribuições dos autores sobre os tópicos atuais refletidos na produção e conectados aos aspectos comuns do exercício profissional em todos os eixos temáticos, podemos fazer generalizações e apresentar uma visão geral das principais tendências e perspectivas da produção científica de teses e dissertações sobre o exercício profissional de assistentes sociais nos espaços da Educação. Por meio da representação gráfica em formato word cloud nuvem de palavras, que visualiza a frequência das palavras em um texto, podemos destacar na Nuvem de Palavras (Figura 7) as tendências e perspectivas mais abrangentes da produção sobre o exercício profissional na educação:

Figura 7 – Nuvem de palavras.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

- A inserção das(os) assistentes sociais na Política de Educação remonta aos primeiros anos da profissão, mas sua maior incidência ocorre a partir da década de 1990, em resposta às transformações societárias que afetam as políticas educacionais como direito social, juntamente com a expansão do ensino superior e técnico-profissional e a aprovação da Lei 13.935 de 2019, amplia o cenário de atuação profissional, especialmente no âmbito da educação básica e suas modalidades;

- A atuação profissional no sistema de acesso e permanência das(os) estudantes, vinculados à Política de Assistência Estudantil, é a principal requisição para as(os) assistentes sociais e a maior demanda de trabalho;
- Na Política de Educação, a(o) assistente social assume uma postura política em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social e contribui para a efetivação dos direitos estudantis, envolvendo-se em movimentos que lutam pela garantia do direito à educação;
- Devido à natureza da profissão como uma especialização do trabalho coletivo, as(os) assistentes sociais desempenham um papel integrante nas equipes multidisciplinares e interdisciplinares na Política de Educação, colaborando com profissionais das áreas de pedagogia e psicologia;
- Há uma recorrência de atividades burocráticas no cotidiano de trabalho na Política de Educação, especialmente na atuação das(os) assistentes sociais na Política de Assistência Estudantil;
- Apesar dos avanços na educação, observa-se um número limitado de profissionais atuando na Política de Educação, indicando que a expansão do acesso ao sistema de ensino não necessariamente implica em qualidade e não considera a ampliação adequada do quadro profissional;
- A concretização do Projeto Ético-Político emerge como um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais na Política de Educação;
- A principal demanda das(os) assistentes sociais atuantes na Política de Educação é a capacitação profissional na área. A formação continuada é vista como uma maneira de instrumentalizar as(os) profissionais para lidar com as demandas direcionadas a elas(es).

É evidente que as tendências e perspectivas refletidas na produção estão alinhadas com a realidade profissional que a categoria já reconhece e aborda. Isso nos permite estabelecer uma relação entre teoria e prática, onde a base teórica do Serviço Social proporciona subsídios para análises críticas mais profundas da realidade social que as(os) profissionais enfrentam, resultando em práticas reflexivas no exercício profissional.

Com base nisso, concluímos que a produção de conhecimento na área do exercício profissional na educação indica tendências como: investigações do exercício profissional a partir de níveis ou modalidades específicas da educação, considerando a abrangência temática, organizacional e estrutural da Política de Educação, sem perder de vista a compreensão universal; análises do exercício profissional na operacionalização da política de assistência estudantil e no

atendimento das necessidades estudantis em todos os níveis e modalidades da educação; a realização do exercício profissional em conformidade com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, evidenciando seu caráter político e compromisso com a efetivação dos direitos sociais; uma busca por interpretar o exercício profissional à luz da instrumentalidade, revelando um interesse sutil pelos fundamentos e pela percepção da materialização das dimensões do Serviço Social nas ações profissionais. O destaque na produção recai sobre a demanda das(os) profissionais atuantes na educação por programas de capacitação, lançando um apelo ao conjunto CFESS/CRESS e a grupos de estudos e pesquisa na área do Serviço Social na educação para a criação de espaços de formação e discussão do exercício profissional na Política de Educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação estabelecida entre o Serviço Social e a tradição marxista constitui um produto histórico de extrema relevância para o debate acerca da produção de conhecimento. À medida que essa interlocução se estabelece, proporciona ao Serviço Social a oportunidade de assumir o papel de produtor de conhecimento, legitimado e reconhecido no campo das Ciências Sociais. Portanto, o cerne desta discussão reside em destacar os principais elementos que moldam a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Essa aproximação com a perspectiva crítica do conhecimento social desencadeia uma transformação no pensamento profissional, gerando repercussões significativas no processo de construção do conhecimento em matéria de Serviço Social.

A produção de conhecimento em Serviço Social abrange uma trajetória ampla que se reflete nas mais diversas áreas de atuação profissional, abordando temas de abrangência social significativa, como políticas sociais, saúde, assistência social, educação, movimentos sociais, questões de raça, classe, diversidade de gênero e geração, entre outros. Essa abordagem extensa acompanha a crescente inserção profissional na dinâmica social.

A pós-graduação em Serviço Social no Brasil, estabelecida na década de 1970, possui mais de 50 anos de história. A reflexão empreendida neste estudo ressalta a importância fundamental dos Programas de Pós-graduação na construção do conhecimento na área, por meio das contribuições de dissertações, teses e projetos de pesquisa. A pesquisa desempenha um papel crucial na consolidação do Serviço Social como um campo de produção científica.

A análise apresentada neste trabalho nos conduz à compreensão de que a produção de conhecimento em Serviço Social se fundamenta em um tripé que o consolida: o exercício profissional, a pesquisa e a Pós-graduação. É crucial ressaltar que a amplitude dessa discussão é demonstrada por meio de diversas iniciativas promovidas pela entidade representativa da profissão, na figura do conjunto CFESS/CRESS e pela entidade acadêmico científica a ABEPSS, que englobam livros, pesquisas, comissões, eventos temáticos e outros fóruns de debate que visam destacar a produção de conhecimento na área.

Nesse contexto, surge a oportunidade de analisar especificamente a produção no âmbito do Serviço Social na Educação, mais precisamente sobre o tema do exercício profissional na política de educação. A presença de assistentes sociais no espaço educacional remonta à década de 1940, e a investigação desse conhecimento contribui para sua divulgação e fortalecimento desse espaço ocupacional. Além disso, oferece uma visão abrangente sobre os temas de interesse

profissional nas investigações do exercício profissional.

A produção científica de dissertações e teses da Pós-Graduação em Serviço Social, voltada para o exercício profissional de assistentes sociais na Educação nos últimos anos, oferece uma contribuição dupla. Em primeiro lugar, gera conhecimento sobre o trabalho profissional, destacando demandas, limitações, possibilidades e a articulação das dimensões do Serviço Social com o projeto ético-político da profissão. Em segundo lugar, fornece subsídios para a atuação profissional em diversos níveis e modalidades da política de Educação, bem como proporciona uma análise crítica sobre o trabalho profissional inserido na lógica capitalista. As autoras e autores destacam as determinações que envolvem esse contexto sobre a dinâmica das(os) assistentes sociais no cotidiano de trabalho.

As discussões que vêm sendo formuladas sobre o exercício profissional na educação puderam ser apreendidas a partir de três pontos de acesso, que definimos a partir das considerações que as(os) autoras e autores fizeram sobre o assunto em questão:

1. A atuação profissional associada ao acúmulo teórico do Serviço Social junto às Políticas Sociais legitima o campo da Educação como espaço ocupacional de assistentes sociais;
2. A aproximação com a área da Educação desde os anos iniciais da profissão, atrelada à requisição profissional para atuar na operacionalização das políticas educacionais, guarda os elementos do processo de consolidação do Serviço Social na educação;
3. A particularidade das experiências profissionais na Política de Educação, considerando a diversidade temática e organizacional em níveis e modalidades.

As produções recuperam o trabalho de assistentes sociais a partir de várias dimensões da cultura profissional na Política de Educação, acompanhamento das(os) estudantes, família e comunidade educacional; assistência estudantil; estudo socioeconômico, visita domiciliar, atendimento individual, trabalho em grupo, entre outros meios de trabalho disponíveis para responder as demandas sociais.

Destacam-se nas análises das pesquisas que as(os) assistentes sociais que atuam na Política de Educação realizam ações que estão alinhadas com a direção política do Código de Ética do Serviço Social. Elas(es) têm como perspectiva o fortalecimento, a defesa e a viabilização dos direitos sociais e serviços sociais específicos para a demanda estudantil. Isso abrange direitos como acesso à educação pública e de qualidade em todos os níveis de ensino, a promoção da permanência e do sucesso escolar, a inclusão na educação especial, a educação em tempo integral, o acesso ao ensino superior público e técnico para qualificação profissional, o que, por sua vez,

possibilita a entrada no mercado de trabalho e incentiva o desenvolvimento do sujeito histórico crítico.

As reflexões concentram-se no exercício profissional inserido na Política de Educação. Elas buscam compreender, a partir de várias abordagens, a atuação das(os) assistentes sociais. Destacamos os principais temas de interesse, as tendências do exercício profissional nas escolas de educação básica, as demandas e requisitos para a atuação de assistentes sociais em escolas de educação em tempo integral, a contribuição do exercício profissional na educação básica, a defesa dos direitos estudantis e sociais em todos os níveis e modalidades educacionais, o papel do Serviço Social na educação especial, a atuação das(os) assistentes sociais na assistência estudantil, as particularidades do exercício profissional na política de assistência estudantil, os desafios para a concretização do projeto ético-político do Serviço Social, a instrumentalidade do Serviço Social na Educação, e a aplicação das dimensões do Serviço Social no exercício profissional na educação.

Embora a produção acadêmica quantitativa na área do Serviço Social na Educação seja modesta, é notório um potencial de crescimento nos últimos anos. Quando consideramos a perspectiva qualitativa, essas produções oferecem fundamentação teórica sólida, ancorada no pensamento crítico característico da profissão. Além disso, elas apresentam uma variedade de perspectivas sobre as investigações do exercício profissional na área da educação.

Observa-se que essa área tem grande potencial, no entanto, é necessário um maior investimento por parte das agências de fomento à pesquisa para incentivar o desenvolvimento de estudos na área do Serviço Social na Educação. Foi possível observar que, dentre as produções analisadas, apenas uma pesquisa recebeu financiamento de uma agência de fomento, o que demonstra um baixo interesse dessas instituições reguladoras de pesquisa nessa área. Um maior envolvimento da Pós-graduação nesse tema, que oferece ricas possibilidades para o trabalho profissional, deve ser incentivado por meio de grupos de pesquisa e estudos no âmbito acadêmico, bem como através das comissões do conjunto CFESS/CRESS. É notável que esse campo está em expansão devido à sua ampla estrutura e à crescente viabilidade de incorporação de assistentes sociais. Diante do exposto, esta análise não buscou medir a importância relativa de uma temática em relação à outra. Em vez disso, nosso objetivo foi incentivar a disseminação da discussão na área e, ao divulgar o levantamento da produção de conhecimento na região Nordeste, facilitar o acesso a informações e dados de pesquisas sobre o tema. Dessa forma, esperamos que outras discussões e investigações sobre o Serviço Social na Educação, abordando a diversidade de

tópicos que essa relação oferece, possam ser conduzidas.

É crucial ressaltar, com base nas considerações apresentadas, a importância de não apenas dedicar esforços à pesquisa e às reflexões, mas também fortalecer a luta pela plena implementação das legislações relevantes para a Política de Educação, tanto em âmbito nacional quanto municipal. Especialmente, destaca-se a consolidação da Lei nº 13.935 de 2019, que estabelece a presença de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de Educação Básica. A atuação das(os) profissionais de Serviço Social nesses espaços ocupacionais, como evidenciado pelas produções analisadas, é de extrema importância para viabilizar a garantia dos direitos educacionais e contribuir para a formação de sujeitos críticos. Essa atuação também fortalece a luta por uma educação universal que considere a formação integral do indivíduo, indo além da qualificação para o mercado de trabalho.

Esta discussão está longe de ser encerrada e abre caminhos para futuras análises da produção de conhecimento. Aqui, identificamos os temas mais recorrentes de análise sobre o exercício profissional das(os) assistentes sociais na educação, bem como as tendências e perspectivas que delineiam a produção de conhecimento sobre o desenvolvimento dessa temática e apoiam as discussões sobre o trabalho profissional. Também destacamos sugestões de pesquisadoras(es) da área, expressas nos anseios das(os) assistentes sociais por capacitação profissional, indicando direções para investigações futuras. Como essas tendências podem influenciar os processos de trabalho das(os) assistentes sociais inseridos na política de educação?

REFERÊNCIAS

- ABREU, E. M. C. d. *et al.* O serviço social na educação profissional e tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as assistentes sociais nos institutos federais de educação. Universidade Federal do Maranhão, 2017.
- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda política**, v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015.
- ALMEIDA, N. L. T. d. O serviço social na educação. **Revista Inscrita**, n. 6, p. 19–24, 2000.
- AMMANN, S. B. Produção científica do serviço social no brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 14, p. 144–176, 1984.
- ANANIAS, D. L. M. **Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- ARANHA, M. L. d. A. **Conceito de educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990.
- AZEVEDO, T. P. P. d. e. a. O serviço social nas escolas públicas de João Pessoa-PB: uma análise à luz da instrumentalidade profissional. 2019.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAPTISTA, M. V. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no serviço social. **Cadernos Abess**, p. 96, 1992.
- BASTOS, M. C.; FERREIRA, A. M. V.; CANUTO, Â. M. M.; VILELA, R. Q. B.; FERREIRA, M. D. A. Lacunas e tendências na literatura sobre o ensino das cefaleias: uma revisão integrativa com o apoio da análise de conteúdo. **CIAIQ2018**, v. 1, 2018.
- BEZERRA, T. S. **Serviço Social nas escolas em tempo integral: a atuação de assistentes sociais no município de João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1988.
- Brasil. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1997. Acesso em: 4 set. 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>.
- Brasil. **Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. 2019. Acesso em: 13 set. 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm>.
- BRASIL, M. Plano nacional de educação (pne). **Lei n**, 2014.
- CARDOSO, F. G. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Cadernos ABESS**, n. 8, p. 27–32, 1998.

CARVALHO, D. B. B. de; SILVA, M. O. d. S. e. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. [S.l.]: Cortez Editora, 2005.

CFESS, C. F. d. S. S. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. **Brasília: CFESS**, 2022.

CHAUI, M. Filosofia moderna. **Primeira filosofia**, n. 8, 1984.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CHAUI, M.; FERES, O.; SILVA, F. Leopoldo e; MARICONDA, P. R.; OLIVEIRA, A. M. d.; NASCIMENTO, M. M.; ASSIS, J. E. d. P.; PLASTINO, C. E.; NASCIMENTO, C. Ribeiro do; WATANABE, L. Primeira filosofia: lições introdutórias. **São Paulo: Brasiliense**, 1984.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1. ed. Brasília, DF: [s.n.], 2012. Edição Ampliada.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, DF: [s.n.], 2014.

CONSTANTINO, J. A. **Educação e serviço social: um estudo sobre o exercício profissional do/a assistente social nos programas de assistência estudantil das universidades federais de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Sucupira. Cursos avaliados e reconhecidos**. Acesso em: jan. 2021. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoUf.xhtml>>.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área. Área 32: Serviço Social**. 2019. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/DOC_SERVICO_SOCIAL_01_11.pdf>.

COSTA, R. M. P. d. **O serviço social no contexto da educação: reflexões acerca dos desafios do trabalho do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). 2017. 187f.** Tese (Doutorado) — Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social . . . , 2017.

COUTO, B. R. **O direito social ea assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** [S.l.]: Cortez, 2006.

CUNHA, K. K. S. A. Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de campina grande-pb. 2017.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, P. **Professor/conhecimento**. Brasília: UnB, 2001.

DEMO, P. **Praticar ciência**. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

DENTZ, M. v.; SILVA, R. R. D. d. Dimensões históricas das relações entre educação e serviço social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, SciELO Brasil, n. 121, p. 07–31, 2015.

Documento ABESS/ CEDESPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 123–135.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Ed.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Brasília: Editora UnB, 2010. p. não especificado.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. São Paulo: Pallas Editora, 2016.

FERRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (Ed.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador: EDUFBA, 2019. 241–260 p.

FERRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C. Prolegômenos teórico-prático do processo de sistematização da experiência profissional do serviço social na área da educação básica. In: FERRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. (Ed.). **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 19–44.

FERRIZ, A. F. P. *et al.* A produção do conhecimento sobre o serviço social na educação no Brasil: Teses e dissertações. In: **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)**. Paraná: [s.n.], 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/ finais/0000000631.pdf>>.

GADOTTI, M. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. In: **Educação e poder: introdução a pedagogia do conflito**. [S.l.: s.n.], 2005. p. 143–143.

GAZOTTO, M. A. O trabalho do (a) assistente social na assistência estudantil: produção do conhecimento nos programas de pós-graduação em serviço social da região sudeste do Brasil. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2019.

GEPESSE. **Documento Tabelas unificadas**. Salvador, BA: [s.n.], 2022.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2017.

GUERRA, Y.; BACKX, S.; SANTOS, C. M. dos. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. [S.l.]: Cortez Editora, 2017.

HOOKS, B. Educação democrática. **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, p. 199–207, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26^a. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. [S.l.]: Cortez Editora, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. d. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2007.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 1991.

- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, v. 8, p. 33–76, 1998.
- KOIKE, M. M. d. S.; JORGE, M. R. T.; WANDERLEY, M. B. W.; IAMAMOTO, M. V. Caracterização da área de serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 76–92, 1997.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. d. A. **Fundamentos da metodologia científica**. [S.l.]: s.n., 2003. 27–44 p.
- LARA, R. Pesquisa e serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, SciELO Brasil, v. 10, p. 73–82, 2007.
- LARA, R. A produção do conhecimento em serviço social: o mundo do trabalho em debate. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2008.
- LARA, R. **A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. [S.l.]: SciELO Brasil, 2011.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. [S.l.]: Boitempo editorial, 2019.
- LEITE, J. d. O. O programa nacional de assistência estudantil: uma medida social-liberal em tempos de revisão ideológica do neoliberalismo. In: FÉRRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. D. Q. (Ed.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. [S.l.]: EDUFBA, 2019.
- LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Serviço social e educação**, Lumen Juris Rio de Janeiro, v. 3, p. 1–26, 2013.
- LIMA, T. C. S. d.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, SciELO Brasil, v. 10, p. 37–45, 2007.
- MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NASCIMENTO, A. L. d. G. **Educação, Serviço Social e projeto ético-político: desafios e possibilidades dessa relação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN**. [S.l.]: s.n., 2017. 146 p.
- NETTO, J. P. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 89–102, 1989.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social. **Serviço Social Sociedade**, n. 50, p. 87–132, 1996.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.
- NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.
- NETTO, J. P. **O leitor de Marx**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 2022.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. d. C. B. de *et al.* Cotidiano: conhecimento e crítica. In: **Cotidiano: conhecimento e crítica**. [S.l.: s.n.], 1996.

PARIZOT, I. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, S. (Ed.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, (Coleção Sociologia). p. 85–100.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos públicos de serviço social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. **Revista Katálysis**, SciELO Brasil, v. 21, p. 189–199, 2018.

PINTO, R. M. F. **Política educacional e serviço social**. [S.l.]: Cortez Editora, 1986.

PITA, F. H. F. R. *et al.* A realidade de estudantes com deficiência na escola pública: um olhar à luz do exercício profissional de assistentes sociais no município de João Pessoa-PB. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

PRADA, T. Perfil das(os) assistentes sociais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia do Brasil: O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia. In: S.N. (Ed.). **O trabalho do assistente social na política de educação**. [S.l.: s.n.], 2018. p. 103–118.

PRADA, T. Perfil das/os assistentes sociais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia da região Nordeste. In: FERRIZ, A. F. P.; BARBOSA, M. Q. (Ed.). **Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 95–112.

PRONI, M. W. **História do Capitalismo: uma visão panorâmica**. Campinas, São Paulo: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), 1997.

REIS, C. F. dos. O trabalho do assistente social na educação profissional e tecnológica: um olhar a partir da experiência no IFBA-Campus Barreiras. **O trabalho do assistente social na política de educação no estado da Bahia**, p. 119, 2018.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica, elaboração e relatório de estudos científicos**. 9. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

SANTOS, A. P. S.; NASCIMENTO, P. R. **Serviço Social e Educação profissional: o trabalho do assistente social nos Institutos Federais em Salvador e Região Metropolitana**. 119 p. Monografia — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, J. S. “questão social” no Brasil: O Nordeste e a atualidade da questão regional. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 12, n. 24, p. 239–261, jul./dez. 2012.

SETUBAL, A. A. Desafios à pesquisa no serviço social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálysis**, SciELO Brasil, v. 10, p. 64–72, 2007.

SILVA, A. X. d.; MATIAS, T. S. C.; NÓBREGA, M. B. da. Pesquisa e conhecimento da realidade no serviço social. **Temporalis**, v. 18, n. 35, p. 105–118, 2018.

SILVA, I. B.; NASCIMENTO, P. R.; SANTOS, J. M. dos. A educação no contexto da ofensiva neoconservadora: Tempos difíceis, tempos de luta e resistência para a classe trabalhadora. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. [S.l.: s.n.], 2019. v. 16, n. 1.

SILVA, L. C. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Ed.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013. p. 131–148.

SILVA, L. M. M. R. A construção do conhecimento profissional e o ensino do serviço social. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 157–169, 1992.

SOUZA, F. D. d. **O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil**. Dissertação de Mestrado, Brasil, 2016.

SOUZA, I. d. L.

Serviço social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional, 2008.

APÊNDICE A – Ficha Técnica de Pesquisa

FICHA TÉCNICA DE PESQUISA																				
TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO																				
Data da coleta:			Nome da ficha:																	
Eixo 1: Caracterização da produção de conhecimento																				
Identificação da Produção																				
Tipo de produção		Tese <input type="checkbox"/>		Dissertação <input type="checkbox"/>																
Quanto ao sexo da autoria		Feminino <input type="checkbox"/>		Masculino <input type="checkbox"/>																
Ano de produção																				
2015 <input type="checkbox"/>	2016 <input type="checkbox"/>	2017 <input type="checkbox"/>	2018 <input type="checkbox"/>	2019 <input type="checkbox"/>	2020 <input type="checkbox"/>															
Bolsista	Não <input type="checkbox"/>																			
	Sim <input type="checkbox"/> Instituição de fomento:																			
UF onde foi realizada a produção			Instituição de ensino																	
Alagoas <input type="checkbox"/>	Paraíba <input type="checkbox"/>	UFAL <input type="checkbox"/>	UEPB <input type="checkbox"/>	Bahia <input type="checkbox"/>	Pernambuco <input type="checkbox"/>	UFBA <input type="checkbox"/>	UFPE <input type="checkbox"/>	Ceará <input type="checkbox"/>	Piauí <input type="checkbox"/>	UFRB <input type="checkbox"/>	UFPI <input type="checkbox"/>	Maranhão <input type="checkbox"/>	Rio Grande do Norte <input type="checkbox"/>	UECE <input type="checkbox"/>	UFRN <input type="checkbox"/>	Sergipe <input type="checkbox"/>	UFMA <input type="checkbox"/>	UERN <input type="checkbox"/>	UFPB <input type="checkbox"/>	UFS <input type="checkbox"/>
Programa de Pós-Graduação																				
PPGSS <input type="checkbox"/>		PPGPP <input type="checkbox"/>		MASS <input type="checkbox"/>																
Área de concentração																				
Subárea																				
Linha de pesquisa																				
Apresentação da Produção																				
Autor (a):																				
Título:																				
Palavras-Chaves:																				
Objetivo Geral:																				
Objetivos Específicos:																				
Motivação da Pesquisa:																				
Experiência profissional <input type="checkbox"/>																				
Pesquisa na área do Serviço Social na Educação <input type="checkbox"/>																				
Experiência em Estágio <input type="checkbox"/>																				
Inserção em Grupos de Pesquisa e Estudos sobre o Serviço Social na Educação <input type="checkbox"/>																				
Participação em Comissões Temáticas das Entidades representativas (CRESS/CFESS) <input type="checkbox"/>																				

Outros: _____		
Natureza do Estudo		
Qualitativa <input type="checkbox"/>	Exploratória <input type="checkbox"/>	Outros: _____
Quantitativa <input type="checkbox"/>	Descritiva <input type="checkbox"/>	
Quali-quantitativa <input type="checkbox"/>	Explicativa <input type="checkbox"/>	
Tipo de Pesquisa		
Pesquisa Experimental <input type="checkbox"/>	Pesquisa de campo/ Empírica <input type="checkbox"/>	
Pesquisa Teórica/ Bibliográfica <input type="checkbox"/>	Pesquisa Etnográfica <input type="checkbox"/>	
Pesquisa Documental <input type="checkbox"/>	Estudo de Caso <input type="checkbox"/>	
Conteúdo da Produção		
Nível/ Modalidade da Educação		
Educação Básica <input type="checkbox"/>	Educação Profissional e Tecnológica <input type="checkbox"/>	Educação Superior <input type="checkbox"/>
Natureza da Instituição Pesquisada		
Pública <input type="checkbox"/>	Privada <input type="checkbox"/>	Filantrópica <input type="checkbox"/>
	Privada/Confessional <input type="checkbox"/>	Outros: _____ <input type="checkbox"/>
Âmbito da Pesquisa		
Municipal <input type="checkbox"/>	Estadual <input type="checkbox"/>	Federal <input type="checkbox"/>
Justificativa para realização da pesquisa:		
Problema de pesquisa:		
Fundamentação Teórica/ os principais autores da área da educação e do Serviço Social:		
Metodologia (<i>amostra da pesquisa, técnicas de coleta e análise</i>):		
Organização da pesquisa (<i>introdução e sumário</i>):		
Eixo 2: O exercício profissional de assistentes sociais na educação na produção de conhecimento (<i>capítulo correspondente aos resultados da pesquisa</i>)		
O que a produção diz sobre o exercício profissional de assistentes sociais na educação?		
A produção de conhecimento vem tematizando o quê? <i>Temáticas</i> (<i>analisar os resumos e o capítulo da pesquisa de forma sistematizada e identificar as temáticas a serem abordadas na discussão</i>):		
<i>Outras observações:</i>		
Eixo 3: A Educação na produção de conhecimento (<i>capítulo correspondente aos resultados da pesquisa</i>)		

Como a Educação é abordada na produção de conhecimento?
<i>Outras Observações:</i>
Observações relevantes da produção
<i>Relação dos objetivos com os resultados. Os objetivos foram respondidos?</i>
<i>Relação do tema com uma determinada concepção de profissão:</i>
<i>Críticas e questões levantadas pelos(as) autores(as) sobre o tema em reação ao exercício profissional:</i>
<i>Proposta ou recomendações feitas pelos(as) autores(as) ou (não se aplica):</i>
<i>Qual a tendência dessa produção?</i>
<i>Contexto de produção da pesquisa:</i>
<i>Objetivo do(a) autor(a) com o texto/ a quem se dirige:</i>
Observações de percepções acerca da produção: (fora do formulário)